

# Princípios

Revista teórica, política e de informação

out/nov 1987 Cz\$ 180,00

## VIVA A GRANDE REVOLUÇÃO SOCIALISTA DE OUTUBRO



Poty Série Navio água-forte — 1947

O SIGNIFICADO DA "GLASNOST" **14**

Editora Anita Garibaldi

# Princípios

## Expediente

Revista teórica, política e de informação

Outubro/ novembro de 1987

Cz\$ 180,00

Publicação da Editora Anita Garibaldi Ltda.

Rua Bororós, 51, 3º andar,

CEP 01320 — São Paulo-SP

Tel. 278-3220

**Diretor e Jornalista Responsável**

João Amazonas

**Conselho Editorial**

João Amazonas

Rogério Lustosa

José Reinaldo Carvalho

Luiz Aparecido

Número avulso

Cz\$ 180,00

Assinatura (4 números)

Cz\$ 700,00

Para o Exterior US\$ 20

Enviar cheque nominal ou vale postal para Editora Anita Garibaldi Ltda.

Atendemos também pelo reembolso postal

Composição, Montagem, Fitolitos, Impressão e Acabamento

Cia. Editora Joruês

Rua Arthur de Azevedo, 1977

Diagramação  
Maria José Leite (Mazé)



## ÍNDICE

Invenção de Militares	Página 3
Viva a Grande Revolução Socialista de Outubro João Amazonas	Página 5
Marxismo — Doutrina Viva e Científica Lênin	Página 16
A Pilhagem Financeira: Traço do Imperialismo nos Dias Atuais Haroldo Lima	Página 20
A Política Econômica da "Glasnost" na URSS Luís Fernandes	Página 32
O Socialismo na Albânia — Aplicação Criadora do M a r x i s m o José Reinaldo Carvalho	Página 38
Fronteira em Armas Luiz Manfredini	Página 45
Devoremos a Esfinge antes que Ela nos Decifre Clóvis Moura	Página 53
Sobre a Ação Política da Classe Operária F. Engels	Página 61
O Povo Eça de Queiroz	Página 63



Zuleika de Souza, Agil, Senhor

Os criadores e a criatura

## INVENÇÃO DE MILITARES

A “marchinha” carioca de anos atrás perguntava e respondia jocosamente: “Quem foi que inventou o Brasil? Foi seu Cabral, foi seu Cabral”... Nos debates que atualmente envolvem a nação sobre formas de governo falta o tom mordaz da “marchinha” para indagar: quem foi que inventou o presidencialismo, condenado por grande parte da população?

Não foi o povo, nem mesmo a elite pensante progressista. Surgiu com o golpe de força dos quartéis que derrubou a monarquia de origem portuguesa, em 1889, e copiou arrevesadamente o regime governamental estadunidense de fins do século XVIII. Mas não apenas isso. Apareceu também a República, que não correspondia sequer à semântica latina: **res publica** ou, no idioma nacional, coisa pública, algo criado para servir à coisa pública, ligado ao interesse comum. Despontou igualmente a Federação, que nunca funcionou, um mito cultuado até hoje como objeto sagrado que ninguém pode tocar.

Afinal, quem inventou mesmo esse sistema esdrúxulo de governo? Foram os militares, os marechais da década de 90 dos idos de 1800. Com a faca e o queijo na mão, traçaram a rota que lhes convinha. Impuseram o presidencialismo, a república, a federação de mentira. Nascia com eles o militarismo desenfreado que evoluiu até se converter numa casta que se sobrepõe à nação. Apoia-

ram-se no positivismo de Augusto Comte, em moda na época, entre os militares brasileiros, doutrina idealista da história que nega a realidade concreta, material. O positivismo pregava, como forma de governo, a **ditadura esclarecida**, na prática obtusa, obscurantista. Isto calhava bem à mentalidade de caserna acostumada ao mandonismo autoritário. Os generais nunca compreenderam a república e o presidencialismo senão como ditadura militar, acobertada por normas pseudoconstitucionais, com ou sem civis à frente do governo.

E foi o que se viu. Em quase cem anos de aplicação do invento político dos generais, prevaleceu um sistema anacrônico, inadequado à realidade nacional. Não sobrou nada, tudo corroído e corrompido até os alicerces. Nem instituições, nem partidos políticos, nem autonomia dos Estados, nem moralidade administrativa sobreviveram. Golpes e mais golpes. As Forças Armadas puseram e dispuseram, mandaram e desmandaram ao seu livre arbítrio. Quando os governantes não lhes agradavam ou não lhes obedeciam completamente eram derrubados e lá se iam para o exílio ou para a sepultura. E nem se diga que fossem governos progressistas, mas simplesmente partidários da ordem civil organizada. Nesse prolongado tumulto da vida brasileira não faltou o festim máximo dos generais — vinte e um anos corridos de ditadura militar que abastardou a nação e

amarrou-lhe os punhos em favor do capital estrangeiro.

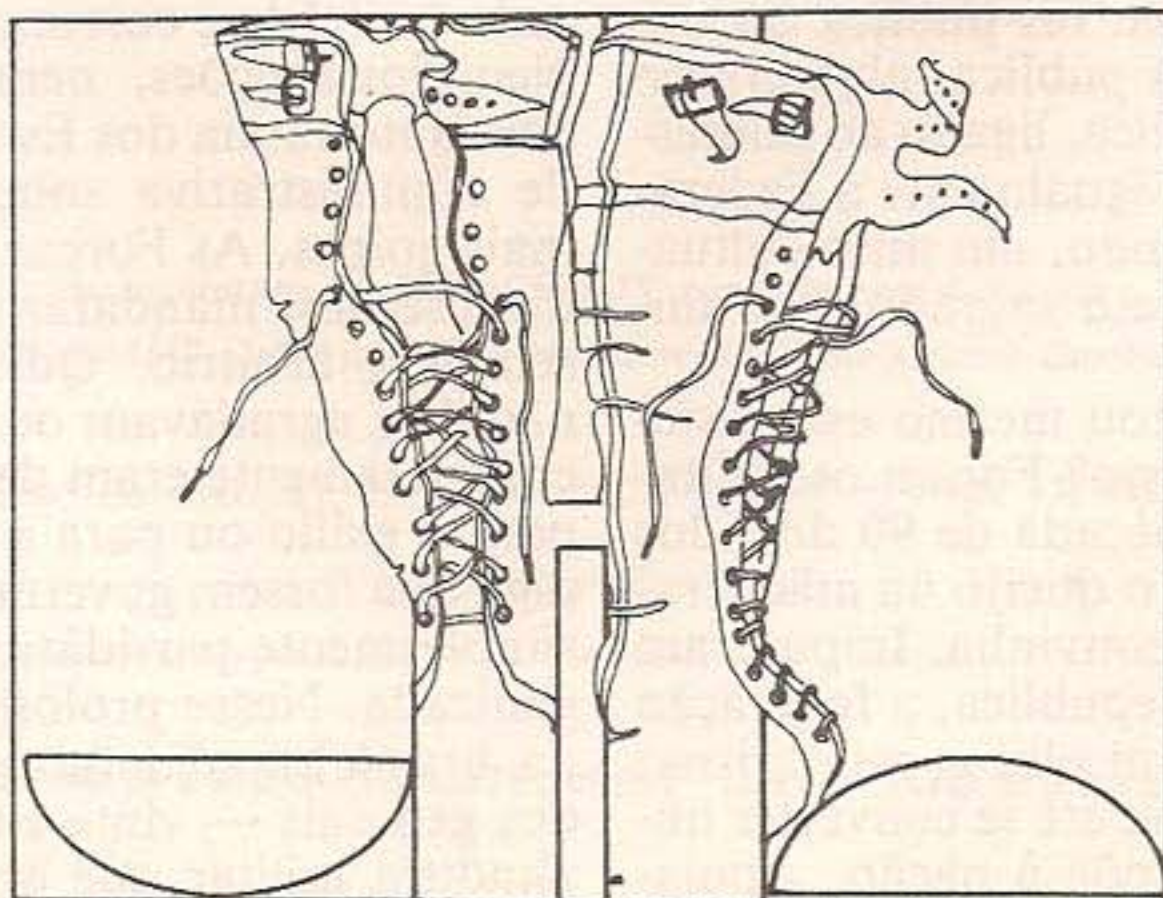
O saldo positivo dessa incongruência foi o crescimento da consciência democrática e nacional do povo, que deseja, como verdadeiro dono do país, imprimir à Administração federal e à direção dos negócios públicos a marca de suas aspirações mais sentidas, com destaque para a liberdade e a defesa da independência nacional. Só não vê quem não quer. O brado de fora Sarney — criatura dos militares — e de Forças Armadas em seu lugar, unicamente guardiãs das fronteiras da pátria, ecoa forte por toda a parte. Ninguém quer a repetição de presidente imperial, submetido aos generais, no sistema presidencialista falido. O Brasil exige novo sistema de governo.

E quando o quadro vai-se delimitando, em prol da mudança da forma de governo, eis que o atual presidente da República declara à imprensa, para ampla divulgação, que o presidencialismo é tradição e vocação nacional. Já se viu? Tradição militarista, se nos permitem, de senhores do barão e do cutelo que atropelaram durante cem anos a vida política da nação. Vocação... Em que sentido? Predestinação, pendor? Vocação de oligarcas, sobretudo de São Paulo e Minas, que utilizaram a invenção positivista dos generais para excluir o povo da atividade relacionada com o poder político. O Brasil não está predestinado a ter futuro tão triste e humilhante — o de viver escravizado por opressores nacionais e estrangeiros. A verdadeira tradição e vocação dos brasileiros é a da luta tenaz pela conquista da liberdade, da independência da pátria, desde Ti-

radentes até a juventude tombada nas ruas, nos cárceres, nas selvas do Araguaia no período de 1964 a 1979.

Em vias de ser substituído, diz o homem do Planalto que o presidencialismo decorre da dimensão do país. Se for grande tem de ser presidencialista. Não faltava mais nada! Onde ficam, nas sandices sarneysianas, o Paraguai, o Chile, a Guatemala, a Bolívia, Honduras e Salvador? Deviam ter outro regime porque são pequenos? Segundo ele, o conceito de sistema de governo deve ser geográfico, e não político. Todavia, a forma de governo nada tem a ver com o tamanho do país, mas com o caráter da organização política da sociedade, com a implantação de meios que garantam a democracia e assegurem condições reais para o progresso social. O fascismo é também uma forma de governo, porém terrorista, representativa das classes mais reacionárias, inimigas do povo. No Brasil, o presidencialismo é uma monarquia disfarçada que pune e submete os que aspiram a ser livres, que mantêm o país — imenso país — no atraso, na ignorância, na miséria, na dependência dos banqueiros internacionais.

É inócuo envernizar o presidencialismo. Não há maneira de modernizar o que é definitivamente arcaico. Isto vai para o lixo da história. E se se quer progredir e alcançar a democracia há que enterrar, juntos, o sistema presidencialista e o militarismo que lhe deu origem. São dois cadáveres insepultos que empestam o ambiente conturbado da nação brasileira, ansiosa de afirmar sua soberania e renovar suas instituições, hoje em estado lastimável.



# VIVA A GRANDE REVOLUÇÃO SOCIALISTA DE OUTUBRO!



João Amazonas

Este artigo, escrito em 1977, foi publicado pela primeira vez na Europa, por ocasião do 60º aniversário da Grande Revolução Socialista de Outubro. Devido às circunstâncias da época, de vigência da ditadura militar no Brasil, teve pouca divulgação em nosso país. Por conservarem as idéias nele contidas grande atualidade, republicamo-lo agora, quando a grande façanha dos revolucionários proletários russos completa 70 anos.

Há sessenta anos ocorria a maior revolução da história da Humanidade, a Grande Revolução Socialista de Outubro. Sob a direção do Partido Bolchevique e de seu eminente chefe, Vladimir Ilitch Lênin, o proletariado, aliado às massas pobres do campo, derrubava o Poder da burguesia, destruía o império secular dos czares, criava a República dos Soviets. A bandeira vermelha da foice e do martelo, no Palácio de Smolny, em Petrogrado, anunciava o surgimento de uma nova época, a época de dominação de uma nova classe, oprimida em todos os países capitalistas, a era das revoluções proletárias, da transição do capitalismo para o socialismo.

A revolução nascia durante a guerra imperialista. Milhões de trabalhadores das cidades e do campo, famintos, extenuados por um conflito mortífero que já durava quatro anos, revoltados pelo massacre originado da disputa entre potências capitalistas — responderam ao apelo dos bolcheviques e se levantaram em insurreição gloriosa que pôs fim ao domínio bárbaro das forças reacionárias. Pela primeira vez, assinalava Lênin, os escravos revidavam a guerra dos senhores proclamando abertamente: “transformemos esta guerra entre escravistas pela divisão do saque, numa guerra dos escravos de todas as nações contra os escravistas de todas as nações”.

O estrondo da queda de um dos mais antigos bastiões da reação estremeceu não apenas a Rússia. Repercutiu no mundo inteiro, infundindo ânimo aos

espoliados e oprimidos. A aspiração sentida da classe operária de sacudir o jugo da exploração capitalista, o sonho milenar dos camponeses de se verem livres da opressão latifundiária tornavam-se, afinal, realidade para uma sexta parte da Humanidade. A revolução foi saudada com entusiasmo e espírito de luta. Espontaneamente, um poderoso movimento de apoio e solidariedade aos revolucionários da recém-surgida república soviética tomava impulso. Greves, ações de massas, revoltas e insurreições traduziam por toda a parte o sentimento de rebeldia reinante no mundo do trabalho.

### AS GRANDES CONQUISTAS DA REVOLUÇÃO

Desde seus primeiros instantes, a revolução fez saltar em pedaços os alicerces do regime retrógrado. No curso de algumas semanas mudou completamente a fisionomia da velha Rússia. Os restos medievais foram varridos de ponta a ponta como antes em nenhum outro país se conseguira fazê-lo. Caiu a monarquia e seu sistema de castas privilegiadas, a terra foi entregue aos que nela trabalhavam, a mulher adquiriu direitos iguais aos do homem, a religião deixou de ser assunto do Estado. Às nacionalidades não-russas outorgaram-se suas próprias repúblicas e regiões autônomas.

Mas a revolução não se deteve nas tarefas de cunho democrático-burguês levadas às últimas conseqüências. Como sublinhou Lênin, estas reformas

eram produto acessório da luta revolucionária. A classe operária, dirigida pelos bolcheviques, organizou solidamente o Estado de ditadura do proletariado, instaurou a democracia para a imensa maioria do povo. Trilhando caminhos novos, iniciou as transformações socialistas da economia. As fábricas, as usinas, os bancos, o sistema de transporte passaram às mãos dos trabalhadores. Os revolucionários venceram os duros anos de fome e da completa desorganização econômica, causados pela guerra. Impulsionaram a eletrificação do país, elaboraram os famosos planos quinquenais. A industrialização desenvolveu-se a ritmos acelerados, teve lugar a coletivização da agricultura.

Em menos de quarenta anos (até a morte de Stálin), prazo relativamente curto e dentro do qual sucedeu uma guerra devastadora, a União Soviética passou por profunda metamorfose. De país atrasado, transformou-se num dos mais avançados, com uma poderosa indústria, uma agricultura moderna, uma eficiente defesa nacional. De nação inculta, converteu-se num grande centro de cultura onde florescia a ciência de vanguarda. Sob o cerco capitalista, construiu um novo sistema de economia, alheio às crises, à inflação e ao desemprego. O proletariado e as massas camponesas elevaram grandemente seu nível de vida. Desapareceram os males da infância abandonada e da velhice desamparada.

A União Soviética constituiu-se num forte baluarte da revolução mundial, numa fortaleza

invencível do proletariado. Fonte de inspiração e alento para os explorados e oprimidos, a URSS ajudava desinteressadamente os povos em luta contra a repressão e as agressões estrangeiras. O Partido Bolchevique e a III Internacional, criada por Lênin, não mediam esforços na formação das vanguardas proletárias e na difusão do marxismo-leninismo, guia e arma de combate para a libertação nacional e social. Eram o centro em torno do qual se unia o movimento operário e comunista em expansão e cada vez mais ativo.

Sem poder vencer a União Soviética nos planos econômico, social e político, o capital financeiro internacional ajudou Hitler a chegar ao Poder e preparar a guerra contra a Pátria do Socialismo. Mas a URSS venceu também essa dura prova. Com o apoio dos povos e sob o comando sábio de Stálin,

enfrentou a maior máquina bélica já posta em movimento, derrotou os inimigos nazistas, dando valiosa contribuição à luta emancipadora em todos os Continentes. Desse confronto entre o capitalismo e o socialismo, surgiu toda uma série de países de democracia popular na Europa. O prestígio do socialismo estendeu-se mais ainda.

Nos anos de após-guerra, o Estado Socialista cicatrizou rapidamente as feridas deixadas pelo conflito mundial, reorganizou sua economia e continuou avançando em todos os terrenos.

Tudo isso foi feito sob a ditadura do proletariado.

Hoje, quando a burguesia e seus lacaios esforçam-se para tentar desmoralizar o socialismo, para toldar os grandiosos êxitos alcançados pelo proletariado a fim de minar a sua consciência de classe e desviá-lo da

luta conseqüente, é importante destacar o significado concreto da revolução proletária na Rússia, o gigantesco salto que ela representou no desenvolvimento da Humanidade. O socialismo deu provas irrefutáveis de sua imensa superioridade sobre o capitalismo. A vida comprovou cabalmente a viabilidade da edificação da nova sociedade. Os operários mostraram que podem viver sem patrões e sem exploração, são capazes de organizar e dirigir com sucesso toda a atividade da nação.

Não por acaso, os imperialistas empenharam-se a fundo para solapar e destruir o socialismo na URSS, o que conseguiram, combinando a pressão e a chantagem externa com o trabalho de seus agentes, do tipo de Tito, e a ação interna antileninista dos elementos de mentalidade capitalista, da espécie de Kruschov, Brezhnev, Suslov e cia.



Lênin nos primeiros dias da Revolução ordena os marinheiros da frota do Báltico a tomarem a estação telefônica

## A TRAIÇÃO REVISIONISTA

Com a morte de Stálin, as grandes conquistas da classe operária sofreram grave revés, regrediu o socialismo. Isto não se verificou em consequência de um ataque direto e do exterior por parte dos países capitalistas. A experiência histórica já havia demonstrado que o imperialismo, por mais feroz e agressivo que fosse, não tinha condições de abalar e derrotar o inexpugnável reduto do proletariado. O golpe partiu de dentro, do seio das fileiras operárias, onde se tinham emboscado inimigos de classe.

Utilizando a demagogia e indicando falsas perspectivas, esses inimigos, personificados na camarilha kruschovista que ascendera por meio de sujas manobras a posições importantes na direção do Partido e do Estado, revisaram o leninismo em questões essenciais, e destruíram a verdadeira organização de vanguarda da classe operária. Inicialmente, concentraram seus ataques em duas direções: contra o núcleo dirigente do Partido e contra o marxismo-leninismo, este representado por Stálin, fiel discípulo de Lênin, porta-bandeira das idéias revolucionárias. O núcleo dirigente foi arrasado através de golpes baixos, inclusive com o emprego do Exército. Sob o disfarce de combate ao culto à personalidade, Kruschov e seus sequezes enlamearam obras e a memória daquele que esteve à frente do partido e do Estado durante um longo período de construção do socialismo, que havia conduzido a União Soviética, de vitória em vitória, a uma situação invejável. Stálin, depois de Lênin, foi a figura mais destacada e brilhante da Revolução Proletária. Teórico e prático de grande mérito, soube orientar-se com acerto nas circunstâncias mais adversas, prever os acontecimentos e sortear

todos os obstáculos à marcha da revolução.

Kruschov e sua camarilha, assim procedendo, abriam o caminho para o retorno ao capitalismo, para a difusão do revisionismo contemporâneo.

O XX Congresso do PCUS, em 1956, foi um marco na escadada da traição. Elaborou uma linha oportunista que afetava o movimento operário e comunista mundial. De acordo com essa linha, a revolução deixava de ser o centro da estratégia revolucionária. Seu lugar passava a ser ocupado pelas proposições de tipo pacifista: o caminho pacífico, parlamentar; a competição pacífica; e a coexistência

pacífica kruschoviana. O argumento para justificar essa mudança era o aparecimento na arena internacional de uma nova correlação de forças favorável à revolução. Argumento incoerente porque se a revolução tornara-se mais forte não havia razão para abandonar a senda até então seguida que lhe granjeara poderio, lhe assegurara grandes vitórias, e buscar outra trilha na qual as forças progressistas ingressariam enrolando as bandeiras revolucionárias.

Essa linha oportunista transformava as vanguardas do proletariado em destacamentos socialdemocratas, nacionalistas. Ao invés de partidos combativos,



Lênin viajando para Petrogrado em 1917



temperados na luta de classes, capazes de fazer a revolução e conquistar o poder político, passavam a ser agrupamentos destinados à colaboração com a burguesia, sustentáculo do capitalismo.

Em congressos posteriores, o PCUS fundamentou toda uma doutrina antileninista, uma suposta nova via para o comunismo na URSS. Semelhante doutrina consagrava a liquidação do Estado de ditadura do proletariado cuja existência os clássicos do marxismo-leninismo reputavam indispensável, até a passagem ao estágio do comunismo. Para substituí-lo, os revisionistas indicavam um pretenso Estado de todo o povo. Desaparecia também o caráter proletário do Partido. Este se convertia numa organização sem cunho social definido, o Partido de todo o povo.

Palmilhando o caminho da traição, Kruschov, Brezhnev et cetera nunca deixaram de acenar com a bandeira leninista, de dizerem-se partidários do comunismo, defensores do Estado socialista. Ainda agora têm o despudor de comemorar cínica e pomposamente a passagem do sexagésimo aniversário da revolução que renegaram há mais de vinte anos. Sua conduta é de uma hipocrisia sem limites. E isto não é acidental. Eles sabem que o leninismo e o comunismo penetraram na consciência das massas. Precisam manter no rosto a máscara de leninistas para enganar os trabalhadores. Do contrário, seriam enxotados como porcos imundos dos postos que ocupam. Mas essa máscara não poderá se manter por muito tempo, deteriora-se cada vez mais. Chegará o dia em que os farsantes sairão à força da cena política. Serão amontoados como resíduos desprezíveis nas lixeiras da História.

Tornaram-se evidentes as desastrosas conseqüências da viragem empreendida na URSS.

## AONDE CONDUZIU A LINHA OPORTUNISTA

Passadas duas décadas desde que Kruschov e seus apaniguados adotaram o revisionismo, pode-se ver com clareza aonde conduziram os ataques a Stálin e ao marxismo-leninismo, aonde levou a linha oportunista do XX Congresso do PCUS. Levaram à negação total da Grande Revolução Socialista de Outubro, à divisão e ao esfacelamento do movimento operário e comunista mundial. Um sulco de lama e sangue, um montão de vilezas e traições deixou o kruschovismo nos países outrora socialistas e no antigo movimento proletário. Como a peste que contagia, o revisionismo contemporâneo enfermou boa parte do organismo antigamente revolucionário.

Até a morte de Stálin, os povos de todo o mundo podiam contar com o apoio e a ajuda desinteressada da União Soviética. Moscou era a capital do mundo proletário-revolucionário. Os explorados e oprimidos acreditavam na URSS, em Stálin, no PCUS. E sentiam como suas as vitórias obtidas na construção do socialismo. Hoje, em parte alguma predominam tais sentimentos. A União Soviética de país socialista transformou-se numa superpotência social-imperialista em disputa, com os Estados Unidos, da hegemonia mundial. O Exército Vermelho, de tradições libertadoras, passou a tropa de ocupação de países vizinhos e peça fundamental do agressivo Pacto de Varsóvia. Em vez de baluarte da revolução, a URSS é agora um esteio da contra-revolução. Onde estende suas garras, ameaça a independência nacional, implanta a espoliação imperialista, estabelece bases militares. O internacionalismo foi substituído pelo nacionalismo feroz, chovinista, de grande potência. Atualmente, não são os povos

que se voltam para a União Soviética, mas governos reacionários e antipopulares em busca de "ajuda", de investimentos, de negócios armamentistas, de entendimentos destinados a esvaziar o movimento revolucionário — da mesma forma que se dirigem aos Estados Unidos, à França, à Alemanha, à Inglaterra, ao Japão.

A grande maioria dos antigos partidos proletários, fundados sob a égide da III Internacional, que chegaram a ser partidos de massas, prestigiosos, dirigentes respeitados da luta pela revolução nacional e social em seus países, converteram-se em oportunistas de alto bordo. O revisionismo soviético forneceu a base teórica e ajudou politicamente essa conversão. Adaptando-se às proposições pacíficas de Kruschov, evoluíram com rapidez para posições reformistas, social-democráticas, nacionalistas e chovinistas. Abandonaram a linha proletária, como linha supostamente dogmática, e adotaram uma orientação burguesa, de colaboração de classes. Hoje, são descarados bombeiros da luta social, os mais ardentes defensores do capitalismo, fabricantes de fórmulas miraculosas para salvá-lo da derrocada final.

O movimento operário e comunista mundial cindiu-se profundamente. Na atualidade, é representado pelos Partidos que se mantêm fiéis ao marxismo-leninismo — que resistiram à linha kruschovista ou se reconstituíram na luta contra o revisionismo contemporâneo. Os Partidos que seguiram as teses revisionistas não podem de nenhuma maneira manter laços estreitos, internacionalistas conseqüentes, e traçar de modo independente objetivos comuns porque isto entra em choque com os interesses nacionalistas que eles representam e defendem. Cada um deles, serviçal da burguesia de seu país, atua segundo as conveniências dessa burguesia. Os soviéticos esforçam-se para manter a aparência



No Smolni conversando com soldados da Guarda Vermelha

de unidade entre tais partidos. Periodicamente, convocam reuniões e tiram documentos conjuntos. Mas essas reuniões e esses documentos, ao contrário da unidade, revelam as profundas divergências existentes, em particular, entre os partidos ditos comunistas dos países imperialistas e o da União Soviética.

Um dos resultados mais chocantes da perfídia kruschovista foi a reabilitação dos traidores da causa proletária. À chamada comunidade socialista, Kruschov, Brezhnev e seus parceiros trouxeram — como não podiam deixar de fazer — os renegados do socialismo. Já em 1954, astuciosamente, Kruschov reintroduzia Tito nas fileiras internacionais do proletariado.

“Querido camarada Tito”, com essas palavras ele iniciava a recuperação de um agente descarado do imperialismo, que destruiu o Partido na Iugoslávia, fuzilou revolucionários autênticos e fez, antes que ninguém, seu país abandonar o socialismo e retroceder para o capitalismo. Desde então, a aproximação a Tito passou a ser índice esclarecedor para se avaliar com segurança a conduta dos que se afastam do caminho revolucionário. Seguiram-se outras reabilitações, como a de Gomulka na Polônia, oportunista e nacionalista empedernido que a classe operária polonesa teve de escorraçar alguns anos depois de entronizado pelos soviéticos.

As complicadas acrobacias literárias de Brezhnev, Suslov e cia. tentando impressionar o auditório soviético e mundial sobre falsos êxitos conseguidos com a linha revisionista, não conseguem esconder a dura realidade. Tal linha conduziu a fracassos evidentes, à corrupção da consciência de classe de boa parte do proletariado, à renegação do movimento revolucionário, à transformação de países socialistas e de partidos operários em seguidores do caminho capitalista.

Tudo isto vem reforçar ainda mais a convicção dos revolucionários proletários da justeza do caminho de Outubro, impõe a necessidade de sua defesa para tornar vitoriosos os ideais do comunismo.

## O ÚNICO E VERDADEIRO CAMINHO

Ainda que os revisionistas e oportunistas tenham maculado com seus ataques, suas infâmias e deturpações a revolução e o socialismo, é impossível obscurecer o esplendor da Grande Revolução Socialista de Outubro. Ela continua indicando o único e verdadeiro caminho para a emancipação da classe operária, para a construção da sociedade sem classes — a sociedade comunista.

Os ensinamentos de Lênin e de Stálin, gigantes do pensamento e da ação revolucionários, o exemplo do período de efetiva construção do socialismo na URSS, permanecerão eternamente vivos, incutindo audácia e espírito de decisão a todos que anelam o término da exploração e da opressão, que desejam enterrar definitivamente o apodrecido sistema capitalista em suas diferentes formas. O caminho de Outubro estará sempre na ordem do dia até que essa magna tarefa tenha sido cumprida em todo o mundo.

Outubro é o caminho proletário-revolucionário em seus múltiplos aspectos — o da luta de classes conseqüente; o da edificação de um verdadeiro partido revolucionário; o da elaboração e aplicação de uma estratégia e tática marxista-leninista; o da incompatibilidade e irreconciliabilidade com o oportunismo de todo os tipos; o do internacionalismo coerente; o da construção do socialismo apoiado nas próprias forças.

Ao adquirir consciência de sua missão histórica, a classe operária organiza-se e luta de modo independente para derrubar o capitalismo, destruir sua

máquina estatal e criar o Estado de ditadura do proletariado. Recorre à violência, único meio de lograr seus fins. Até hoje, a vida demonstrou não existir outra maneira de alcançar a emancipação social. A via pacífica, reformista, da “paz social” e colaboração de classes ajuda a manter o sistema capitalista, a decompor o movimento revolucionário.

Para dirigir com acerto e até o fim a luta por sua total emancipação e para livrar toda a sociedade da exploração do homem pelo homem, a classe operária necessita de um Partido efetivamente revolucionário, que se oriente pelo marxismo-leninismo. Esse Partido não tem nada de comum com os partidos sociais-democratas ou revisionistas, que são partidos burgueses com etiquetas proletárias. O autêntico Partido Comunista é a forma superior de organização do proletariado, estreitamente vinculado à sua classe e às massas populares. Em suas fileiras ingressam tão somente as pessoas de vanguarda, comprovadas na luta. Rege-se pelo centralismo democrático — que é o oposto do centralismo-burocrático dos partidos oportunistas — e por uma disciplina consciente, obrigatória para todos os seus membros. Tal partido revolucionariza permanentemente suas fileiras, não dá margem à burocratização nem admite em seu seio correntes diversas portadoras de concepções não-proletárias.

Tendo como guia a ciência social mais avançada, o proletariado elabora e aplica uma estratégia e tática revolucionária que lhe permita cumprir com êxito sua missão histórica. Lênin formulou uma correta estratégia e levou à prática uma tática rica de ensinamentos, ampla e revolucionária. Ampla sem ser seguidista, capaz de agrupar as grandes massas descontentes em torno das bandeiras do Partido; revolucionária sem ser aventureira, apta a ele-

var a consciência de classe dos trabalhadores e conduzi-los à tomada do Poder. A estratégia e a tática revisionista — da via parlamentar, da competição pacífica, da coexistência pacífica kruschoviana — serve à manutenção do capitalismo. Também a teoria dos Três Mundos, difundida como inovação criadora, contribui para sustentar a ordem capitalista, submete o proletariado aos interesses das forças reacionárias. No plano mundial, não podem existir duas, três estratégias proletárias. Nem apenas uma a serviço de um ou de alguns países. Não seriam revolucionárias, mas burguesas em toda a extensão da palavra. A orientação justa, marxista-leninista, é internacionalista conseqüente, revolucionária nas palavras e nos atos, afiançadora da unidade de pensamento e de ação do proletariado mundial.

É impossível garantir a unidade de pensamento e de ação e tornar vitoriosa a revolução — como indica o exemplo de Outubro de 1917 — sem o combate intransigente aos oportunistas de todo gênero. O oportunismo, seja sob a forma do revisionismo, do reformismo, do social-democratismo, etc, é manifestação da ideologia burguesa, o germe desagregador das fileiras proletárias. É incompatível e antagônico com os interesses da classe operária. Marx e Engels, Lênin e Stálin combateram sempre e ardorosamente todas as tendências oportunistas, convencidos de que esse era um meio eficaz de fazer avançar as idéias revolucionárias e de assegurar o caráter classista do movimento operário e comunista. Todos os oportunistas, defendendo suas posições antiproletárias, consideram o combate aos seus pontos de vista errôneos como intransigência e sectarismo. Na atualidade, julgam-no disparatadamente como “esquerdismo” stalinista, blanquismo e até mesmo trotsquismo. Sua visão é deformada pela ótica direitista com a qual

enfocam as críticas dos autênticos marxistas-leninistas. Pouco importa, todavia, sua maneira de reagir. É imprescindível revelar toda a podridão de suas concepções, sobretudo porque se cobrem impudentemente com os nomes de Marx e Engels, de Lênin e de Stálin. O que é alheio ao marxismo-leninismo deve ser atacado sem contemplações. Isto faz parte da luta revolucionária contra o imperialismo e a reação.

Os verdadeiros marxistas-leninistas não podem manter-se indiferentes ou neutros em face das posições de direita que surjam em qualquer país no seio do proletariado. Porque embo-

ra sendo nacional na forma, o movimento operário e comunista é internacional pelo seu conteúdo de classe. O proletariado mundial, cômico de sua missão libertadora, constitui um só destacamento de luta, alinhado numa vasta frente de batalha contra o capitalismo. O internacionalismo proletário é fundamental para garantir a unidade e a ajuda mútua entre os diferentes agrupamentos da classe operária de modo a possibilitar a vitória da mesma causa, da causa universal da ditadura do proletariado. O autêntico internacionalismo forja uma linha comum de atuação, baseada na variedade de situações concre-



Lênin e Stálin, dirigentes da Grande Revolução Socialista de Outubro

tas de cada país e de cada Partido, fundando-se no interesse único do proletariado como força social antagônica à burguesia. Todos os trabalhadores são chamados a cerrar fileiras em defesa dos países socialistas. E estes não podem deixar de apoiar a ação e os partidos re-

volucionários em qualquer parte do Globo. Lênin indicava que ser internacionalista era fazer o máximo do que se possa realizar num só país (onde triunfou a revolução) para assegurar o desenvolvimento, o apoio, o despertar da revolução em todos os países. Os denomi-

nados caminhos nacionais, específicos, para o socialismo, seguidos em países que abandonaram o internacionalismo, deram como resultado a transformação desses países em “não-alinhados”, “neutralistas”, “terceiromundistas”, etc.

No caminho de Outubro,



No primeiro aniversário da Grande Revolução Socialista de Outubro



**Amigos inseparáveis**

destaca-se como questão essencial a construção da sociedade socialista. Essa construção só terá êxito se for dirigida pelo partido do proletariado, armado da doutrina marxista-leninista, e se se apoiar fundamentalmente nas próprias forças. As traições titista, soviética e outras já demonstraram o quanto é perigoso afastar-se da rota leninista no cumprimento dessa tarefa. Sob o pretexto de inovar e de corrigir erros fictícios, os revisionistas ingressaram na senda do capitalismo, acobertado pelas antigas formas socialistas. Surgiu uma nova classe que usufrui da **mais-valia** produzida pelos operá-

rios. Enquanto na União Soviética a grande massa do proletariado leva uma vida modesta, os burocratas, os administradores, os técnicos, os oficiais superiores das Forças Armadas gozam de privilégios, de altas remunerações, do conforto burguês. Na Iugoslávia, há mais de 700 mil desempregados e a inflação reduz o nível de vida dos que trabalham. Mas Tito e seus iguais vivem à tripa forra. Após a vitória sobre o capitalismo, há sempre a possibilidade de um retorno ao sistema de exploração. Por isso, faz-se indispensável manter em toda a plenitude a ditadura do proletariado, revolucionarizar permanentemen-

te a sociedade, combater o burocratismo e exercer o controle operário. Impõe-se reduzir gradualmente as diferenças essenciais entre a cidade e o campo, entre o trabalho manual e o intelectual, não permitir que floresçam as desigualdades acentuadas de salários. Necessário é também, como sublinhava Lênin, que os Partidos operários no Poder prestem contas ao seu povo e à classe proletária mundial, do trabalho que realizam, dos êxitos e das dificuldades, fornecendo dados e elementos que permitam uma apreciação da marcha da edificação socialista. Na União Soviética e em outros países revisionistas os

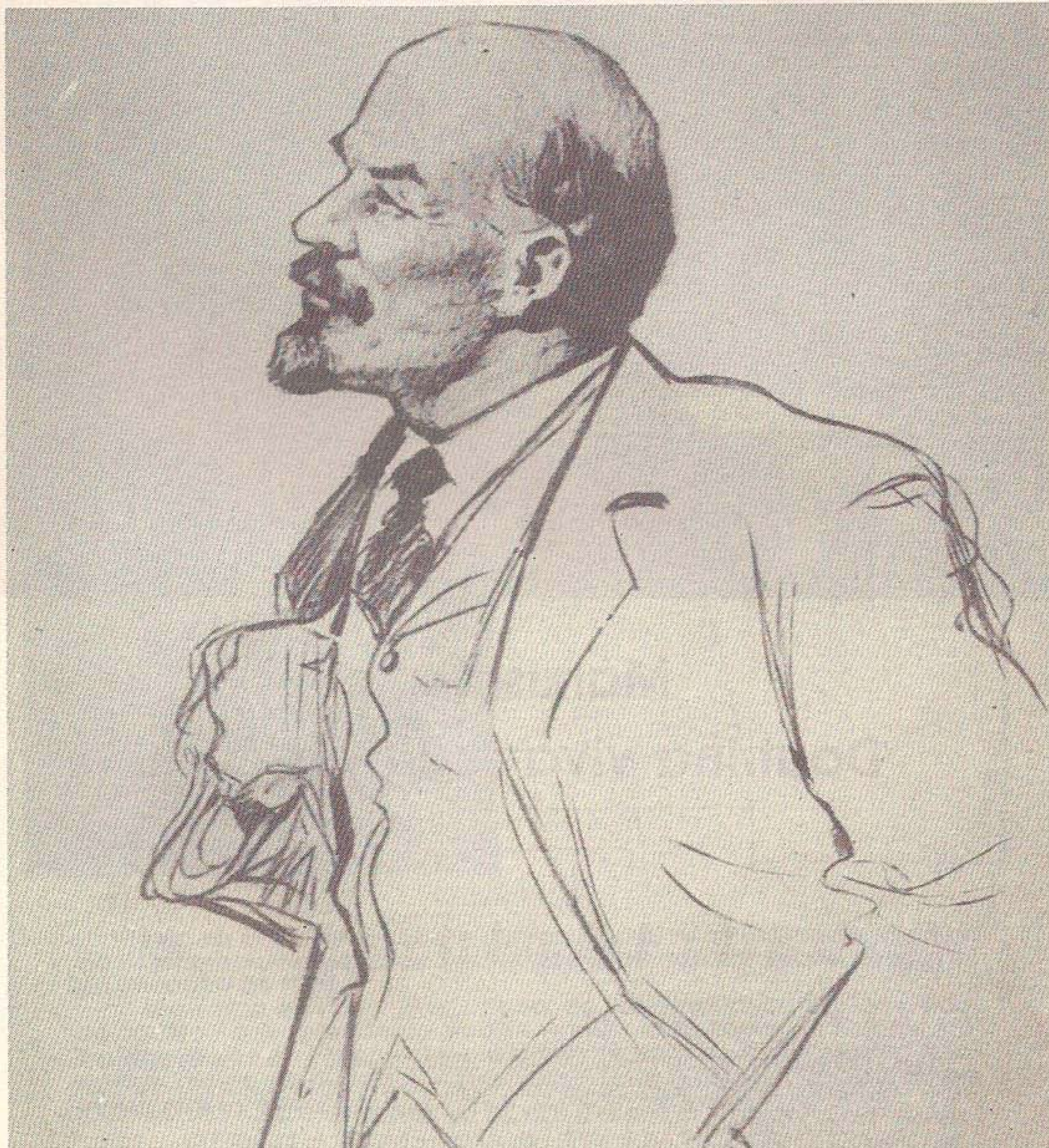
dados reais e de conjunto da vida econômica, social e partidária são omitidos ou falseados para impedir que a classe operária tome conhecimento da guinada para o capitalismo.

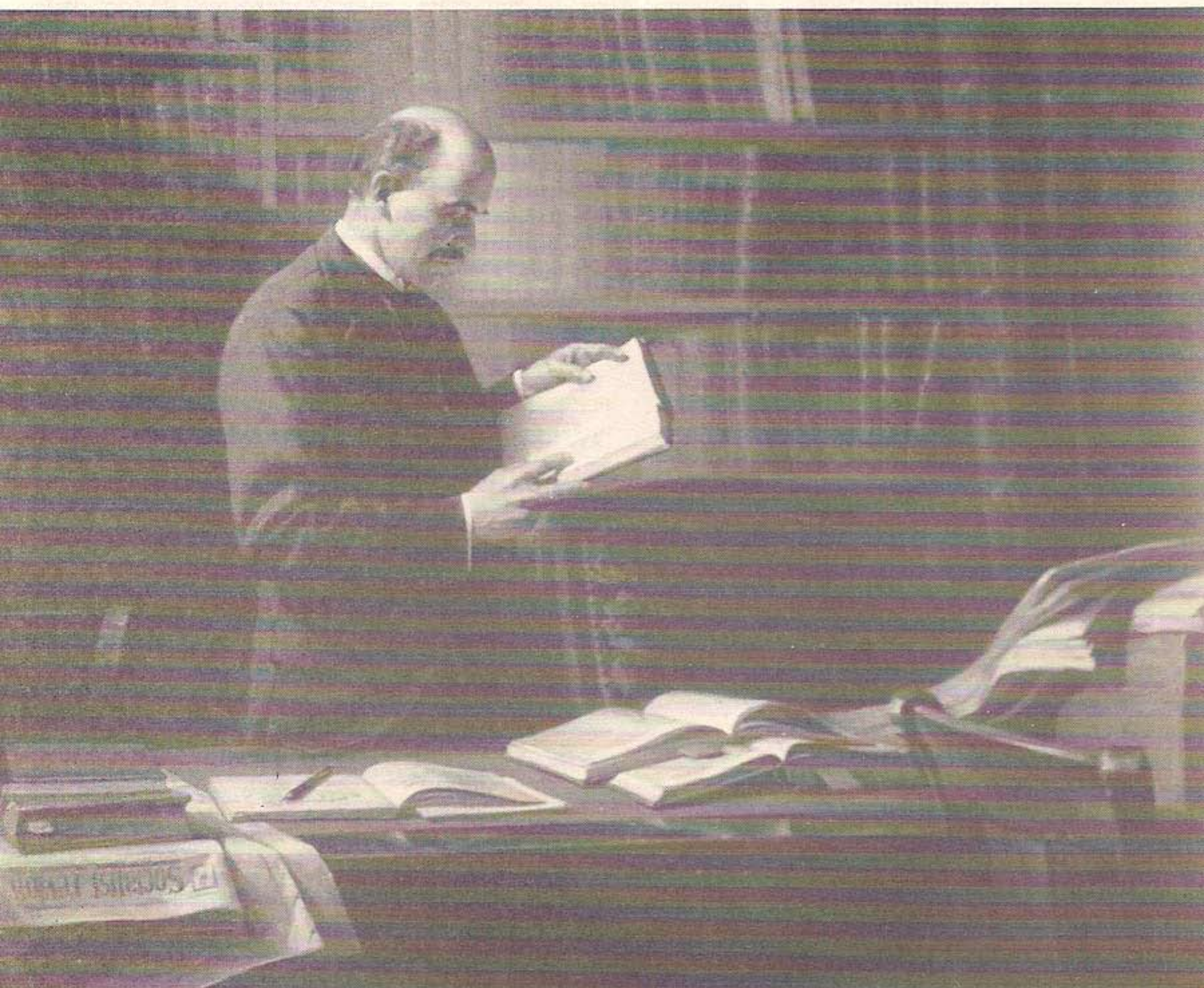
Somente o caminho de Outubro abre horizontes revolucionários, enriquece o marxismo-leninismo, alimenta de idéias transformadoras da sociedade o espírito combativo das massas proletárias.

Sessenta anos se passaram desde a façanha imortal do proletariado russo, dirigido por Lênin e pelo heróico Partido dos bolcheviques. Este grandioso feito continuará inspirando os trabalhadores de todos os Continentes. As forças revolucionárias, com os marxistas-leninistas à frente, persistirão no rumo indicado pela Grande Revolução Socialista de Outubro. Ninguém conseguirá impedir a

marcha inexorável da sociedade atual para o socialismo científico. A bandeira invencível de Marx, Engels, Lênin e Stálin jamais será enrolada. Hoje ela está nas mãos firmes dos combatentes de vanguarda, na Albânia socialista e em todos os rincões do mundo onde se combate pela libertação nacional e social dos povos.

Viva a Grande Revolução Socialista de Outubro!





## **Marxismo**

### **Doutrina viva e científica \***

# **L ê n i n**

\* Título da redação de PRINCÍPIOS. Publicado originalmente sob o título "Algumas particularidades do desenvolvimento histórico do marxismo" no "Zvezdá", número 2, de 23 de dezembro de 1910. Extraído de OBRAS COMPLETAS, Vol. XVII, Ed. Akal — Madri — Espanha.



## Nossa doutrina não é um dogma, mas um guia para a ação

Nossa doutrina — disse Engels em seu nome e no de seu ilustre amigo — não é um dogma, mas um guia para a ação. Esta tese clássica sublinha com notável vigor e força de expressão um aspecto do marxismo que freqüentemente se perde de vista. E ao perdê-lo de vista, fazemos do marxismo algo unilateral, disforme, morto, arrancamos sua alma viva, minamos suas bases teóricas cardeais: a dialética, a doutrina do desenvolvimento histórico multilateral e cheio de contradições; debilitamos sua ligação com as tarefas práticas determinadas da época, que podem mudar com cada nova vira-

gem da história.

E em nossos tempos, entre os que se interessam pelos destinos do marxismo na Rússia, encontra-se amiúde gente que perde de vista justamente esse aspecto do marxismo. Mas deve estar claro para todos que nos últimos anos a Rússia passou por mudanças muito bruscas, que modificaram com rapidez e força extraordinárias a situação, a situação política e social, que é a que determina de maneira direta e imediata as condições da ação e, por conseguinte, as tarefas da ação. Não me refiro, é claro, às tarefas gerais e fundamentais, que não mudam com as viragens da

história se não muda a correlação fundamental entre as classes. É de uma evidência absoluta que essa tendência geral da evolução econômica (e não só econômica) da Rússia não alterou a correlação fundamental entre as diversas classes da sociedade russa.

Mas as tarefas da ação imediata e direta sofreram neste período uma mudança muito profunda, porquanto mudou a situação política e social concreta; **por conseguinte**, também no marxismo, como doutrina viva, **não podiam deixar** de passar a primeiro plano **distintos** aspectos dele.

## No marxismo, como doutrina viva, não podiam deixar de passar a primeiro plano distintos aspectos dele.

Para aclarar esta idéia, observemos quais foram as mudanças concretas da situação política e social nos últimos seis anos. Diante de nós se destacam em seguida os dois triênios em que se divide esse período: um, que termina até o verão de 1907; o outro, no verão de 1910. Do ponto de vista puramente teórico o primeiro triênio se distingue pelas rápidas mudanças nas características fundamentais do regime político da Rússia, com a particularidade de que a marcha dessas mudanças foi muito desigual, a amplitude das oscilações foi muito grande para ambos os lados. A base econômica e social dessas mu-

danças da “superestrutura” foi a ação de **todas** as classes da sociedade russa nos terrenos **mais diversos** (atividade na Duma e fora da Duma, na imprensa, nas associações, nas reuniões etc.), uma ação tão aberta, imponente e massiva como poucas vezes registra a história.

Pelo contrário, o segundo triênio se distingue — repetimos que nos limitamos ao ponto de vista puramente teórico, “sociológico” — por uma evolução tão lenta, que quase equivale ao estancamento. Nenhuma mudança mais ou menos apreciável no regime político. Nenhuma ou quase nenhuma ação

aberta e ampla **das classes** na maioria dos “campos” em que durante o período precedente essas ações se desenvolveram.

A semelhança de ambos os períodos está em que a evolução da Rússia foi, no curso de um e do outro, como o era anteriormente, uma evolução capitalista. A contradição entre esta evolução econômica e a existência de numerosas instituições feudais, medievais, não desapareceu, manteve-se de pé sem atenuar-se, porém agravada pelo fato de que certas instituições assumiram parcialmente um caráter burguês.

## A média e a grande burguesia, situadas numa posição de um liberalismo mais ou menos moderado, temiam as mudanças bruscas.

A diferença entre os dois períodos é que, no primeiro, figurava em primeiro plano o problema de qual ia ser o resultado das mudanças rápidas e desiguais mencionadas anteriormente. O conteúdo dessa mudanças, em virtude do caráter capitalista da evolução da Rússia, tinha que ser necessariamente, burguês. Mas há burguesia e burguesia. A média e a grande burguesia, situadas numa posição de um liberalismo mais ou menos moderado, temiam, por sua própria situação de classe, as mudanças bruscas e tratavam de conservar importantes remanescentes das velhas instituições, tanto no regime

agrário como na “superestrutura” política. A pequena burguesia rural, entrelaçada com o campesinato que vive “do trabalho de suas mãos”, devia aspirar forçosamente a **outro gênero** de reformas burguesas, nas quais fica muito menos espaço às sobrevivências medievais. Os operários assalariados, enquanto mantinham conscientemente uma atitude em face do que ocorria ao seu redor, não podiam deixar de adotar uma posição definida a respeito desse choque de duas tendências distintas, que, circunscritas ambas no regime burguês, determinavam não obstante formas totalmente distintas de tal

regime, velocidades totalmente distintas em seu desenvolvimento e distinto grau de sua influência progressista.

Assim, pois, a época do triênio passado colocou em primeiro plano, não por casualidade, mas necessariamente, os problemas do marxismo que podem ser chamados problemas de tática. Nada é mais errôneo do que a opinião de que as discussões e divergências sobre essas questões eram disputas “de intelectuais”, uma “luta pela influência sobre o proletariado não maduro”, uma expressão da “adaptação dos intelectuais ao proletariado”, como pensam os de



“Veji” e toda laia. Ao contrário, foi precisamente por que esta classe tinha adquirido maturidade, que não pôde permanecer indiferente diante do choque das duas tendências distintas no desenvolvimento burguês da Rússia, e os ideólogos dessa classe não puderam evitar expor as formas teóricas correspondentes (de maneira direta ou indireta, como reflexo direto ou inverso) a essas tendências distintas.

No segundo triênio, o choque das tendências distintas do desenvolvimento burguês da Rússia não estava na ordem do dia, porque ambas foram esmagadas pelos ultra-reacionários, obrigadas a retroceder, empurradas para dentro, caladas durante certo tempo. Os ultra-reacionários medievais não só ocuparam o primeiro plano, mas também inspiraram nas mais amplas camadas da sociedade burgue-

sa os sentimentos propagados pelos de “Veji”, o espírito de abatimento e de recuo.

Não foi o choque entre os dois métodos de transformação da velha ordem o que apareceu à superfície, mas a perda da fé em qualquer transformação, o espírito de “submissão”, de “arrependimento”, um entusiasmo pelas doutrinas anti-sociais, a moda do misticismo etc.

### A época do triênio passado colocou em primeiro plano os problemas do marxismo que podem ser chamados problemas de tática.

E esta mudança surpreendentemente brusca não obedece à casualidade, nem é resultado apenas da pressão “de fora”. A época anterior tinha agitado tão profundamente camadas da população que por gerações, durante séculos, tinham estado afastadas, tinham estado alheias às questões políticas, que se tornou natural e inevitável uma “reavaliação de todos os valores”, um novo estudo dos pro-

blemas fundamentais, um novo interesse pela teoria elementar, o abecê da política. Os milhões que se despertaram de pronto do seu longo sono e se depararam com problemas importantíssimos, não puderam manter-se muito tempo nessa altura. Não podiam continuar sem uma pausa, sem voltar às questões elementares, sem uma nova preparação que lhes ajudasse a “digerir” os ensinamentos, sem

precedentes por seu valor, e a tornar possível a uma massa incomparavelmente mais ampla marchar adiante novamente, mas agora de modo muito mais firme, mais consciente, mais seguro e com maior consequência.

A dialética do desenvolvimento histórico tem sido tal, que no primeiro período estava na ordem do dia a realização de reformas ime-

diatas em todos os aspectos da vida do país, e no segundo, o estudo da experiência adquirida, sua assimilação por camadas mais amplas, sua penetração, se se pode expressar assim, no subsolo, nas fileiras atrasadas das diversas classes.

Precisamente porque o marxismo não é um dogma morto, não é uma doutrina acabada, pronta, imutável, mas um guia vivo para a ação, não podia deixar de refletir em si a mudança assombrosamente brusca das condições da vida social. Esta mudança se refletiu numa profunda dispersão, divisão, em vacilações de todo tipo, em uma palavra, numa crise interna

sumamente séria do marxismo. A resistência decidida a essa desagregação, a luta resoluta e tenaz em prol dos fundamentos do marxismo foi novamente posta na ordem do dia. Na época anterior camadas extraordinariamente amplas das classes que não podem prescindir do marxismo ao formular suas tarefas, o haviam assimilado de modo unilateral e mutilado, aprendendo de memória certas "consignas", certas soluções para os problemas táticos, e sem compreender os critérios marxistas para essas soluções. A "reavaliação de todos os valores" nas diversas esferas da vida social conduziu à "revisão" dos

fundamentos filosóficos mais abstratos e gerais do marxismo. A influência da filosofia burguesa em seus mais diversos matizes idealistas encontrou expressão na epidemia machista(\*) que eclodiu entre os marxistas. A repetição de "consignas" aprendidas de memória, mas não compreendidas nem meditadas, conduziu a uma ampla difusão da fraseologia oca concretizada na prática em tendências que nada têm de marxistas, em tendências pequeno-burguesas como o "otzovismo" franco ou envergonhado, ou como o reconhecimento do "otzovismo" como "matiz legítimo" do marxismo.

### **Não foi o choque entre os dois métodos de transformação da velha ordem o que passou à superfície, mas a perda da fé em qualquer transformação, o espírito de "submissão", de "arrependimento", um entusiasmo pelas doutrinas anti-sociais, a moda do misticismo etc.**

Por outro lado, o espírito dos de "Veji", o espírito de renúncia, que abarcou as mais amplas camadas da burguesia, penetrou também na tendência que trata de enquadrar a teoria e o trabalho prático marxistas no leito da "moderação e da escrupulosidade". Do marxismo não resta aí nada mais que a fraseologia com que se revestem esses raciocínios sobre "hierarquia", "hegemonia", etc., completamente im-

pregnados com o espírito liberal.

Este artigo não tem o propósito de analisar esses raciocínios. Uma breve referência aos mesmos é suficiente para ilustrar tudo o que se disse com referência à profundidade da crise pela qual atravessa o marxismo, e sua relação com toda a situação econômica e social no período atual. Não é possível se esquivar dos problemas que essa crise coloca. Nada pode ser mais per-

nicioso e sem princípios que deixá-los de lado valendo-se de frases. Nada é mais importante que reunir todos os marxistas que compreenderam a profundidade da crise e a necessidade de combatê-la, em defesa dos fundamentos teóricos do marxismo e suas teses básicas, desfigurados desde os pontos de vista mais opostos ao estender-se a influência burguesa entre os diversos "companheiros de viagem" do marxismo.

### **A resistência decidida a essa desagregação, a luta resoluta e tenaz em prol dos fundamentos do marxismo foi novamente posta na ordem do dia.**

O triênio precedente despertou camadas tão amplas para a participação consciente na vida social que são muitos os que, pela primeira vez, começam agora a conhecer o marxismo. A imprensa burguesa

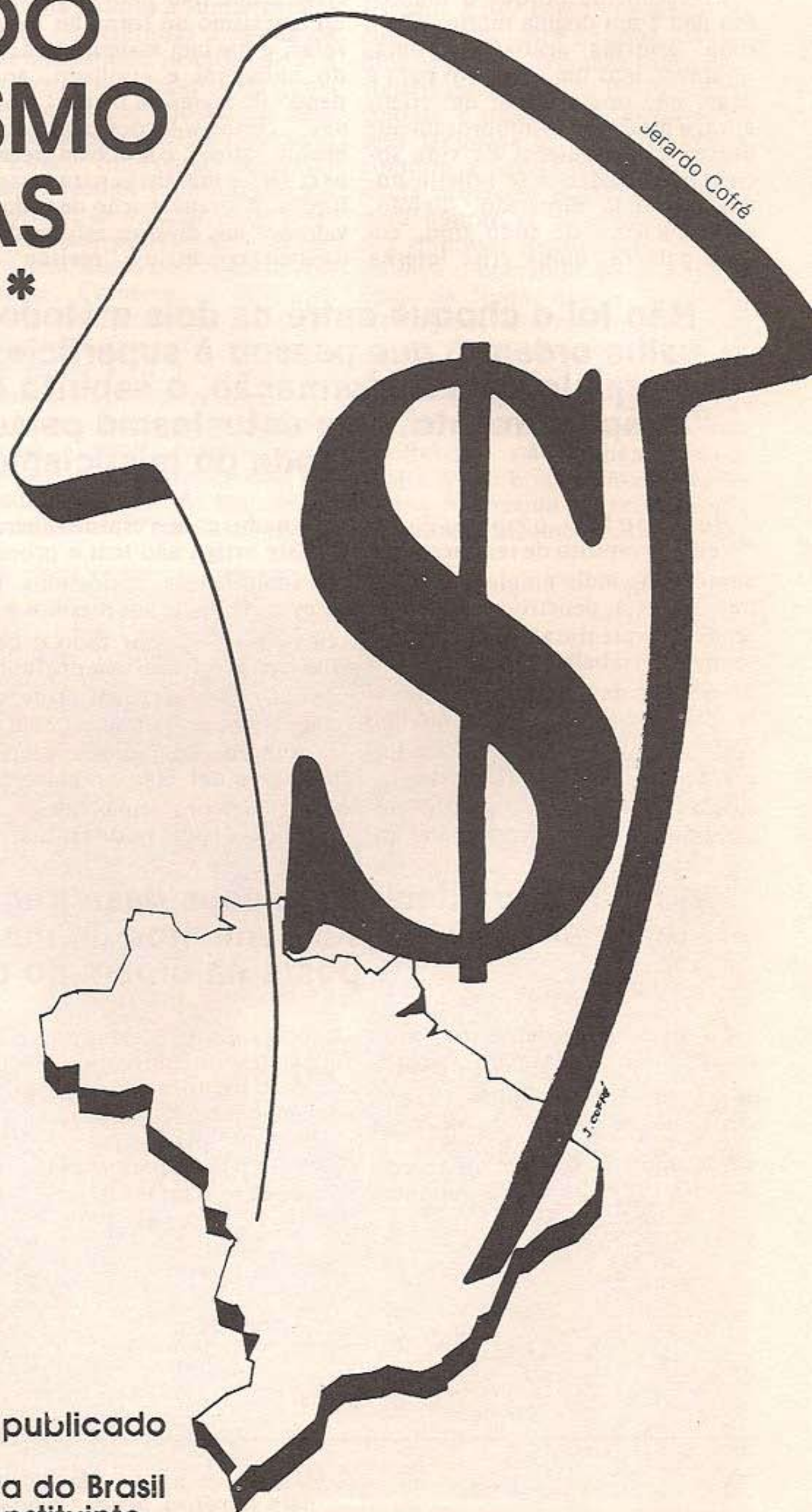
fomenta nesse sentido, muito mais que antes, os equívocos e os difunde com muito mais amplitude. A desagregação do marxismo é particularmente perigosa nessas condições. Por isso, compreender as razões que tornam inevitável essa de-

sagregação nos tempos que atravessamos e nos unirmos para combatê-la conseqüentemente é, no sentido mais direto e exato da palavra, a tarefa do momento para os marxistas.

\* Refere-se a Ernst Mach (1836-1916) — físico e filósofo austriaco, idealista subjetivo, um dos fundadores do empiriocriticismo, que Lênin submeteu a demolidora refutação em "Materialismo e Empiriocriticismo".

# A PILHAGEM FINANCEIRA: TRAÇO DO IMPERIALISMO NOS DIAS ATUAIS \*

Haroldo Lima \*\*



- \* Parte de um estudo a ser publicado pelo autor
- \*\* Líder do Partido Comunista do Brasil na Assembléia Nacional Constituinte.

A dívida externa brasileira é na atualidade o instrumento mais efetivo e brutal pelo qual o capital estrangeiro saqueia o Brasil. É o dado mais flagrante da dependência de nosso país ao exterior.

O problema atinge diversos países que, por causa destas dívidas, estão impedidos de se desenvolver. Alguns já se acham privados da autodeterminação ou estão com suas soberanias aviltadas.

A dívida externa não é um fenômeno novo. Existe desde os primórdios do capitalismo. Apresenta, contudo, nas décadas recentes, conotação particular de excepcional importância.

Os que se colocam no terreno científico da análise econômica buscam situar o problema da dívida no contexto geral da economia capitalista mundial. Para tanto é necessário reportar-se à análise marxista do capital e, a partir daí, acompanhar o desenvolvimento dos fatores que caracterizam as dívidas externas atuais.

## Da livre concorrência ao Monopólio

Em 1867 Marx publicou o Livro I de O CAPITAL. Nas décadas de

60 e 70 do século XIX o capitalismo competitivo atingiu o seu desenvolvimento máximo. Embora antes de 1860 já se registrasse a existência de monopólios capitalistas, foi no final do século XIX e no início do século XX que “os cartéis se converteram em uma das bases de toda a vida econômica”, e o “capitalismo se transformou em imperialismo” (Lênin, “O Imperialismo, Etapa Superior do Capitalismo”). (1)

Com esta obra de Lênin, publicada em 1916, o pensamento marxista desenvolveu-se, acompanhando a evolução que se efetivara na base econômica da sociedade. Enquanto “O CAPITAL”, de Marx, expõe em profundidade as leis gerais do capitalismo, em “O IMPERIALISMO...” Lênin identifica, 50 anos depois, as particularidades da etapa superior, monopolista, do próprio capitalismo.

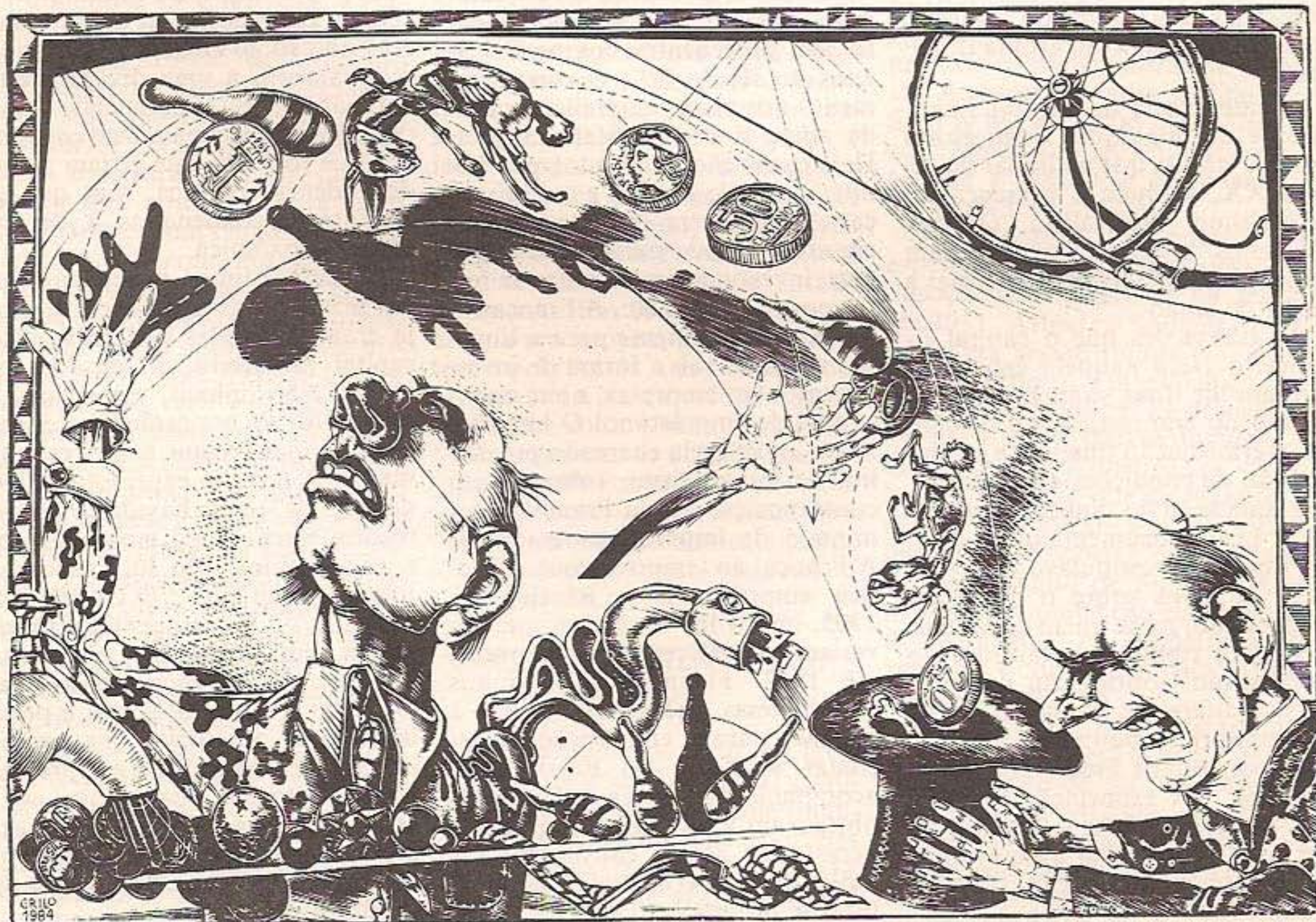
Hoje, transcorridos mais de 70 anos desta publicação, a base econômica monopolista do sistema permanece a mesma em suas linhas gerais. Vivemos, ainda, a época do imperialismo estudada por Lênin. É por isso que sua obra apresenta espantosa atualidade.

Mas o capitalismo, hoje, adquiriu também importantes particularidades. Uma delas é a forma que tomou e o papel que passou a ter a dívida externa, como um dos mecanismos primordiais da espoliação imperialista.

## Monopólio e Capital financeiro

O surgimento de nova etapa no capitalismo — a etapa imperialista — começa com a concentração da produção e do capital. Assim criam-se os monopólios. No setor industrial, a concentração da produção leva ao aparecimento do capital monopolista industrial; e no setor bancário ocorre fenômeno equivalente. A função originária dos bancos era a intermediação dos pagamentos. Uma função secundária. À medida que a economia mundial foi se desenvolvendo e as operações bancárias se multi-

(1) “O famoso truste do petróleo dos EUA, a Standard Oil Company (ESSO) foi fundado em 1900”, documenta Lênin.





plicando, dá-se um processo de concentração bancária e “os bancos se convertem, de modestos intermediários que eram antes, em monopólios onipotentes...” (Lênin, obra citada).

Da fusão dos capitais bancário e industrial surge o capital financeiro e, nesta base, a oligarquia financeira.

A emergência do capital financeiro e da oligarquia financeira é um dos traços, que no limiar do século XX, assinala a presença do capitalismo imperialista. Os empréstimos internacionais ganham impulso e características próprias a partir de então.

As transações que o capital financeiro fazia naquela época garantiam-lhe duas vantagens: a comissão do empréstimo ou o lucro da intermediação financeira e a imposição de condições especiais para a aplicação do dinheiro emprestado. Lênin documenta que o capital financeiro estipulava de 8% a 18% de juros sobre o montante emprestado, neste início do século: e observa como as “cláusulas do empréstimo” obrigavam os devedores a diferentes injunções, como a de comprar produtos no país credor e em ramos industriais determinados. “A exportação de capitais — escreve Lênin — passa a ser um meio de estimular a exportação de mercadorias”. (Lênin, obra citada).

## A exportação de capitais

A exportação de capitais — outro traço característico do imperialismo — ganha um desenvolvimento sem precedentes nos primeiros anos do século XX. O comportamento dos países capitalistas guarda entre si certas diferenciações. Dois casos são analisados por Lênin — o da Inglaterra e o da França. A Inglaterra exporta capitais em nível elevado para as suas colônias, investindo em estradas de ferro, portos, minas etc. A França exporta principalmente para a Europa, mas não sob a forma de investimentos em empresas, e sim como capital de empréstimo. O imperialismo inglês seria chamado por Lênin de **imperialismo colonial**, em contraposição ao da França denominado de **imperialismo usurário**. A França, ao tempo em que concedeu empréstimos à Rússia, em 1905, impôs-lhe condições que deveriam prevalecer, por contrato, até 1917. Financiamentos feitos por ingleses, franceses, belgas e alemães para a construção de estradas de ferro no Brasil eram acompanhados de cláusulas que o obrigavam a adquirir os materiais necessários para a construção nos países de onde o capital de empréstimo se originava.

A ação do capital financeiro e a exportação de capitais faz com que se estendam os tentáculos das grandes potências imperialistas por todo o mundo, submetendo os diversos países à dependência. A ação imperialista, do capital financeiro e da exportação de capitais, leva não só ao controle do mundo mas também a uma divisão deste entre as diferentes potências. Desse controle não escapam nem os Estados que formalmente gozam de independência política, mas que se encontram condenados à dependência econômica.

Os empréstimos internacionais, nas primeiras décadas deste século, já eram operações realizadas pelo capital financeiro em escala universal. Não tinham, entretanto, a magnitude e a importância preponderante que vieram a ter recentemente. A própria expressão “dívida externa”, hoje havida como categoria essencial da moderna economia política, não foi usada por Lênin em seu livro “O IMPERIALISMO...”. Os empréstimos resultavam em operações altamente rentáveis para os monopolistas pelos juros que estabeleciam e pelas imposições acessórias que propiciavam. O credor quase sempre obtinha vantagens comerciais, concessões de diversos tipos como exploração de uma jazida, construção e operação de portos, venda de produtos etc.

## A evolução do Imperialismo

O destaque excepcional que as “dívidas externas” passaram a ter nas operações do grande capital financeiro é resultado da evolução que teve o imperialismo.

Retomando a análise de Lênin, debruçemo-nos sobre um dos aspectos mais importantes do capitalismo financeiro — o seu caráter parasitário.

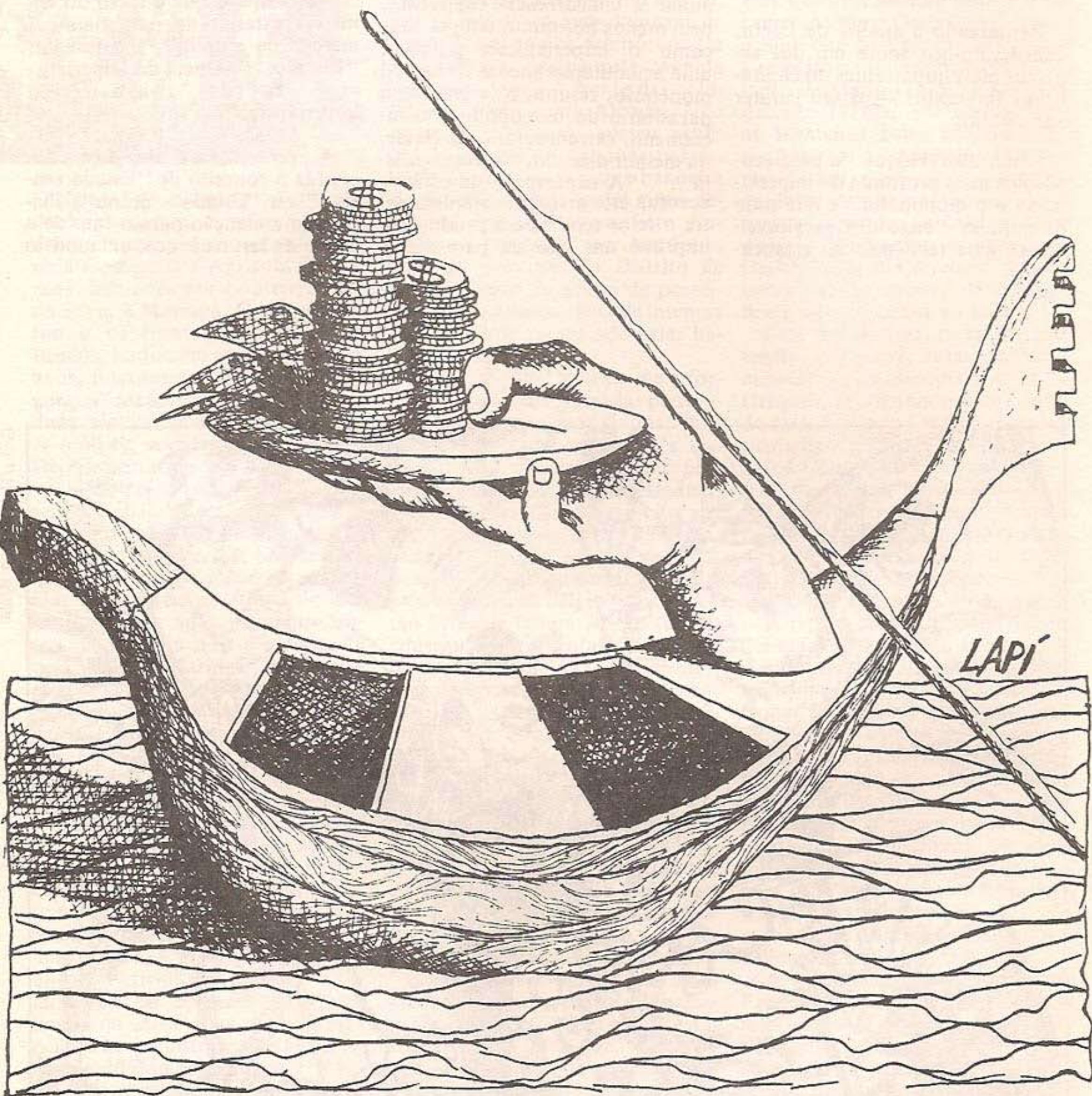
Lênin observa que “a base econômica mais profunda do imperialismo é o monopólio” e que todo monopólio “engendra inevitavelmente uma tendência ao estanca-

mento e à decomposição”. Ao fixar arbitrariamente preços e ao controlar os mercados, os monopólios tendem a fazer desaparecer “as causas estimulantes do progresso técnico e, por conseguinte, de todo o progresso...”. É claro que essa tendência não poderá eliminar a concorrência capitalista, pelo menos por muito tempo. Mas como o imperialismo promove uma acumulação imensa de capital monetário, resulta, pela tendência parasitária do monopólio, “o incremento extraordinário da classe, ou melhor dizendo, do setor rentista...”. “A exportação de capitais acentua este divórcio completo entre o setor rentista e a produção e imprime um selo de parasitismo

aos países monopolistas”. Ao examinar a relação entre o lucro que a Inglaterra auferiu de seu “comércio exterior e colonial, da importação e exportação” com o que, em 1899, recebeu o setor que vive de rendas, Lênin constatou que “o lucro dos que vivem de rendas é cinco vezes maior que o lucro do comércio exterior do país mais comercial do mundo”. E arremata: “Eis aqui a essência do imperialismo e do parasitismo imperialista!”.

A partir desta análise Lênin introduz o conceito de “Estado rentista” ou “Estado usurário”, chamando a atenção para o fato de a Holanda ser, na época, um modelo







de "Estado Rentista". Citando estudos da época, diz Lênin: "A Inglaterra está se convertendo paulatinamente de Estado Industrial em Estado Credor. Apesar do aumento abrupto da produção e da exportação industriais, cresce a importância relativa para toda a economia nacional dos lucros procedentes dos juros e dos dividendos, das emissões, das comissões e da especulação". E conclui: "... isto é precisamente o que constitui a base econômica do auge imperialista".

Nos anos posteriores à publicação da obra de Lênin o imperialismo continuou a se desenvolver. Uma nova potência imperialista se destaca frente às outras: os Estados Unidos. A pujança da sua economia chama a atenção. Os EUA são hoje, o principal país credor do mundo em geral e do Brasil em particular.

Como estes fenômenos novos se articulam com a teoria leninista do imperialismo?

O processo de monopolização leva, como já vimos, o imperialismo a ter um caráter parasitário, de decomposição. O setor rentista ou usurário também se desenvolve e vai assumindo crescente importância. Quanto maior a monopolização, tanto mais exacerbado o parasitismo, tanto mais profunda a separação entre o capital investido na produção e aquele investido na especulação, tanto mais ressalta o setor que vive de rendas.

O crescimento do imperialismo, a demonstração de sua pujança, verifica-se, contraditoriamente, com o desenvolvimento do seu parasitismo, do seu estado de decomposição, com a importância do seu setor rentista, usurário, especulador, não produtivo. Lênin salienta que no período inicial do século, "nos EUA, o desenvolvimento econômico tem sido mais rápido que na Alemanha, e, precisamente graças a esta circunstância, os traços parasitários do capitalismo norte-americano contemporâneo ressaltam com particular relevo".

O desenvolvimento do capitalismo nas décadas que se seguiram à obra de Lênin tornou muito maior, mais complexo e organizado o setor financeiro internacional. O potencial de ganhar dinheiro à margem da atividade produtiva cresceu sobremaneira. Agigantou-se a capacidade parasitária do sistema financeiro.

Na linha de frente dessa febril

atividade parasitária, centenas de grandes bancos manejam as finanças do mundo, tomando decisões fundamentais à vida dos povos. Bancos, grupos de bancos e organismos internacionais, Citibank, Loyds, Chase, BIRD, FMI, Clube de Paris e outros, organizam, dividem e controlam, entre si, a imensa agiotagem intercontinental, da qual a moderna dívida externa dos países é uma mera expressão jurídico-legal.

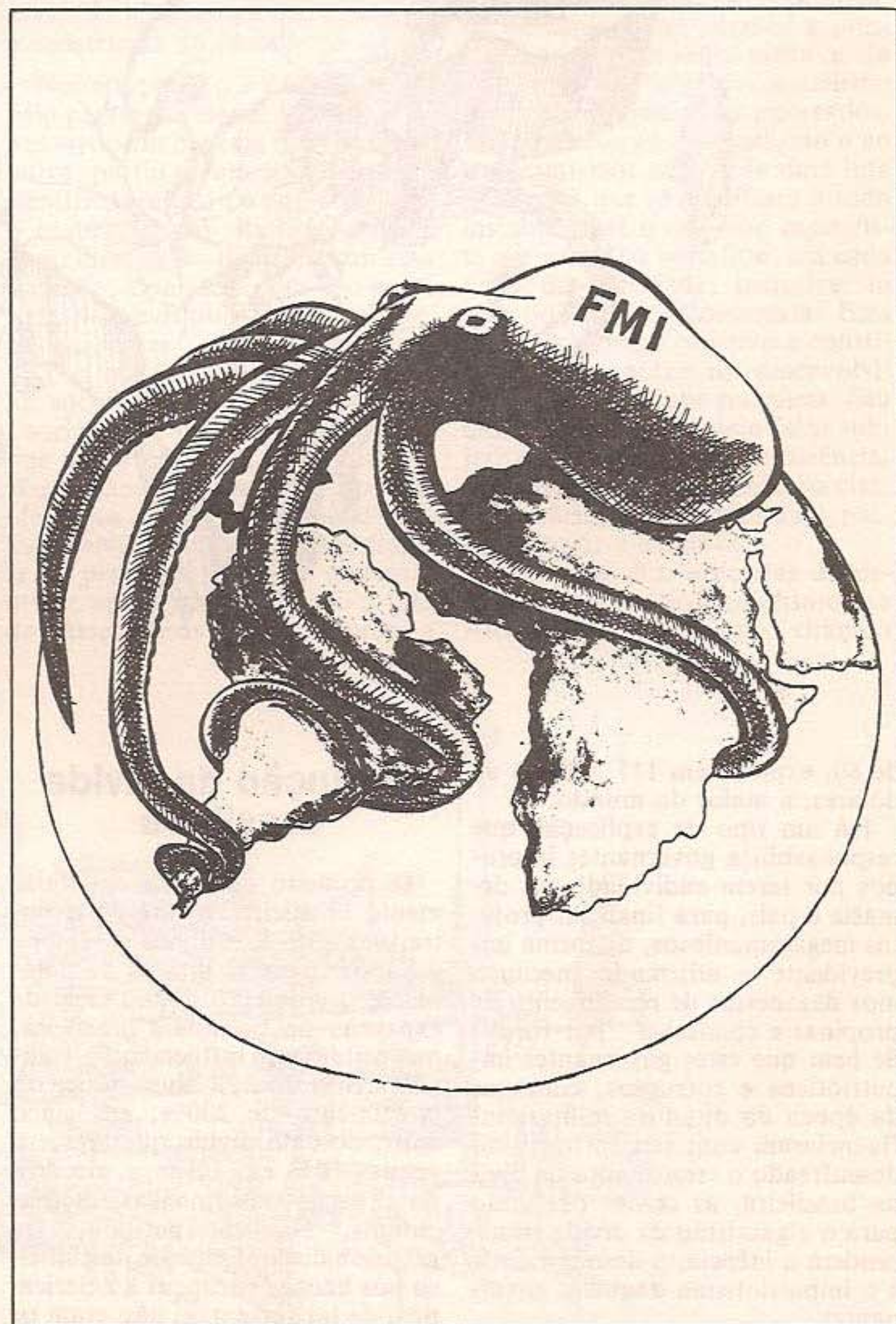
## Fenômeno novo

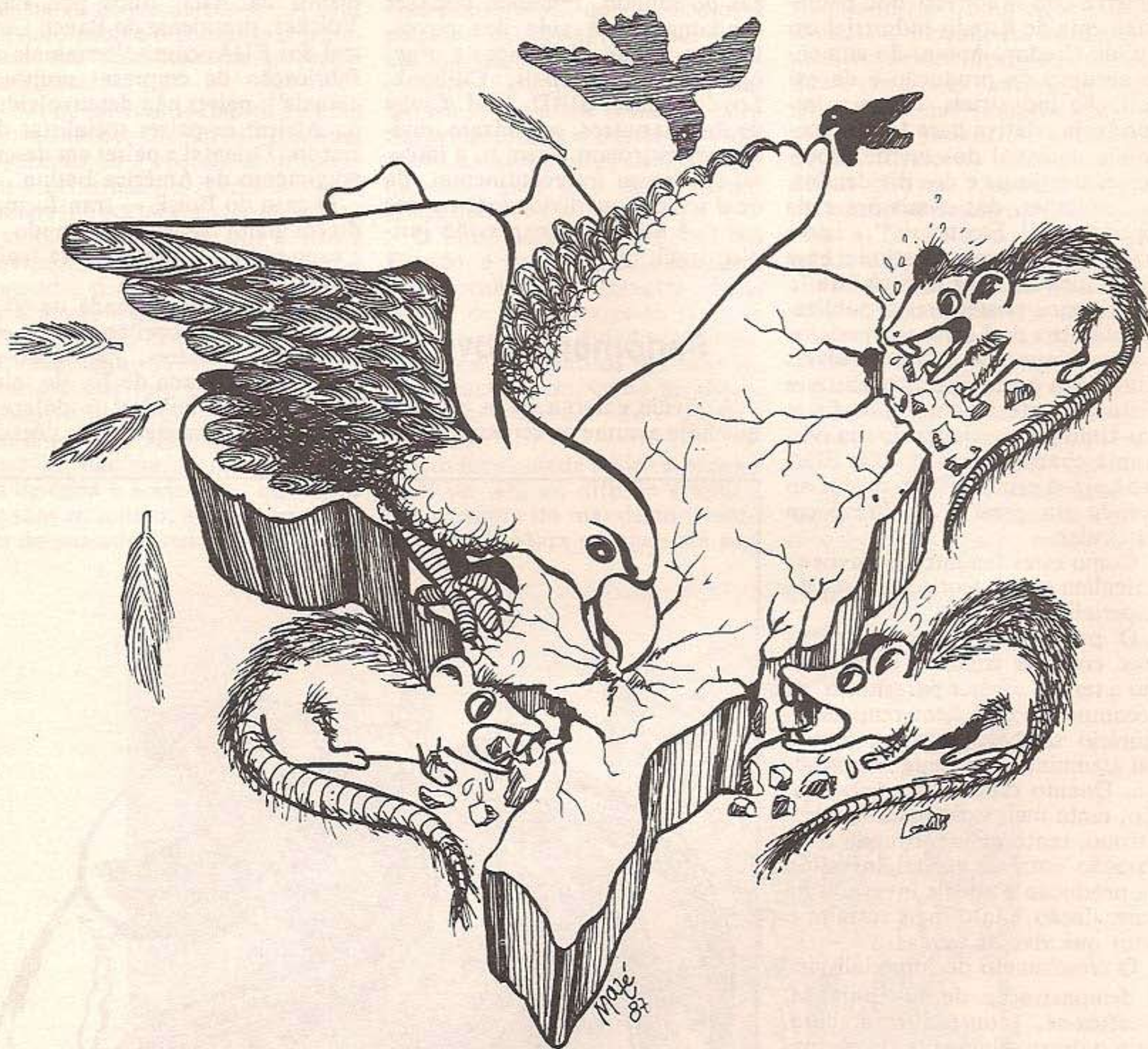
A dívida externa, com a feição que hoje assume na economia polí-

tica, surge nas últimas duas décadas. Atinge países em desenvolvimento da Ásia, tidos por Paul Volcker, presidente do Banco Central dos EUA, como "terminais de fabricação de empresas multinacionais"; países não desenvolvidos da África; ex-países socialistas da Europa Oriental e países em desenvolvimento da América Latina.

O caso do Brasil — transformado em maior devedor do mundo — é exemplo da natureza deste fenômeno.

Durante toda a década de 60 a dívida brasileira oscilou entre 3 e 4 bilhões de dólares, mantendo-se estável. Na década de 70, ela salta de 4 para 50 bilhões de dólares. Pouco depois da metade da década





de 80, explode em 115 bilhões de dólares, a maior do mundo.

Há um tipo de explicação que responsabiliza governantes improbos por terem endividado em demasia o país, para financiar projetos megalomaniacos, de forma imprevidente e utilizando mecanismos desonestos de recebimento de propinas e comissões "por fora". Se bem que estes governantes impatrióticos e corruptos, como os da época da ditadura militar, influenciaram com seu entreguismo desenfreado o crescimento da dívida brasileira, as razões de fundo para o gigantismo da dívida transcendem a inépcia, a desonestidade e o impatriotismo daqueles governantes.

## Evolução da dívida brasileira

O primeiro surto do endividamento brasileiro recente dá-se entre 1969 e 1973. A dívida passou de 4 bilhões para 12 bilhões de dólares. É o momento de um ciclo de expansão na economia brasileira, que certamente influenciou o endividamento. Mas, a causa básica do crescimento de 200%, em cinco anos, de uma dívida que crescera apenas 30% em 10 anos, decorre da situação das finanças internacionais. Naquele período, era grande a disponibilidade de dinheiro nos bancos europeus e americanos, de tal sorte que, não eram os

clientes que estavam atrás dos bancos, mas os bancos que estavam atrás dos clientes. Eram oferecidos créditos a longo prazo, juros tradicionais e taxas de risco (spread) relativamente baixas. A quem arranjasse um bom cliente, tipo Eletrobrás, com um bom avalista, tipo Banco Central do Brasil, os banqueiros davam "por fora" uma boa comissão, que era, claro, debitada ao tomador. Foi como sucedeu no caso do financiamento da usina hidrelétrica de Água Vermelha, quando o banco Crédit Commercial de France depositou em bancos suíços "comissões" para o grupo do então embaixador em Paris Delfim Netto, como está descrito no chamado Relatório Sarai-

va, e confirmado pelo ex-ministro do Exército, general Sílvio Frota.

O surgimento de uma conjuntura internacional adversa no meio financeiro, logo após o primeiro "choque do petróleo", levou às primeiras elevações dos juros e dos spreads, que começaram a refletir fundo no custo da dívida brasileira. No triênio 1974/76, a dívida subiu para 26 bilhões de dólares e os juros pagos, neste período, foram de 4 bilhões de dólares, o equivalente a todo o montante da dívida existente em 1964, ano do golpe militar no Brasil.

Reequilibrado o mercado financeiro internacional, com a reciclagem dos petrodólares, de novo cresce a disponibilidade dos bancos e estes voltam a procurar novos clientes, oferecendo prazos dilatados e baixos spreads. As autoridades monetárias brasileiras definiram uma política econômica de endividamento crescente, incentivando a tomada de empréstimos no exterior, inclusive aumentando artificialmente os juros internos. O resultado foi um novo salto da dívida brasileira, que passou de 26 bilhões de dólares, em 1976, para 44 bilhões de dólares no final de 1978.

## A disparada dos juros

É a partir do fim da década de 70 que ocorre um fato novo nas relações financeiras internacionais. Com o retorno a uma conjuntura recessiva e os efeitos do segundo "choque do petróleo", os banqueiros internacionais elevaram os juros a níveis jamais vistos. Há cerca de 150 anos, os juros médios dos empréstimos internacionais oscilam de 6 a 8 por cento. Agora, estes juros são subitamente elevados para 12,15 e até 21,5 por cento, valor alcançado pela *prime rate* americana, em maio de 1981. O que valeu de Helmut Schmidt, chanceler alemão, a observação de que eram "os mais altos juros cobrados desde o nascimento de Jesus Cristo".

Esse súbito e elevado crescimento das taxas de juros está relacionado ao grande poderio do capital parasitário, daquele que pretende auferir altas rendas, independentemente, à margem e em detrimento da atividade produtiva.

O juro é uma parte do lucro do capital, pago ao seu proprietário,



pelo empresário que o tomou emprestado e o aplicou produtivamente. Em "O CAPITAL" (Livro III cap. XXI), Marx apresenta o exemplo do proprietário de 100 libras esterlinas que cede este capital, emprestado, a um industrial que, pondo-o em atividade, obtém um lucro de 20 libras. Se, ao cabo de um ano, este industrial paga ao proprietário do capital 5 libras, retirados do seu lucro de 20 libras, é a esta quantia de 5 libras que se chama juro. No caso, o juro foi 25% do lucro do industrial. Mas o proprietário do capital que recebeu 5 libras pelo dinheiro que emprestou poderia cobrar pelo mesmo empréstimo 6 libras, sete ou dez! Seus juros poderiam aumentar. Evidentemente que não poderiam subir demasiadamente porque senão, ao industrial, já não interessaria tomar o dinheiro emprestado. Isto situa um problema de grande importância: é que o lucro médio tem limites estabelecidos pelas leis do mercado, a lei do valor, o preço de produção, a lei da oferta e da procura. E o juro não obedece a leis determinantes, é estipulado arbitrariamente.

No capítulo citado de "O CAPITAL", Marx acentua que "não existe taxa 'natural' de juros"; que "a taxa média de juros ou a média das taxas de juros (...) não é determinável, em seus limites, por alguma lei geral, porque se trata apenas da repartição do lucro entre dois possuidores de capital sob títulos diferentes".

Não dependendo de nenhuma lei geral que a determine, a parte do

lucro que é paga como juro oscila ao acaso.

Com o grande incremento do capital financeiro crescem as suas condições de aumentar arbitrariamente as taxas de juros e de destinar ao custeio e desenvolvimento do capital parasitário parcelas cada vez maiores do lucro médio do capital.

No Brasil, esse fenômeno trouxe grandes repercussões na economia e na política e mostra as razões mais profundas da recessão local.

O dinamismo do sistema capitalista depende dos reinvestimentos feitos pelos empresários a partir dos lucros auferidos por suas empresas. A parcela do lucro reinvestida na produção é computada no que se chama de formação bruta do capital fixo. É da máxima importância comparar a evolução dessa parcela com a outra — a que se destina ao pagamento dos juros da dívida externa.

Na década de 70 o crescimento médio anual da "Formação Bruta do Capital Fixo" (FBCF), foi de 23%. Mas, a partir de 1979, com a elevação das taxas internacionais de juros, esse crescimento caiu para 3%. Em contrapartida, os juros da dívida externa na década de 70 foram de US\$ 1,2 bilhões e, a partir de 1979, de US\$ 4,2 bilhões, chegando em rápida escalada a US\$ 11,4 bilhões, patamar em que até hoje permanece.

Os juros da dívida externa, em 1970, representavam 2,3% do total da Formação Bruta de Capital Fixo. Em 1979 passou a representar 8% e, em 1982, nada menos que 19%. Aí é que se deu o período recessivo. (2)

A transformação de lucros que poderiam ser reinvestidos produtivamente em juros estéreos remetidos ao exterior é causa básica da recessão.

## Ciranda financeira

A repercussão dos juros flutuantes — a que os contratos obrigam os países endividados a seguir — no montante das dívidas, foi avas-

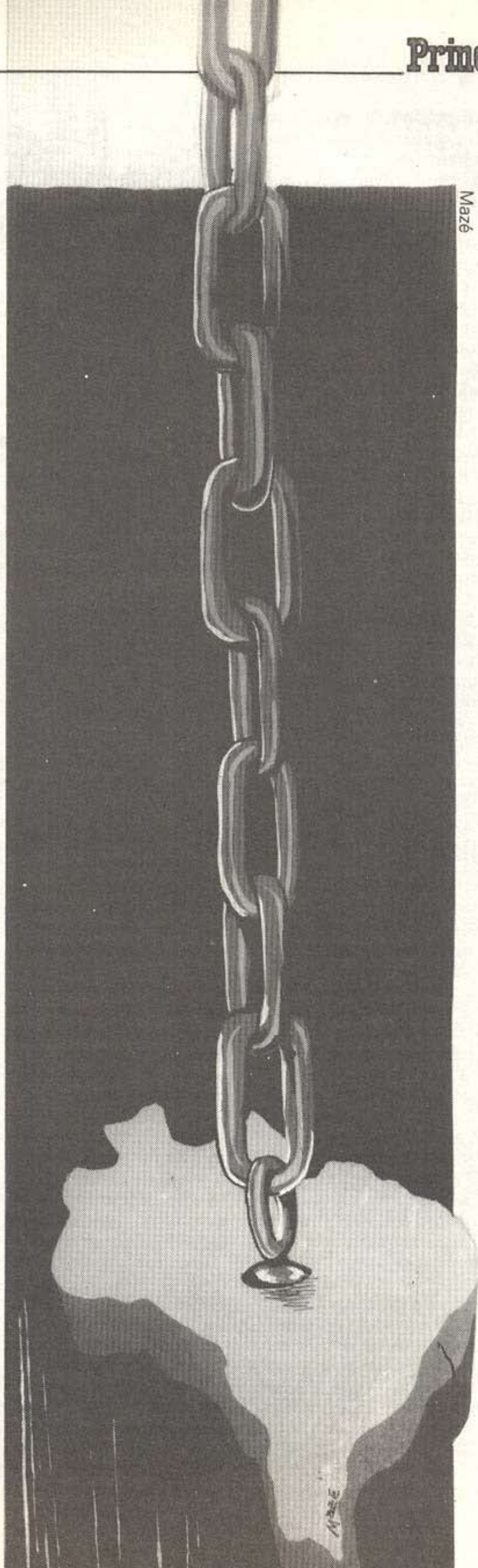
(2) Ver o estudo "Dívida externa, instrumento de dominação neocolonialista" de Luiz Gonzaga, in *Princípios*, n.º 11.

saladora. A América Latina foi a mais prejudicada com esse novo mecanismo. A cada 1% de adicional na taxa de juro o Continente tinha de pagar cerca de 1,8 bilhão de dólares por ano. Em apenas três anos — de 1981 a 1983 — os países latino-americanos pagaram 81,7 bilhões de dólares. O México teve sua conta de juros quadruplicada de 1979 a 1981, passando de 2,3 bilhões para 9,8 bilhões de dólares. E o Brasil, no mesmo período, viu sua conta de juros aumentar duas vezes e meia, chegando a 12 bilhões de dólares em 1982.

Configura-se então uma ciranda financeira terrível nas contas externas brasileiras, com enormes prejuízos para o país. Para pagar as altas contas dos juros, arbitrariamente elevadas, o Brasil tomava dinheiro emprestado, aumentando assim a sua dívida, tendo que pagar mais juros, e tendo que tomar mais dinheiro emprestado, caindo assim no círculo vicioso da agiotagem internacional, do capital parasitário ávido de encher suas burras sem trabalho, sem produção, sem desenvolvimento, com rendas, juros, taxas, papéis e mais papéis.

Os países da América Latina jogados no pântano do capital em decomposição, passaram a ser ludibriados abertamente e acintosamente saqueados. A maior parte dos novos empréstimos, tomados para pagar juros, aumentava o montante da dívida e nem chegavam a entrar nos países devedores. Entre 1981 e 1985, a América Latina contraiu 272,9 bilhões em empréstimos dos quais 250 bilhões de dólares não entraram no continente. Parte substancial, 170 bilhões de dólares, ficou nos mesmos bancos que fizeram o empréstimo para pagamento de juros ou de parcelas do principal.

Os juros anormalmente elevados vigoraram até 1985, como política financeira dos Estados Unidos. Nos seis anos de aplicação dessa política, a América Latina pagou 209,7 bilhões de dólares de juros. Tem-se mostrado recentemente que a Alemanha, depois da I Grande Guerra Mundial, foi obrigada a pagar uma quantia astronômica como reparação da guerra, 250 bilhões de dólares. A América Latina depois de pagar 209,7 bilhões de dólares, longe de ver essa dívida diminuir, viu-a dobrar e chegar a 368 bilhões de dólares.



Mazé

## Exportar — Solução entreguista

O capital financeiro internacional, a partir de 1981, definiu outro tipo de política a ser executada pelos países devedores para continuar cumprindo fielmente suas sentenças de morte. Todo o esforço deveria ser feito para se atingir grandes **superávits** nas balanças comerciais para que assim houvesse divisas para se pagar a dívida e seus serviços. Os grandes **superávits** viriam, em primeiro lugar, do rebaixamento forçado das importações, deixando-se de importar inclusive insumos e componentes indispensáveis ao crescimento e até à manutenção da produção nacional. O país exportaria também tudo o que tivesse à mão, independentemente de preços e sobretudo com preços aviltados. O objetivo era exportar, não investir, desaquecer a produção, promover a recessão, retraindo o mercado interno.

O Brasil entrou fundo nessa política e passou a exportar não só minérios, café, cacau, soja, máquinas e automóveis, como os produtos mais exóticos tipo barbatana de tubarão, palito, pele de jacaré, ovo de codorna, novela de televisão etc.

Países que tinham crônicos **déicits** nas suas balanças comerciais, como num passe de mágica, começaram a ter enormes **superávits**. O imperialismo demonstrou grande capacidade de manipular as regras do jogo do comércio internacional. Em termos de América Latina, a política de recessão forçada e da exportação a qualquer preço, a política de produzir divisas para pagar dívidas, fez com que, um **déficit** continental de 1,7 bilhão de dólares em 1981 se transformasse num gigantesco **superávit** de 113,6 bilhões de dólares nos quatro anos seguintes. A essa quantia acrescentou-se mais divisas para se entregar aos banqueiros internacionais, entre 1981 e 1985, a cifra astronômica de 133 bilhões de dólares como pagamento dos serviços da dívida da América Latina.

Essa fabulosa quantia é quase sete vezes maior que toda a promessa feita pelos Estados Unidos quando lançou com espalhamento, no começo da década de 60, seu programa Aliança para o Progresso, que previa a inversão salvadora

de 20 bilhões de dólares na América Latina durante dez anos! E mais: o montante que o pobre continente latino-americano entregou ao capital estrangeiro para pagamento de juros de suas dívidas, de 1981 a 1985, é equivalente ao que o governo dos Estados Unidos gastou em toda a guerra do Vietnam.

O impacto da recessão na economia latino-americana foi brutal. A produção caiu, fábricas foram fechadas, o desemprego se elevou e com ele o aguçamento da crise social.

A política de recessão forçada e da exportação a qualquer preço, mesmo do ponto de vista puramente econômico, não foi alternativa para o problema das dívidas dos subdesenvolvidos. Porque grandes **superávits** comerciais só podem aparecer se os países altamente capitalizados comprarem muitos produtos, ainda que a preços de banana, dos países endividados. No jogo internacional essa função foi sendo assumida, nos últimos anos, pelos Estados Unidos, o que gerou novos problemas e impasses. Os Estados Unidos terminaram se transformando em grande país devedor, com imensos serviços de sua dívida e com uma economia desequilibrada. As contradições, principalmente com os japoneses, se aguçaram, e retaliações comerciais e barreiras protecionistas foram ativadas.

Os países saqueados pelo capital parasitário têm sofrido duros revezes nos seus processos de desenvolvimento. De 1980 a 1985 o PIB **per capita**, da África, caiu 11%; na América Latina e Caribe a queda foi de 7,5%; no Oriente Médio a queda foi de 19,5%. No mesmo período, os países ricos cresceram em média 8%. (Melvin Westlake, revista South, em Retrato do Brasil, de 6 a 12 de abril de 1987). Escritores e economistas têm chamado a década de 80 de "a década perdida" para todos os países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento.

### "Caminhos da sobrevivência"

Ameaçados, os países têm procurado caminhos para sobreviver. Na América Latina alguns têm sido tentados.

O Peru optou por limitar os pagamentos dos juros da dívida a

10% do saldo de sua balança comercial. Por causa disso, o FMI o tem tratado com hostilidade. A Venezuela tentou estabelecer limites nos juros de sua dívida, não tendo mantido sua posição. As Filipinas têm procurado selecionar dívidas, repudiar umas e pagar outras.

O Brasil, depois da chamada Nova República, passou a dar um tratamento diferenciado à questão da dívida externa, se cotejarmos com a posição mantida pela ditadura militar com a subserviência mais completa e antipatriótica do regime dos generais ao capital imperialista. O governo Sarney inaugurou, sobretudo com Dilson Funaro no Ministério da Fazenda, uma política de negociação sem monitoramento. O FMI foi mantido à distância e sua política recessiva não foi aceita. O objetivo do desenvolvimento foi recolocado e com ele uma política de maior emprego.

Contudo, após o fracasso do Plano Cruzado I, o país buscou um novo caminho para enfrentar o seu problema capital. O próprio fracasso do Cruzado I, em boa parte se deve a que, no momento em que existiam divisas no país e em que o governo gozava de algum prestígio, não foram tomadas medidas enérgicas que tocassem no problema capital do país. Já numa situação econômica e política difícil, com reservas gravemente diminuídas, o governo teve que fazer uma suspensão parcial do pagamento dos juros da dívida externa. Os banqueiros internacionais se irritaram. Na relação com os devedores os grandes banqueiros não admitem qualquer veleidade de independência, exigem submissão total. Para que não prosperasse o exemplo do Brasil, de pequena e pálida resistência às imposições dos banqueiros, estes começaram a selar acordos relativamente benéficos com outros países devedores, como a Venezuela, Argentina, Filipinas e México. No plano interno brasileiro, começaram a divulgar rumores de um golpe de Estado e exigiram a saída do ministro da Fazenda, Dilson Funaro.

Mas, mesmo com sua tímida moratória, o governo Sarney reafirma sua política de prioridade às exportações e toma medidas recessivas, com o objetivo de assegurar saldos comerciais crescentes com o exterior, de modo a retomar o pa-

gamento do serviço da dívida. O novo ministro Bresser apressa-se em preparar politicamente o retorno do Brasil ao comando do FMI. O seu plano econômico já adota a fórmula clássica do Fundo: conter a inflação na base do arrocho salarial, desaquecer a economia e buscar os superávits comerciais. É a mesma receita que tem levado tantos países ao fundo... do buraco.

## No rumo da desnacionalização

De repente, "nova" e "salvadora" idéia desponta no horizonte das alternativas ditadas pelos banqueiros internacionais e pelos técnicos à cata de soluções capitulacionistas: transformar os juros e o principal da dívida em capital de risco no Brasil.

Esta idéia vem associada a um ajuste na estratégia de penetração do capital estrangeiro no Brasil: a de criação de zonas industriais voltadas exclusivamente para a exportação, verdadeiros enclaves coloniais na economia nacional.

A idéia aparentemente é simples: se os empréstimos são transformados em capital de empresas não haverá mais juros a pagar. Na realidade, as coisas se processam de modo inverso. Como os juros são apenas parte do lucro advindo do emprego do capital emprestado, as taxas de juros nunca poderão ser maiores do que a taxa média de lucro do capital, sob pena de inviabilizar os empréstimos. (3) Por isso, a médio e a longo prazo, os empréstimos convertidos em capital de risco tenderão a pressionar por remessas de lucros em taxas superiores às dos juros anteriormente praticadas.

Do ponto de vista de solucionar a sangria de divisas, a conversão da dívida em capital de risco não passa de um paliativo que, longe de resolver, agravará o problema.

Mas quanto a resolver o problema dos banqueiros internacionais e das empresas multinacionais a conversão funciona eficientemente.

Os bancos estão tendo grandes prejuízos com a desvalorização

crescente de seus títulos relativos a dívidas de países do chamado terceiro mundo. Devido às dificuldades quanto ao recebimento destes empréstimos, ou mesmo dos seus juros, os títulos destas dívidas vêm sofrendo cada vez maior deságio no mercado financeiro. No mercado secundário estes títulos estão valendo, em média, trinta a quarenta por cento menos do que seu valor de face. O que significa uma razoável perda de capital.

A conversão em capital de risco é um meio de resolver este problema, ou pelo menos diminuir a perda. Quando um título da dívida é convertido em investimento direto, o valor deste investimento vem a ser o valor nominal deste título, desaparecendo o deságio, ou seja, a desvalorização real deste título, recompondo o ativo do credor.

Os títulos da dívida externa brasileira, que vinham sofrendo um deságio de 25%, passaram, em agosto de 1987, a ser negociados com 46% de desvalorização sobre o valor de face. Uma dívida do Brasil de um milhão de dólares está valendo, no mercado financeiro, apenas 540 mil dólares. No entanto, se esta dívida for convertida e registrada como investimento estrangeiro no Brasil, voltará a valer o mesmo milhão de dólares.

Para dourar a pílula, os arautos da conversão e os banqueiros falam em dividir o deságio com os países devedores, ou seja, uma parte do deságio não iria engordar o bolso do investidor e seria abati-

da do valor da dívida. Mas na prática, como sempre, a realidade é outra. O Chile, que vem adotando este tipo de conversão e cujos títulos estão com deságio de até 40% no mercado internacional, o máximo que vem conseguindo receber deste deságio é 8%. Ou seja, a parte do leão continua com os bancos e com as multinacionais.

Como estratégia de desnacionalização, a conversão é bastante eficiente. A transferência de bilhões de dólares em ações de empresas nacionais para o controle de multinacionais, num tempo relativamente rápido, criará um forte impacto desnacionalizador sobre a economia do país, de dimensões nunca vistas.

Da dívida externa, só a parte contratada com bancos privados estaria sujeita ao processo de conversão. No caso do Brasil esta parte equivale, hoje, a cerca de 68 bilhões de dólares. E como 70% destes empréstimos são devidos pelas estatais, seria para estas empresas que se dirigiriam os esforços principais da conversão. E mesmo uma parcela minoritária destes empréstimos, se convertidos em ações, seria capaz de comprar o controle acionário de todas as maiores estatais brasileiras, privatizando-as ao capital estrangeiro.

Mas não é só. Como a economia brasileira, bem como a de outros países dependentes, não seria capaz de "absorver" todo este potencial de "investimento" estran-



(3) Marx admite a hipótese em que o juro pode ser superior ao lucro, mas em "casos isolados". (Marx, 'O CAPITAL' cap. XXII — Livro III)

geiro em empreendimentos rentáveis, devido à fragilidade do mercado interno, a idéia destas operações de conversão vem associada à estratégia da criação de "plataformas de exportação".

No Brasil, esta estratégia se materializa na "nova política industrial" proposta pelo Governo Sarney. Esta política propugna a criação de zonas industriais voltadas para a exportação, criando novas e lucrativas oportunidades de investimento para as multinacionais, voltadas para o consumo dos países imperialistas, explorando a nossa mão-de-obra barata e sem depender da demanda de nosso mercado interno. Verdadeiros enclaves coloniais que tornarão nossa economia semelhante a de países asiáticos como Coréia do Sul, Singapura e Hong-Kong.

## Solução patriótica

A dívida externa brasileira (e das outras nações dependentes) coloca com força na ordem do dia a questão nacional. Todo o mecanismo da dívida volta-se para o saque da nação, para a pilhagem de suas riquezas. Por trás de siglas vetustas, aparentemente respeitáveis, como FMI, BIRD, Clube de Paris, CITICORP, CHASE, escondem-se verdadeiras quadrilhas de agiotas e mafiosos.

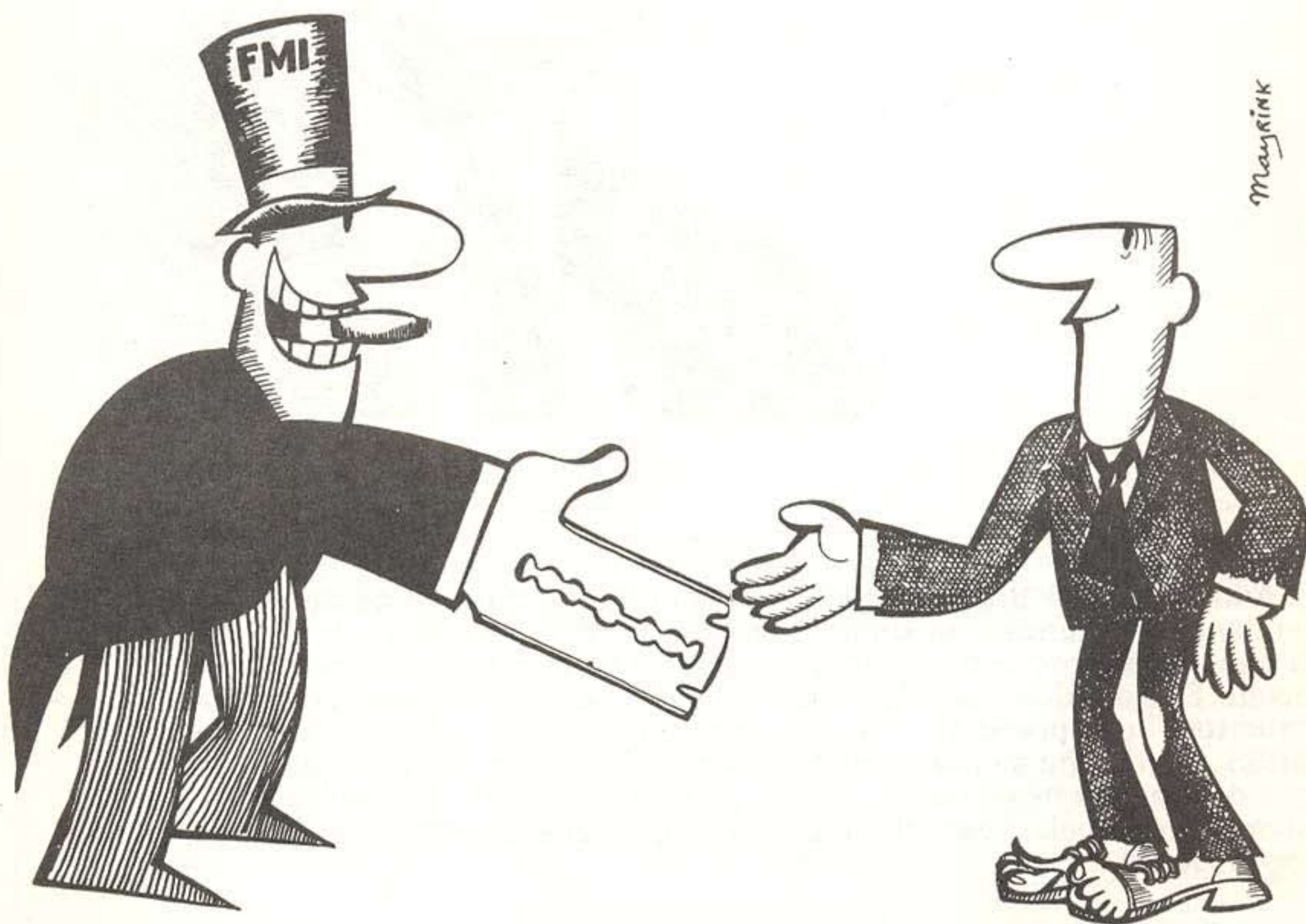
A defesa da nacionalidade brasileira está a exigir uma atitude patriótica e enérgica face à gravidade da questão. O governo e os outros aliados internos do imperialismo desconsideram olímpicamente os dados que demonstram estarmos

sendo roubados. Ganham para isso.

Mas onde o sentimento de nacionalidade sobrevive, principalmente junto às vastas camadas populares, cresce a resistência patriótica à espoliação.

Há tempos as correntes verdadeiramente democráticas e patrióticas levantam a proposta de suspender o pagamento da dívida e de realizar-se uma auditoria rigorosa, após o que se tomaria uma deliberação sobre o que fazer. É a única solução patriótica a curto prazo.

A longo prazo o povo brasileiro deve preparar-se para o único caminho conseqüente — o do enfrentamento com o sistema financeiro internacional, denunciando a dívida e declarando o seu não pagamento.



## A Política Econômica da “Glasnost” na União Soviética

*Luiz Fernandes \**



A imprensa no Brasil e no mundo vem dando enorme destaque às mudanças efetuadas na União soviética desde a ascensão de Mikhail Gorbachov à direção do PCUS. Em geral, os comentários são bem favoráveis. Sua política, apelidada de “glasnost” é apresentada como uma “abertura” que procura reconciliar o socialismo com a democracia na URSS. É tamanha a unanimidade dos grandes órgãos de comunicação que dá até para desconfiar... Afinal, qual o significado das medidas implementadas pelo novo dirigente soviético? Que interesses de classe expressam?

\* Mestre em Ciência Política pelo IUPERJ. Colaborador de Princípios.



Para abordar este problema, temos de nos reportar preliminarmente à discussão da própria natureza do socialismo feita por Marx e Engels. Os fundadores da teoria do socialismo científico nunca formularam um "anteprojeto" do que "deveria ser" a futura sociedade socialista. Nem poderiam, pois sua crítica aos socialistas utópicos se baseou justamente na negação dos intrincados e complexos modelos intelectuais de "sociedades perfeitas", elaboradas totalmente à margem da luta de classes na sociedade real. Mas analisando as contradições básicas da sociedade capitalista, eles conseguem, não só fundamentar cientificamente a inevitabilidade do socialismo como também apontar as suas principais tarefas econômicas.

Segundo a teoria marxista, a contradição fundamental que dilacera o capitalismo é a que confronta o caráter **privado** da apropriação com o caráter cada vez mais **social** da produção na sociedade. Ou seja, a propriedade dos meios de produção se concentra nas mãos de uma ínfima minoria - a burguesia - enquanto o processo de produção concentra cada vez mais nas grandes fábricas a classe majoritária na sociedade — o proletariado. Isto, por sua vez, aguça a contradição entre a "anarquia" que reina na economia como um todo - isto é, o trabalho produtivo de homens e mulheres submetido à operação de forças de mercado que eles não dominam — e o caráter cada vez mais planejado, organizado e científico dessa mesma produção no interior de cada empresa. A tecnologia e a ciência se desenvolvem ao extremo enquanto generali-

za-se a miséria e a penúria para a maioria da sociedade, levando a economia capitalista a viver crises sucessivas e cada vez mais profundas.

Para Marx, a superação destas contradições intrínsecas ao capitalismo aponta necessariamente para a revolução socialista dirigida pelo proletariado. Após tomar o poder de Estado em suas mãos, os trabalhadores enfrentam tarefas econômicas bem determinadas para construir uma nova sociedade sem classes. Em primeiro lugar, eliminar a propriedade privada na economia socializando o conjunto dos meios de produção. E, nesta base, acabar com a "anarquia" na produção passando a planificar conscientemente o desenvolvimento equilibrado, harmonioso e contínuo do conjunto da economia como se se tratasse de uma única e gigantesca fábrica.

Assim, após eliminar a **exploração** de classe, a primeira fase desta nova sociedade comunista (fase que convencionamos chamar hoje de **socialismo**), tem como tarefa central eliminar gradativamente as **diferenças** de classe herdadas do capitalismo como a distinção entre o trabalho manual e intelectual, entre trabalhador rural e urbano, entre campo e cidade, etc. Desta forma, o alto nível de desenvolvimento científico e tecnológico acumulado pela humanidade passaria a reverter em benefício de **todos**, e não só de uma parcela minoritária da sociedade. Esta concepção tem, inclusive, implicações filosóficas mais profundas para a teoria marxista. Marca a passagem do "Reino da Necessidade", onde a humanidade está dominada pela ação de

forças externas incontroláveis (sejam elas intempéries das forças da natureza ou a ação "cega" das forças de mercado), para o "Reino da Liberdade", onde a humanidade domina conscientemente as leis da natureza para o seu bem-estar coletivo. Como dizia Marx, é a passagem da pré-história para a História da sociedade humana.

### Particularidades da Construção do Socialismo na URSS

Nas condições concretas do capitalismo no Século 19, Marx avaliava que as primeiras revoluções socialistas vitoriosas eclodiriam justamente nos países mais adiantados do sistema, onde o capital estava mais desenvolvido e a classe operária mais concentrada. Com isto, poder-se-ia aplicar desde o início a técnica mais avançada já existente no capitalismo para a construção da nova sociedade socialista. Mas a passagem do capitalismo para a sua etapa **imperialista**, na virada do século, possibilitou que a primeira revolução socialista vitoriosa no mundo eclodisse na Rússia, um país que embora imperialista, mantinha um acentuado atraso econômico e cultural em relação às demais potências capitalistas. Isto colocou problemas e desafios novos para a teoria marxista.

O proletariado tomou o poder num país basicamente agrário, economicamente atrasado, com predomínio da pequena produção, e ainda por cima arruinado por sete anos seguidos de guerras. Logo após a revolução, o próprio Lênin



identificava cinco tipos diferentes de estruturas econômico-sociais na URSS:

1. a economia camponesa, patriarcal, isolada do mercado
2. a pequena produção mercantil (abarcando aí a maioria dos camponeses)
3. o capitalismo privado
4. o capitalismo de Estado
5. o socialismo (1).

Nestas condições, seria possível cumprir as tarefas econômicas da revolução socialista descritas acima?

A direção do Partido Bolchevique respondeu a este desafio separando o esforço de construção da base econômica do socialismo em duas fases distintas. Na primeira, o período da Nova Política Econômica (NEP), foram adotadas medidas de **concessão** ao capitalismo, tanto interna quanto externamente, para reorganizar e desenvolver a economia atrasada e devastada. Nesta fase, Lênin defendeu inclusive o **fortalecimento** inicial do capitalismo de Estado, junto com o setor socialista, para se contrapor à dispersão da pequena produção mercantil e do capitalismo privado na economia. Ao mesmo tempo, o jovem poder soviético conduziu ampla campanha para a eletrificação completa do país e despertou o generoso entusiasmo das massas trabalhadoras em iniciativas como a dos "Sábados Comunistas", onde operários "doavam" um dia de trabalho por semana ao esforço de fortalecimento do setor socialista da economia. A tolerância com a iniciativa privada, no campo e na cidade, bem como as concessões oferecidas ao capital estrangeiro, eram apresentadas abertamente ao povo soviético como um **recuo** em direção ao capitalismo, necessário para criar as condições para uma nova ofensiva de socialização mais adiante.

A segunda fase veio com o enorme esforço de industrialização socialista e coletivização da agricultura nos dois primeiros planos quinquenais (de 1928 a 1932 e de 1933 a 1937). As concessões anteriores foram suspensas e, ao término do segundo plano quinquenal, os últimos setores capitalistas da economia já tinham sido socializados. Estavam criadas as condições para a planificação centralizada da economia como um todo. O Estado passou a alocar centralmente os meios de produção para as empre-

sas, de acordo com as metas do plano econômico elaborado com a participação de todo o povo trabalhador. Os operários e camponeses das fazendas coletivas eram mobilizados através de diferentes órgãos de controle para vigiar o processo produtivo e evitar qualquer desperdício ou esbanjamento de recursos. Data deste período o famoso movimento **Stakhanovista**, onde se multiplicava no seio dos operários e camponeses a procura de mecanismos e idéias para racionalizar a produção na economia e superar as contradições que entravavam o seu desenvolvimento. No tocante às suas relações econômicas externas, a URSS não admitia a exportação ou importação de capitais, por entender que isto implicava na reprodução de relações capitalistas de produção. Nesta base, enquanto os países capitalistas amargavam os efeitos da Grande Depressão de 30, a economia socialista da União Soviética alcançava os mais elevados índices de crescimento contínuo e sustentado da história da humanidade, só interrompidos pela devastação da Segunda Guerra Mundial.

Dadas as condições de atraso da Rússia pré-revolucionária, este esforço de construção da base econômica do socialismo se deu principalmente através da industrialização **extensiva**. Ou seja, procurava-se aumentar a produção da economia fundamentalmente pela montagem de novas unidades de produção com base na técnica mais moderna. A partir da década de 50, esta fase já estava, no fundamental, ultrapassada. Colocava-se um novo desafio para o socialismo na URSS — o de inaugurar uma nova fase de desenvolvimento mais **intensivo** da economia, dando ênfase à modernização tecnológica **dentro** das empresas já constituídas para aumentar a produtividade geral do trabalho na economia. Era necessário mobilizar mais uma vez a energia criadora dos trabalhadores soviéticos para **alcançar e superar** as conquistas da revolução técnico-científica que se operava nos países capitalistas.

Este desafio relaciona-se com as particularidades da construção do socialismo em países que não eram os mais adiantados do sistema capitalista. O mesmo desafio é enfrentado hoje pela Albânia socialista.

## O SURTO REVISIONISTA E SUAS CONTRADIÇÕES

Só que com a ascensão do grupo de Nikita Krushev à direção do PCUS no final da década de '50, ele passou a ser encarado de forma pragmática e imediatista, perdendo por completo a perspectiva das tarefas da transição ao comunismo completo apontadas pela teoria marxista. Optou-se pelo caminho aparentemente mais "fácil" de procurar modernizar a produção com a reintrodução de mecanismos capitalistas na gestão da economia soviética. Assim, de imediato, investiu-se contra o caráter centralizado da economia socialista. Os ministérios econômicos centrais foram abolidos e substituídos por 105 conselhos econômicos regionais. Os poderes e autonomia dos diretores de empresa e dos órgãos econômicos locais foram alargados. Passou-se a reintegrar a economia soviética no mercado capitalista mundial, dentro da ótica de "absorver" os avanços tecnológicos do Ocidente. Em suma, foram liberadas forças centrífugas na economia que apontavam numa direção diametralmente oposta à construção de uma sociedade comunista completa.

Já tivemos oportunidade de analisar este processo mais detalhadamente em artigos publicados na revista **Princípios** N.º 3 e N.º 12. O que gostaríamos de salientar aqui é que após se consolidar no poder, o grupo de Krushev se dividiu em duas correntes básicas representando diferentes setores de mando na economia. De um lado, os diretores e administradores de empresa mais "aguerridos" procuravam levar as novas medidas econômicas às suas últimas conseqüências, ampliando ainda mais a operação das forças de mercado na economia soviética, para se "libertar" da tutela do aparelho econômico central. De outro, os dirigentes dos órgãos econômicos centrais procuravam conciliar a adoção dos novos métodos com a preservação do seu papel central na economia, herdado do período de construção socialista anterior. Ao mesmo tempo, a nova direção do PCUS não podia liquidar de vez uma série de conquistas sociais da revolução (como o direi-

to universal ao trabalho, a ausência de inflação, o acesso gratuito à saúde e à educação, etc.), sem perder a legitimidade de seu poder perante os povos da União Soviética.

Pode-se dizer que a queda de Kruschev e ascensão de Brezhnev em meados da década de '60, após intenso debate em torno das reformas econômicas propostas pelo economista Liberman, representou a vitória inicial dos dirigentes do aparelho econômico central. Não é à toa que sua primeira medida econômica de vulto foi justamente o restabelecimento dos ministérios econômicos centrais abolidos anteriormente. As chamadas "Reformas de Kossiguin" que se seguiram sistematizaram a introdução do mecanismo econômico capitalista no conjunto da economia. Mesmo sob a capa da "propriedade estatal socialista", a meta central da produção de cada empresa ou unidade passou a ser a maximização dos seus lucros a nível local. Os diretores tiveram seus poderes alargados dentro das empresas, a ponto de poderem determinar o seu próprio ritmo de produção e remuneração, e até mesmo demitir operários.

Mas ao lado disto, procurou-se preservar ao máximo, também, o poder dos órgãos econômicos centrais. Os diretores continuavam sendo nomeados pelos ministérios a que se subordinavam, o que evidentemente reduzia a sua autonomia. O Banco Central do Estado ficou como grande fonte de financiamentos para a compra de bens de capital dentro do princípio de "auto-gestão financeira". Podia, assim, controlar o processo produtivo "bancando" os financiamentos para diretores mais "obedientes". Mesmo o poder dos diretores de demitir operários era mitigado pela preocupação dos organismos centrais em só efetivar a demissão após assegurar um novo emprego para o trabalhador demitido. E no tocante à fixação dos preços, isso contava com a ajuda do Comitê Estatal de Preços, que procurava refletir as forças de mercado através de mecanismos como pesquisas de opinião e reuniões com compradores.

A interação destes elementos contraditórios teve efeitos desastrosos para a economia soviética. A URSS afundou num processo de estagnação econômica durante os anos Brezhnev. E boa parte do

pouco crescimento econômico alcançado se deve, na verdade, à militarização da economia soviética em função da corrida armamentista com os EUA. O fracasso desta política para impulsionar o desenvolvimento mais intensivo da economia pode ser medido pelo seguinte dado: enquanto no plano quinquenal de 1966 a 1970 o aumento da produtividade foi responsável por 40% do crescimento da renda nacional, em 1981-1982 essa participação caiu para 25%.<sup>(2)</sup>

O problema central é que as medidas implementadas desde a ascensão de Brezhnev reintroduziram mecanismos capitalistas na gestão da economia soviética sem reincorporar uma série de mecanismos que poderíamos chamar de mais "punitivos" do mercado — a dependência da venda para a realização dos lucros, a ameaça da falência por uma gestão empresarial incompetente, etc. Assim, a marca da economia passou a ser a ineficiência.

Sem a ameaça da falência, os diretores tenderam a se acomodar com a "proteção" dos seus superiores. Pouco esforço era dedicado à racionalização da produção para evitar desperdícios e esbanjamento de recursos. Pelo contrário, desenvolveu-se uma rede de compadrismo e impunidade que, segundo o próprio Procurador Geral da URSS atual, Aleksander Rekinov, levou à generalização da corrupção na sociedade soviética, sobretudo a partir da década de 70.<sup>(3)</sup> No tocante aos preços, isto se refletiu na generalização de práticas que conhecemos de perto no Brasil durante o Plano Cruzado, como a introdução de falsos "produtos novos" no mercado com preços mais elevados, ao lado do sumiço de produtos essenciais com o preço congelado. Assim, enquanto formalmente não existia inflação (hoje os soviéticos já admitem até uma inflação de 8% no período)<sup>(4)</sup>, agravava-se o problema do abastecimento. Os trabalhadores, por sua vez, sentindo-se sem controle sobre o processo de produção, resvalaram para uma atitude de apatia e desinteresse, antítese do entusiasmo gerado no período de industrialização socialista.

No fundo, esta estagnação era o reflexo das contradições entre a introdução do novo mecanismo capitalista na gestão da economia e a preservação de determinadas for-

mas de governo e administração econômica herdadas do período de construção socialista anterior. O novo conteúdo entrava cada vez mais em choque com a manutenção das antigas formas. Diante do impasse, voltaram a ganhar ímpeto no Partido e no Estado as forças interessadas em adequar as formas de administração econômica ao novo conteúdo capitalista da produção, ampliando a força reguladora e disciplinadora do mercado na economia como um todo.

É precisamente este o sentido das medidas econômicas implementadas na curta administração de Andropov e agora mais ainda, com a política de "reconstrução" econômica de Gorbachov. Entre as mudanças, a que tem merecido maior destaque por parte da grande imprensa ocidental é a restauração formal da propriedade privada no tocante à pequena produção. Esta liberação da iniciativa privada atinge tanto o setor de produção como o de serviços. Pela nova legislação, as cooperativas privadas podem ser formadas livremente com pelo menos três pessoas, podem obter financiamentos dos bancos oficiais, estabelecer preços e salários, além de distribuir lucros, sem qualquer interferência do Estado!

Este processo já assumiu tal vulto que uma matéria sobre o assunto da agência soviética NOVOPRESS trouxe o seguinte título estampado — "Moda na URSS agora é ser empresário!"<sup>(5)</sup>. O Setor em que mais vem se desenvolvendo a pequena iniciativa privada é o de vendas de comida — bares, cafés e restaurantes. E a tônica tem sido de criar empresas voltadas para a parcela mais rica da população. Assim, o preço de um prato no primeiro restaurante privado aberto em Moscou equivale a um terço do salário médio mensal de um trabalhador. E esta expansão da iniciativa privada começa a atingir, inclusive, setores tidos até aqui como conquistas intocáveis da revolução. Assim, um alto funcionário do Ministério da Saúde da URSS, Vsevolod Kozluk, informou que as autoridades soviéticas estão estudando medidas para autorizar os médicos a abrirem seus próprios consultórios particulares e estabelecerem livremente os preços de suas consultas.<sup>(6)</sup>

Este componente das medidas econômicas de Gorbachov tem im-

portância. Afinal, o próprio Lênin dizia que a pequena produção privada gera a todo momento, incessantemente, o capitalismo. Intensifica-se a concorrência e a "livre operação" das forças de mercado na economia. Mas a verdade é que a pequena iniciativa privada em si vai atingir um setor apenas secundário da economia. De maior significado são as medidas voltadas para as empresas estatais, que compõem o grosso da produção, e aprofundam o processo de restauração da propriedade privada nesse setor por trás da figura jurídica da "propriedade de todo o povo".

Uma das primeiras medidas tomadas por Gorbachov em relação às empresas estatais foi a generalização para toda a economia de uma série de experiências econômicas iniciadas por Andropov em 1983. O componente central destas medidas foi o fim da garantia estatal de compra das mercadorias produzidas pelas empresas. Só a efetiva venda das suas mercadorias no mercado passa a garantir, agora, o ingresso de recursos para realizar os lucros da empresa, bem como para pagar os salários dos funcionários.

## DE VOLTA A FALÊNCIA

O próximo passo foi reintroduzir na economia o principal mecanismo disciplinador da atividade empresarial pelo mercado — a falência. No início deste ano, pela primeira vez desde a construção da base econômica do socialismo, foi decretada a falência de uma empresa na URSS. Trata-se de uma empresa de construção civil de Leningrado que não vinha operando em bases lucrativas. A Associação de Construção Civil da cidade informou que, após o pagamento das dívidas, os bens da empresa serão distribuídos entre as mais lucrativas do ramo. Do ponto de vista marxista, a "falência" de uma empresa no socialismo é inconcebível, já que ela pertence ao conjunto do povo trabalhador. Se estiver sendo mal administrada, cabe afastar os responsáveis pela situação. Aliás, se houvesse mecanismos reais de controle operário na economia, o mais provável é que não se chegasse a essa situação. No caso soviético, agora, não só a empresa vai à falência, como seus bens são abocanhados por empre-

sas mais fortes. É a concorrência capitalista de volta com força total! Comentando este episódio, a própria agência soviética TASS afirmou — "Não há dúvida de que a **saudável competição** que surgiu na União Soviética com adoção de novas regras administrativas levarão muitos executivos a mudar o seu estilo de trabalho" (7).

Atualmente está em discussão na União Soviética uma nova lei para as empresas estatais que permitirá a "liquidação das organizações insolventes". Outros elementos da nova legislação são a introdução do conceito de "mercadoria socialista", a implementação da "autogestão completa, auto-financiamento e auto-administração" das empresas, e a obrigação de que estas "cumpram as exigências dos consumidores". A lei atribui, ainda, ao conjunto de trabalhadores de cada empresa o direito à "utilização como dono da propriedade de todo o povo" (8). É um esforço para adequar melhor o regime jurídico da propriedade ao novo conteúdo capitalista da produção e à ampliação da força reguladora do mercado na economia.

Ao lado disto, Gorbachov implementou medidas para descentralizar o comércio externo da URSS. Mais de 20 ministérios e 70 empresas de grande porte ganharam o direito de fechar negócios diretamente com empresas estrangeiras sem passar pelo plano estatal. Até aqui, o comércio externo soviético era conduzido exclusivamente por intermédio do Ministério do Comércio Exterior da URSS e das empresas de exportação — importação a ele vinculados.

Outro aspecto central da política econômica de Gorbachov é o aprofundamento da reintegração da economia soviética no sistema capitalista mundial. A penetração de capitais estrangeiros na URSS desde Kruschev levou os soviéticos a acumularem hoje uma dívida externa de 27 bilhões de dólares, só com bancos ocidentais. Mas neste terreno Gorbachov vem adotando medidas que seus antecessores nem ousaram propor. Assim, pela primeira vez desde a construção da base econômica do socialismo, será permitida às empresas multinacionais serem proprietárias formais e diretas de forças produtivas na URSS.

Gorbachov liberou a formação de empresas mistas (joint ventures)

associando empresas ocidentais com empresas soviéticas dentro do território da URSS. Os soviéticos ficam com 51% do controle dessas empresas, e o capital estrangeiro com 49%. Mas o mais interessante são as vantagens oferecidas para a instalação das multinacionais. Nos dois primeiros anos, elas não pagarão qualquer imposto. Depois disso, estarão sujeitas ao imposto regular de 30%. Os lucros que forem reinvestidos na economia soviética estarão isentos de impostos. Já os lucros remetidos para o exterior terão de pagar aproximadamente 20% (no caso da lei brasileira de remessa de lucros, o imposto é de 25%). (9).

As "joint-ventures" terão garantias totais para a sua operação dentro da União Soviética. Não poderão ser confiscadas nem multadas por processo administrativo. Terão total autonomia administrativa, podendo decidir a melhor forma de comercializar os seus produtos, totalmente à margem do plano estatal. Poderão buscar mercados externos por iniciativa própria. Dentro da URSS, as vendas serão feitas em rublo, com os preços acompanhando as flutuações do mercado mundial. Com tamanha mamata, não é surpresa que em poucos meses mais de 150 empresas multinacionais já manifestaram seu interesse em formar "joint-ventures" na União Soviética, entre as quais a Singer, a Coca-Cola, a Caterpillar e a Ocidental Petroleum. Será que elas vão se instalar na economia da URSS com outro interesse que não o de extrair altos lucros às custas do suor e do sangue dos trabalhadores soviéticos?

O conjunto de medidas que descrevemos acima coloca parte considerável da economia soviética inteiramente à margem do plano estatal. Mas mesmo nas áreas que continuam atingidas pela planificação estatal, esta é enormemente reduzida e esvaziada. Segundo o próprio Gorbachov — "Convém na planificação, que passem a ser aplicados métodos normativos quer quanto à determinação dos custos, quer quanto à definição das metas em matéria de eficácia e de satisfação das necessidades da sociedade" (10). Assim, em vez de estabelecer metas mais concretas para cada setor da economia, os organismos de planejamento central devem se limitar a elaborar

normas gerais para a atuação das empresas. O poder de decisão se concentra nos diretores e administradores que procuram maximizar a realização dos lucros da sua empresa ou combinado de empresas. Mas que conseqüências isto traz para os trabalhadores da União Soviética?

### CONSEQÜÊNCIAS PARA OS TRABALHADORES SOVIÉTICOS

O próprio vice-diretor de um instituto de pesquisas do GOSPLAN, Vladimir Kostakov, confessou que o "programa de modernização" levará de 13 a 19 milhões de trabalhadores a perder seus empregos. Por isso mesmo ele alerta os trabalhadores de que eles terão de "se acostumar que será necessário um certo tempo para encontrar emprego"<sup>(11)</sup>. Kostakov defende, inclusive, a adoção de uma espécie de seguro-desemprego no conjunto da economia. E a perspectiva para a reabsorção destes trabalhadores no mercado de trabalho, quando existe, se dá no setor de serviços com salários **mais baixos**. O quadro, portanto, é de **arrocho** salarial. Os que não perderam seus empregos enfrentam a intensificação do ritmo da produção e ainda correm o risco de ficar **sem salário** se a empresa não achar compradores para seus produtos no mercado. Ao mesmo tempo, Gorbachov vem adotando a política de elevar consideravelmente os salários e a autoridade "dos contramestres, engenheiros, projetistas e tecnólogos"<sup>(12)</sup> nas empresas.

Ao lado deste agravamento das desigualdades sociais, é de esperar também a intensificação das pres-

sões inflacionárias na economia. Em primeiro lugar, porque inúmeros setores ganharam o direito de fixar livremente os seus preços. Mas mesmo no caso das empresas ainda subordinadas ao Comitê Estatal de Preços, elas poderão aumentar em até 30% o preço das mercadorias que considerarem de "melhor qualidade". E a julgar pelas palavras do próprio Gorbachov, pretende-se cobrar bem mais caro por serviços que até aqui eram gratuitos ou de preços bem reduzidos. (13)

### "LIBERDADE" PARA QUEM?

Os grandes órgãos de comunicação procuram apresentar as medidas que descrevemos acima como o grande "reencontro do socialismo com a democracia". Mas o leitor poderá fazer o seu próprio julgamento — será que elas apontam para a construção de uma sociedade comunista sem classes? Pode-se argumentar que estas são medidas de "concessão" ao capitalismo, para modernizar tecnologicamente a economia soviética, e retomar o rumo da socialização mais adiante. Mas a construção da nova sociedade comunista é uma tarefa consciente de todo o povo trabalhador. No caso do recuo da NEP, Lênin assumia abertamente que eram concessões ao capitalismo temporárias e necessárias, e conclamava os trabalhadores a permanecerem vigilantes. No caso de Gorbachov, as medidas são apresentadas como um **aprofundamento** do "socialismo desenvolvido" — um caminho que a URSS deve continuar seguindo indefinidamente. E mesmo a política da NEP se tornou necessária em função de criar as condições

mínimas para socializar a economia. Não se justifica de maneira alguma um retorno a ela depois de haver concluído a construção da base econômica do socialismo na URSS.

A imprensa ocidental apresenta como um "renascimento da liberdade" a adoção de medidas como a libertação de dissidentes que mantêm notórias ligações com governos ocidentais, a divulgação oficial de obras de arte com conteúdo abertamente anti-socialista, ou a realização de eleições secretas para cargos de direção do PCUS. Mas estas não passam de um esforço desesperado de Gorbachov em ampliar a sua base de apoio, face a uma situação política muito delicada no Partido e no Estado soviético. Persistem resistências generalizadas à política de Gorbachov por parte dos interesses encastelados no aparelho econômico central. O próprio dirigente do PCUS admitiu que foi forçado a adiar por três vezes consecutivas a reunião do comitê central em função destas resistências. Cabe perguntar — as medidas citadas acima são de "liberdade" para quem? O fato é que **não existe liberdade** para quem **defenda** a retomada do caminho socialista interrompido.

No seu célebre "Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico", Engels descreve a sociedade comunista como o verdadeiro "Reino da Liberdade", onde "o Homem, ao tornar-se dono e senhor de suas próprias relações sociais, converte-se pela primeira vez em senhor consciente e efetivo da natureza" (14). Em oposição a esta orientação da teoria marxista, a política econômica de Gorbachov seria melhor resumida assim — "Do Capitalismo Enrustido ao Capitalismo Assumido"

#### NOTAS

1. V.I. Lênin, "Sobre o Imposto em Espécie", publicado nas suas Obras Escolhidas volume 3, Edições AVANTE:, Lisboa, 1979, p. 493.
2. D. Chernikov, "Scientific-Technological Progress and Structural Shifts in Social Production", publicado na revista *Ekonomika i Matematicheskiye* N° 4, 1984, Moscou, p.593.
3. Citado na matéria "Corrupção na URSS prejudica o desenvolvimento econômico", jornal O Dia, Rio de Janeiro, 16/1/86.
4. Dados do semanário soviético *Moskovskie Novosti* citados na matéria "URSS: Inflação", jornal Retrato do Brasil, São Paulo, edição de 22 a 29/3/87.
5. Boletim da NOVOPRESS de 8 a 14/3/87.
6. "Governo soviético decide estimular medicina privada", jornal O Globo, Rio de Janeiro, 22/3/87.
7. Citado na matéria "Falência de empresa estatal chega à URSS de Gorbachov", Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 27/3/87.
8. Informação de um artigo do semanário soviético *Moskovski Novosti* citado na matéria "Empresa na URSS", jornal Retrato do Brasil, edição de 30/3 a 5/4/87.
9. Dados colhidos do vice-presidente da Comissão Estatal para o Setor Externo da Economia da URSS, Ivan Ivanov, publicados na matéria "URSS anuncia isenção de impostos para os investidores estrangeiros", jornal O Globo, Rio de Janeiro, 10/2/87.
10. M. Gorbachov, Discursos e Artigos Escolhidos, Editora Avante, Lisboa, 1985, p. 150.
11. Citação do jornal *Sovietskaya Kultura*, publicada na matéria "Modernização na URSS pode cortar empregos", Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 11/1/86.
12. Op. Cit., M. Gorbachov, p. 26.
13. *Ibid.*, p. 93.
14. F. Engels, "Do Socialismo tópico ao Socialismo Científico", publicado nas Obras escolhidas de Marx e Engels, Editora Alfa-Omega, São Paulo, sem data, p. 334.



Ramiz Alia, 1º Secretário do Comitê Central do PTA.

# O SOCIALISMO NA ALBÂNIA

*Aplicação Criadora do Marxismo*

José Reinaldo Carvalho\*

\* Jornalista, membro do Conselho Editorial de Princípios e da diretoria da Associação de Amizade Brasil — Albânia.

Quando Marx e Engels escreveram o "Manifesto do Partido Comunista", há cerca de 140 anos, o socialismo se transformou de utopia em ciência. Nos albores do século XX, quando o capitalismo atingiu sua fase superior e derradeira — o imperialismo — a revolução proletária entrou na ordem do dia, eclodiu e se tornou vitoriosa pela primeira vez, no império czarista. Isto se deu há setenta anos, quando Lênin, teórico lúcido do marxismo e chefe prático dos embates revolucionários, travou acesa polêmica com as correntes do oportunismo que grassavam à época, os mencheviques, os trotskistas e, como ele chamava, "as velhas comadres da II Internacional", sobre a possibilidade do triunfo da revolução e da consolidação do socialismo num país atrasado. Foi uma das maiores polêmicas dentre todas as que já ocorreram no seio do movimento operário e comunista, dado que se relacionava com a realização prática da revolução.

Em oposição aos oportunistas de direita da II Internacional, que negavam a possibilidade da revolução, e aos trotskistas, os quais, numa postura supostamente de esquerda, consideravam-na inviável a menos que integrada no conjunto dum hipotética e imprecisa "revolução mundial", Lênin argumentava que na época do imperialismo cria-se o sistema mundial único da economia capitalista e amadurecem em seu conjunto as possibilidades para a revolução socialista. Para Lênin, nessas condições, o atraso econômico e social de um país (e era este o caso da velha Rússia) não constitui impedimento absoluto ou obstáculo intransponível para a vitória da revolução proletária.

Nos dias que correm, pode-se afirmar que num outro nível e revestindo-se de outras formas, a mesma questão se apresenta.

O sistema imperialista vive hoje a exacerbação, no grau mais elevado, de todas as suas contradições. A crise geral do sistema manifesta-se não apenas sob a forma de crises cíclicas, mas outrossim de uma crise estrutural, e invade as esferas social, política, ideológica, militar e moral. A sociedade capitalista estertora e são sintomas disso as pronunciadas desigualdades sociais, o desemprego generalizado, a marginalidade, as guerras locais, a corri-

da armamentista e a desenfreada preparação da guerra mundial. Enfim, estamos diante do cortejo de dores, misérias e violências que o capitalismo moribundo acarreta à humanidade e da exposição de suas chagas pútridas no catre da morte.

Em face do desolador quadro só uma saída se descortina aos olhos da classe operária, dos povos oprimidos, das pessoas progressistas, dos revolucionários: a luta por uma nova ordem, por um novo sistema econômico, um regime social avançado, um modo de governar democrático e progressista. Esta nova ordem, este novo regime, é o socialismo científico, construído segundo os princípios teóricos formulados em diferentes épocas e a partir de diversas experiências, pelos clássicos do marxismo-leninismo.

## ALBÂNIA — PROVA CONCRETA DO SOCIALISMO

A experiência, que se estende por mais de quarenta anos, da construção do socialismo na Albânia, nas condições do cerco imperialista-revisionista, que não raro assume formas e requintes de selvageria, é uma prova cabal da possibilidade do triunfo da revolução, da construção do socialismo, da fidelidade aos princípios do marxismo-leninismo. Constitui essa experiência uma confirmação, em outras condições históricas, do enunciado de Lênin sobre a vitória da revolução e do socialismo, malgrado o atraso econômico e social.

Não é nosso objetivo, no âmbito deste artigo, discorrer sobre a evolução de tal experiência histórica em todas as suas etapas, mas concentrar nossa atenção em aspectos econômicos e ideológicos da presente etapa da construção do socialismo<sup>(1)</sup>.

O exame do socialismo na Albânia em sua etapa atual é oportuno e necessário, mormente se temos em conta o difícil período que atravessa o movimento revolucionário mundial. A traição revisionista iniciada em 1956 por Nikita Krushov no XX Congresso do PCUS, responsável pelo surto de oportunismo que daí se desprende e pela degeneração do socialismo na URSS, semeou nas fileiras revolucionárias não só a divisão mas também o desencanto e o pessimismo quanto à perspectiva da revolu-

ção e do socialismo. É fruto da ação desagregadora do revisionismo o ponto de vista de que "não adianta", "o socialismo é uma utopia", "o retrocesso é inevitável", "a burocratização é irreversível".

Se se analisa com espírito aberto e investigador as discussões e resoluções do IX Congresso do Partido do Trabalho da Albânia, realizado em novembro do ano passado em Tirana, pode-se afirmar com segurança que, apesar das dificuldades, do revisionismo que grassa por toda a parte, o socialismo científico é possível. Esta convicção é o ponto de partida para se contrapor à maré do pessimismo no seio do movimento revolucionário.

## A ETAPA DA COMPLETA CONSTRUÇÃO DO SOCIALISMO

Vencida a etapa de tomada revolucionária do poder e em seguida de construção da **base econômica do socialismo**, que se estende ao longo de 16 anos, quando ocorre no fundamental o processo de instauração no conjunto da economia do país das relações socialistas de produção, o socialismo na Albânia ingressou numa nova etapa, denominada de **completa construção da sociedade socialista**. O ingresso nessa nova etapa pressupõe a extinção da propriedade privada sobre os meios de produção, o surgimento de uma sólida base social socialista — a aliança da classe operária com o campesinato cooperativista — e a existência da ditadura do proletariado.

A experiência vivida até aqui (já se vão 27 anos desde o início dessa nova etapa) mostra que ela tem sido mais complexa e mais prolongada que a etapa de implantação da base econômica do socialismo. Revela que a **completa construção do socialismo** exige do partido de vanguarda da classe operária a elaboração de estratégia e táticas que requerem profundo conhecimento da realidade do país, rigor científico, domínio da teoria marxista-leninista e um elevado nível ideológico e político, o que não tem faltado ao Partido do Trabalho da Albânia, orientado e educado por Enver Hoxha e hoje sob a direção do camarada Ramiz Alia. São gigantescas as tarefas da classe, do

povo e em particular do Partido na mencionada etapa. Tarefas que não se esgotam no plano econômico, mas extrapolam para as esferas social, política e ideológica. Ademais, são tarefas que não se cumprem de maneira estanque, mas reciprocamente relacionadas.

Em síntese, que exige a **completa construção do socialismo**? **Primeiramente**, a edificação da base material e técnica do socialismo; em **segundo lugar**, o aperfeiçoamento das relações socialistas de produção; em **terceiro lugar**, o desenvolvimento conseqüente da luta de classes no seio do partido e no conjunto da sociedade, e, em **quarto lugar**, o desenvolvimento e o aprofundamento da revolução ideológica e cultural.

## A EDIFICAÇÃO DA BASE MATERIAL E TÉCNICA

O IX Congresso do PTA constituiu um passo à frente no cumprimento dessas tarefas. Com ele, os comunistas e o povo albaneses atingiram um novo estágio de de-

seenvolvimento econômico, social e cultural e aprovaram grande, mobilizador e audacioso programa de trabalho, consubstanciado nas metas para o novo plano quinquenal, já em plena realização. Prevê-se que o **Produto Social Global** crescerá de 31 a 33% no quinquênio, ou uma média de mais de 6% ao ano, enquanto que para a renda nacional a taxa de crescimento estabelecida é de 35% a 37% no quinquênio. O cumprimento desses índices é indispensável para alcançar duas exigências fundamentais da política econômica do Partido do Trabalho da Albânia, quais sejam: a elevação do padrão de consumo e de bem-estar geral da população e a geração de recursos necessária a incrementar a acumulação, pressuposto básico para assegurar a reprodução socialista ampliada.

Segundo proclamou o camarada Ramiz Alia, da tribuna do IX Congresso do PTA, "com o novo plano quinquenal a Albânia dá um grande e importante passo para sua transformação num país industrial-agrário, o que representa um nível mais avançado da construção

da base material e técnica do socialismo... Segundo as previsões, em 1990 a indústria realizará cerca de 57% do produto social... Os meios de produção absorverão 65% do produto industrial e a indústria pesada concorrerá com mais de 50% do mesmo. Prevê-se que em 1990 a indústria, a construção e o transporte representarão 52% da renda nacional, a agricultura 42% e os demais ramos da economia 6%" (2).

O alcance de tais objetivos representa não só uma brilhante vitória do povo albanês e da linha econômica elaborada pelo Partido e pessoalmente por Enver Hoxha, mas também a mais completa refutação às prédicas das revisionistas chineses e soviéticas, para os quais a Albânia deveria renunciar ao caminho da industrialização. No começo dos anos 60, Krushov chegou a propor que a Albânia se transformasse num "jardim florido" (3), dedicando-se exclusivamente à produção de cítricos e oliva, ao passo que os chineses teorizaram sobre a prioridade da agricultura e da indústria leve sobre a indústria pesada no socialismo.



"Festa dos Petroleiros"



Em *As Dez Grandes Relações*, Mao Tsé Tung, pretendendo negar o caminho percorrido por Stálin, preconiza esse ponto de vista, argumentando com a baixa rentabilidade dos investimentos na indústria pesada. Desmascarando esse falso caminho de construção do socialismo, disse Enver Hoxha: "Esta tese antimarxista de Mao não faz avançar, mas, ao contrário, freia o desenvolvimento das forças produtivas. A agricultura e a indústria leve não podem desenvolver-se com os ritmos requeridos, se não se desenvolve a indústria de mineração, se não se produz aço, se não se produz petróleo, tratores, trens, automóveis, navios, se não se ergue a indústria química, etc., etc." (4).

Assim, a industrialização socialista do país, que traz em seu bojo a revolução técnico-científica, o desenvolvimento harmônico da indústria e da agricultura, a criação de uma indústria diversificada e bem distribuída no conjunto do território nacional e o aumento das fontes de matérias-primas e energéticas, constitui o principal elo da construção da base material e técnica do socialismo.

## AS NOVAS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO

O IX Congresso do PTA dedicou particular atenção ao aperfeiçoamento das relações de produção, como importante passo estratégico dentro da etapa da completa construção do socialismo. Com o aprofundamento do surto revisionista na URSS, que atinge novo nível agora na política da (chamada "Glasnot/Perestroika" (ver matéria neste número), voltam à baila antigas e sempre atuais discussões sobre a relação entre a propriedade coletiva e a propriedade privada no socialismo e entre a planificação estatal baseada no centralismo democrático, a planificação estatal burocrática e a "autogestão" das empresas. O IX Congresso do PTA reafirmou os princípios marxistas-leninistas sobre o assunto e avançou no sentido de aperfeiçoar ainda mais a experiência vivida na Albânia nesse terreno. Não só fica reafirmada a incompatibilidade da propriedade privada com o socialismo, ao contrário do que dizem os pregadores do liberalismo gorbachoviano, como foram tomadas



"O Retrato de Operário"

medidas tendentes a reduzir a faixa de terra onde a família cooperativista produz para si própria (o quintal cooperativista), o que implica num reforço ainda maior do coletivismo. Outra decisão importante do IX Congresso foi a de levar mais adiante a grande ação de massas desencadeada há alguns anos no seio do campesinato cooperativista no sentido de criar rebanhos coletivos. O IX Congresso orientou também no sentido de abrir caminho para a transformação gradual da propriedade de grupo (cooperativas) em propriedade de todo o povo (empresas estatais). Desde o VIII Congresso, realizado em 1981, Enver Hoxha dizia: "O Partido tem plena confiança em que a redução das parcelas individuais e a concentração do gado em rebanhos conduzirão ao aumento da produção agrícola e pecuária, à garantia e constante elevação do bem-estar do campesinato, ao reforço maior ainda do sentido de coletivismo socialista. Deste modo, à medida que aumenta a produção e se eleva o bem-estar geral do campesinato, a propriedade pessoal, enquanto economia auxiliar e

transitória, vai sendo pouco a pouco suprimida, até se extinguir por completo", (5).

De relevante importância teórica e prática para os destinos do socialismo são os critérios de remuneração usados no socialismo. Em seu intento de denegrir o sistema econômico-social do proletariado, a burguesia procura identificá-lo com uma caricatura grotesca de igualitarismo, em que todas as pessoas ganhariam apenas o mínimo para sobreviver. O IX Congresso do PTA dá mais essa resposta às tergiversações burguesas sobre o socialismo ao afirmar o combate ao "igualitarismo pequeno-burguês" e vincular ainda mais a remuneração aos critérios de quantidade e qualidade de trabalho oferecido pelo indivíduo à sociedade, propondo a adoção de mecanismos ainda mais justos de correlação entre os incentivos morais, sempre prioritários no socialismo, com os incentivos materiais, indispensáveis para se atingir pontos mais altos de eficiência e combater o comodismo.

Na questão do aperfeiçoamento das relações de produção no socia-

lismo, ganha relevo o problema da planificação da economia. Em face do burocratismo exacerbado da era de Brezhnev na URSS, especula-se agora com a concessão de maior autonomia às empresas e com a "autogestão", como suposto antídoto àquela tendência retrógrada. Mas, tanto a burocratização da era Brezhnev como a "autogestão" de Gorbachov são faces da mesma moeda revisionista, cada uma servindo a alas específicas da camarilha dirigente.

Os albaneses se baseiam no que preceitua a economia política do socialismo quanto a quem deve ser o regulador da produção, da circulação e do consumo no socialismo, se o plano único e geral para toda a economia elaborado pelo estado da ditadura do proletariado contando com a ampla participação dos trabalhadores, ou se o mercado, com suas inevitáveis leis da competição, da anarquia e da espontaneidade. A resposta a essa importante questão teórica e prática deve ser encontrada no caráter e nos fins da economia socialista. Esta não é uma economia mercantil, nem seu objetivo é o lucro capitalista. A produção socialista tem caráter social e seu fim precípuo é satisfazer as necessidades, sempre crescentes, materiais e espirituais das amplas massas trabalhadoras, conforme assinala Stálin em "Problemas Econômicos do Socialismo na URSS". (6).

As categorias da economia de mercado, a lei da oferta e da demanda, a definição dos preços a partir do valor etc, não atuam des-governadamente no socialismo, mas submetem-se a rígidos limites, subordinadas que são à planificação geral, que delas se serve para melhor administrar a economia em seu conjunto. É ainda Stálin quem afirma: "Às vezes, pergunta-se se a lei do valor existe e atua em nosso país, em nosso regime socialista. Sim, existe e atua. Onde houver mercadorias e produção mercantil, não pode deixar de existir também a lei do valor. A esfera de ação da lei do valor estende-se, em nosso país, antes de tudo à circulação de mercadorias, à troca de mercadorias através da compra e venda, e principalmente à troca de mercadorias de consumo pessoal. Aqui, neste domínio, a lei do valor conserva, naturalmente dentro de certos limites, uma função reguladora. Mas a ação da lei do valor não

se limita à esfera da circulação de mercadorias. Ela se estende também a produção... Entretanto, isso tudo significa que a ação da lei do valor tem, no nosso país, livre curso como tem sob o capitalismo, que a lei do valor é em nosso país regulador da produção? Não, não significa. Na realidade, a esfera de ação da lei do valor em nosso regime econômico está rigidamente circunscrita e limitada. Já foi dito que a esfera de ação da produção mercantil em nosso regime está circunscrita e limitada. A mesma coisa é preciso dizer a respeito da esfera de ação da lei do valor. Sem dúvida, a ausência da propriedade privada sobre os meios de produção e a socialização destes meios tanto na cidade como no campo, não podem deixar de limitar a ação da lei do valor e sua influência na produção". (7).

## A FRENTE DA LUTA IDEOLÓGICA

Em sua cruzada anticomunista, a burguesia desenvolve febril propaganda tentando associar o socialismo à barbárie, à ditadura e ao atraso. Lênin diz, nos primórdios da construção do socialismo na Rússia soviética que a construção do socialismo é um processo difícil e prolongado, e comparava-o a uma "luta tenaz, política e ideológica, econômica e militar, pedagógica e administrativa" (8). O Partido do Trabalho da Albânia chegou ao seu IX Congresso fazendo o balanço de uma experiência que é a comprovação cabal disso.

A burguesia e os revisionistas podem gastar rios de dinheiro com seus escribas, consumir toneladas



"O Operário"

de papel e quilômetros em rolos de fita para provar que o “socialismo é igual à barbárie”, mas não conseguem esconder que o socialismo incorpora à vida econômica, social e política um número cada vez maior de pessoas, que o socialismo, rejeitando as formas liberal-burguesas, que fracassaram inclusive no mundo capitalista, onde se verifica o ocaso das liberdades, cria um estado de novo tipo, em que “uma simples cozinheira domina questões de Estado” (Lênin), em que a defesa nacional está nas mãos do povo armado e a elaboração das leis fundamentais do país passa pelo crivo de uma ampla discussão com o povo trabalhador.

O IX Congresso dedicou particular atenção ao fortalecimento do poder popular, à ligação do Partido com as massas e à incorporação ainda maior do povo no governo do país.

“As organizações sociais, — afirmou Ramiz Alia, — a Frente Democrática, as Uniões Profissionais, a União da Juventude, a União das Mulheres etc., desempenham um papel insubstituível na aplicação da linha de massas e no fortalecimento dos vínculos do Partido com o povo. Elas unem em torno de um só ideal, de uma só vontade, a classe operária e o campesinato cooperativista, a intelectualidade popular e as mulheres, a juventude e os pioneiros, os veteranos e os aposentados. Por isso os órgãos e organizações do Partido devem melhorar ainda mais o seu trabalho com as organizações de

massas, com o objetivo de que estas aumentem a sua força mobilizadora e materializadora, abri-lhes amplos horizontes de trabalho e comprometê-las concretamente na solução dos problemas que se colocam ao Partido” (9). Não há no mundo, a não ser a experiência dos soviéticos antes da degeneração do socialismo na URSS, onde os órgãos de poder popular e as organizações sociais desempenhem tão elevado papel. Não há forma mais direta e plena de exercício dos direitos democráticos.

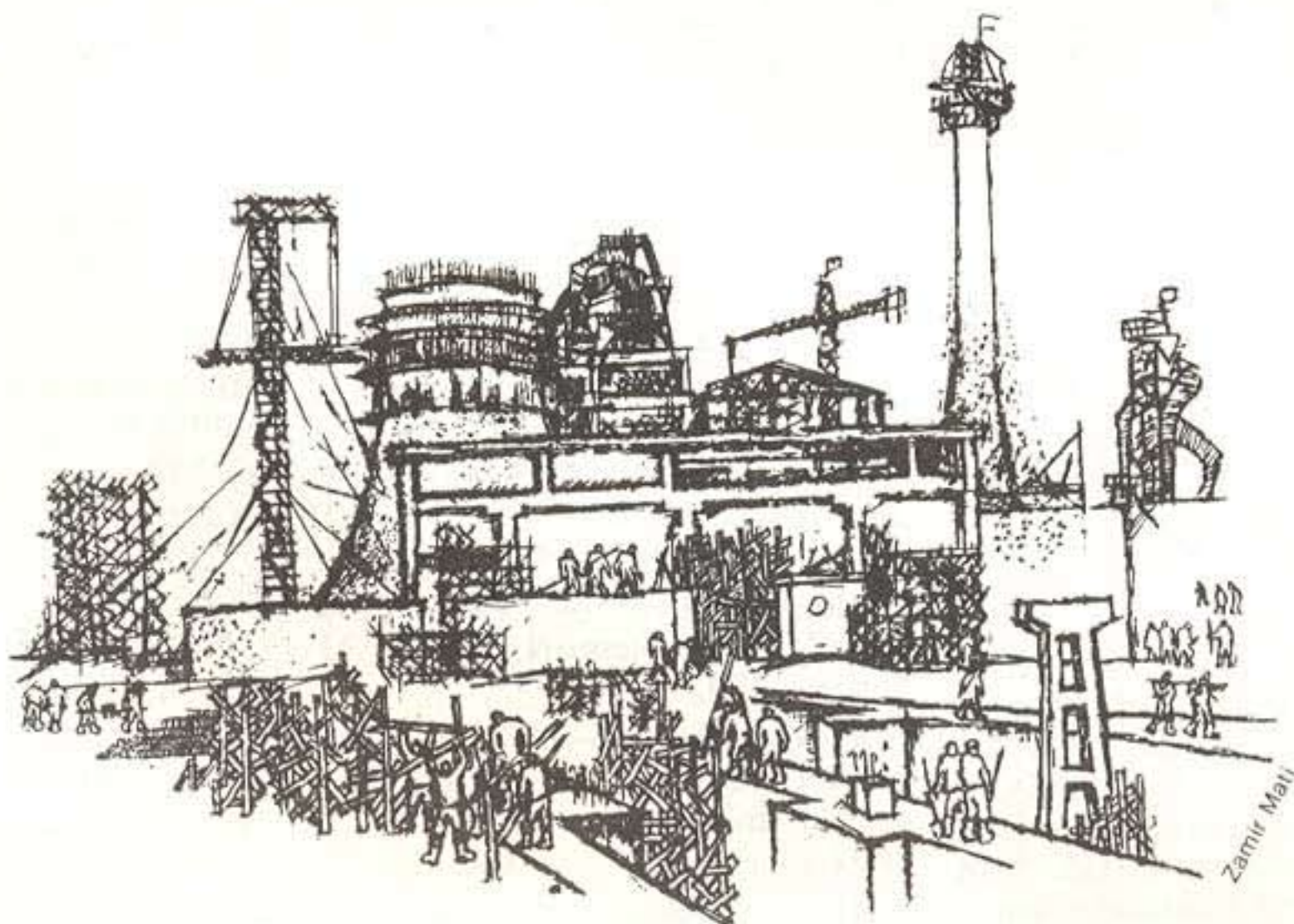
O IX Congresso do PTA descortinou amplos horizontes para o desenvolvimento da luta de classes e o aprofundamento da revolução ideológica e cultural, elementos indispensáveis da atual etapa que atravessa a construção do socialismo.

Nesse aspecto o PTA, orientado pelo camarada Enver Hoxha, sempre levou em conta a realidade objetiva, partiu de um ponto de vista científico, rejeitou o dogmatismo e o esquematismo. Ramiz Alia e a atual direção do PTA herdaram essa tradição. Contrasta com isso a posição dos revisionistas e dos pequeno-burgueses, para os quais não há por que falar de luta de classes no socialismo, e menos ainda no “socialismo desenvolvido”, fase que supostamente a URSS estaria atravessando agora, segundo seus ideólogos. Já para o pequeno-burguês, evadido de sectarismo, trata-se de proceder de modo extremamente oposto, exacerbando a luta de classes e provocando fissuras na

aliança de classes da ditadura do proletariado e na relação do partido com as massas camponesas cooperativistas e com a intelectualidade popular.

A questão está em compreender os níveis e as formas diferenciadas que essa luta assume, segundo os períodos históricos e as diversas etapas da construção do socialismo. Na fase de construção do socialismo que a Albânia atravessa agora a luta de classes é distinta da que ocorria, por exemplo, na etapa da construção da base econômica do socialismo ou, mais anteriormente, na etapa da luta revolucionária pela tomada do poder político. Agora, está-se diante de resquícios do modo de vida burguês na consciência das pessoas, da possibilidade da capitulação perante a pressão imperialista-revisionista e do nascimento no seio do socialismo de novos elementos aburguesados, das tendências ao liberalismo e ao burocratismo, enfim, de uma luta de classes que se manifesta a todo instante entre o caminho capitalista e o caminho socialista, em cada setor da sociedade, inclusive no seio do Partido Comunista. Esta luta é fenômeno objetivo e constitui a força motriz do desenvolvimento da sociedade socialista. Seu desfecho é decidido pelo fator subjetivo, pelo grau de consciência, organização e mobilização da classe operária, tendo à frente seu partido marxista-leninista.

Nas condições concretas do desenvolvimento do socialismo na Albânia, o IX Congresso chamou



particular atenção para dois aspectos: a luta contra o atraso, a tendência ao acomodamento e o conservadorismo e o combate sem tréguas aos remanescentes pequeno-burgueses.

“A nossa vida socialista está em permanente desenvolvimento. Operaram-se e operam-se numerosas transformações revolucionárias no terreno social e material, no das tradições e costumes, dos gostos e comportamentos etc. O velho, o atrasado, o estranho ao socialismo desaparece e no seu lugar nasce e afirma-se algo de novo, progressista, socialista. A experiência demonstra que este processo não se desenvolve sempre suavemente e em linha reta. Há não poucas pessoas que não marcham ao compasso de toda a sociedade, que estão ligadas ao antigo, aos remanescentes do passado, assim como há ou-

tras que caem vítimas da influência do mudo burguês revisionista... Não esqueçamos que a psicologia pequeno-burguesa, principal fonte das manifestações estranhas ao socialismo, na atitude face ao trabalho e à propriedade social, da concepção de colocar o interesse pessoal acima da sociedade, psicologia que no nosso país teve fortes raízes, ainda não foi eliminada”<sup>(10)</sup>.

O fator decisivo nessa luta é o Partido e mais especificamente o desempenho dos militantes comunistas, de quem exige-se “que se destaquem como dirigentes e organizadores engenhosos das massas, como inovadores, como promotores do novo, do que é avançado”<sup>(11)</sup>.

Isto torna ainda maior a necessidade do estudo, difusão e aplicação criadora do marxismo-leninismo. Desde Marx e Engels até nos-

so dias, a teoria de vanguarda da classe operária aceitou e venceu vários desafios. Como ciência social avançada, passou, em inumeráveis acontecimentos históricos durante quase um século e meio, por sucessivos testes que comprovaram sua exatidão e justeza. A construção do socialismo na Albânia é uma dessas provas. Através dela, o marxismo se desenvolve, se renova com a formulação e a resposta criadora a um sem-número de novos problemas. A experiência albanesa sistematizada nos documentos do PTA e nas obras do camarada Enver Hoxha, teórico de talento e arguto dirigente prático do movimento comunista mundial, representa um enriquecimento ao tesouro teórico do marxismo-leninismo, uma demonstração de desenvolvimento não dogmático dessa doutrina e de sua aplicação criadora.



Niko Pogri

## NOTAS

(1) Sobre o assunto já publicamos matéria no nº 9 de PRINCÍPIOS. Além disso, circula no Brasil razoável número de publicações albanesas ou sobre a Albânia. Sugerimos a leitura do texto da palestra “O socialismo na Albânia”, de João Amazonas, publicado no livro “Socialismo- Ideal da Classe Operária, Aspiração de Todos os Povos” (Ed. Anita Garibaldi); e dos livros “O Socialismo na Albânia” de Jayme Sautchuk (Ed. Alfa Ômega) e “Albânia-Horizonte

Vermelho nos Bálcãs”, de Luís Manfredini (Ed. Alfa Ômega).

(2) Alia, Ramiz — “Relatório ao IX Congresso do PTA”, Ed. 8 Nentori, Tirana, Albânia, 1986.

(3) Hoxha, Enver — “Os Krushovistas”, Ed. 8 Nentori, Tirana, Albânia, 1980.

(4) Hoxha, Enver — “Reflexões sobre a China”, Ed. 8 Nentori, Tirana, Albânia, 1979.

(5) Hoxha, Enver — “Relatório ao VIII Congresso do PTA”. Ed.

Anita Garibaldi, São Paulo, Brasil, 1982.

(6) Stálin, Josif — “Problemas Econômicos do Socialismo na URSS”, Ed. Anita Garibaldi, São Paulo, Brasil, 1985.

(7) Stálin, Josif — Obra Citada.

(8) Lênin, Vladimir Ilitch — “Esquerdismo, Doença Infantil do Comunismo”.

(9) Alia, Ramiz Obra citada.

(10) Alia, Ramiz Obra citada.

(11) Alia, Ramiz Obra citada.



## FRONTEIRA EM ARMAS

Luiz Manfredini

Há exatos 30 anos eclodiu no Sudoeste do Paraná, uma rebelião camponesa, quando milhares de posseiros acossados por furiosas e truculentas companhias imobiliárias, amotinaram-se chegando a tomar o poder em quatro cidades da região. Só muito recentemente é que o assunto desprende-se da hibernação quase absoluta a que se viu relegado durante quase três décadas para figurar na agenda de preocupações da intelectualidade paranaense. Os anos 80 assistem, com efeito, ao surgimento de razoável (e promissora) quantidade de trabalhos — teses acadêmicas, livros de memória, reportagens — que contemplam aqueles acontecimentos tormentosos. O interesse pelo tema já penetrou na própria literatura. Em outubro, coincidindo com o 30º aniversário da revolta, o escritor Roberto Gomes, diretor da respeitada Edições Criar (seis anos de existência, 433 títulos editados) lançou "Os Dias do Demônio", alentado romance que revolverá as dores e esperanças expostas pelo conflito. Um pouco dessa história está no texto a seguir, escrito especialmente para "Princípios" pelo jornalista e escritor paranaense Luiz Manfredini, com fotos de Oswaldo Jansen, que na época documentou a rebelião para o jornal "O Estado do Paraná".



Na casa do **farrapo** (1) João Saldanha chegaram, de surpresa, oito dos melhores jagunços da Companhia Comercial e Agrícola do Paraná, liderados por Lourenço José da Silva, o **Maringá**. O colono evitou o confronto, escapou pelos fundos, junto com um filho de oito anos, internou-se no mato. Os jagunços encontraram a mulher e duas crianças de cinco e dois anos. A mulher, seviciaram-na os oito. Depois cortaram um seio, em seguida outro e, por fim, decapitaram-na. As crianças choravam e gritavam em volta da mãe que se esvaía em sangue. Os homens pilharam a casa e incendiaram-na. Um deles atirou na cabeça do menino de cinco anos, enquanto outro lançou para o ar o menor, de dois anos, e **Maringá** o espetou com a adaga. O colono João Saldanha, metido no mato, a tudo assistiu. Perdeu a razão.

Eram os primeiros dias de outubro de 1957. A região — o Sudoeste do Paraná — estava virtualmente conflagrada. A violência contra o **farrapo** João Saldanha e sua família apenas coroa longo e trágico processo de atrocidades que vinham sendo cometidas por companhias de terras contra os colonos, em sua grande maioria pequenos agricultores gaúchos e catarinenses ali chegados há pouco tempo na expectativa quase desesperada de reconstruir suas vidas no novo Eldorado paranaense. Mas haviam as companhias, instaladas na região a partir de 1951. Elas trouxeram uma violência endêmica que atingiu inusitado paroxismo entre março e outubro de 1957.

Poucos escaparam das garras dessa violência. O vereador Pedro José da Silva, o **Pedrinho Barbeiro**, de Pato Branco, preparava-se para ir ao Rio de Janeiro — então

Capital da República — enviado pelos colonos do Distrito de Verê para indagar das autoridades federais sobre a legalidade das exigências das companhias. Era o mês de maio de 1957. Foi assassinado em sua casa pelo jagunço João Alves da Silva, o **Pé de Chumbo**, pouco antes de seguir viagem. Em agosto, um grupo de colonos também de Verê dirigia-se aos escritórios das companhias. Seguiu pela avenida principal, tendo à frente um colono conhecido como **Alemão**. Não queriam confronto, apenas explicações a respeito das suas posses. **Alemão** enrolou-se numa bandeira do Brasil, melhor assim para demonstrar propósitos pacíficos. Envolto na bandeira, marchando na avenida principal do Distrito de Verê à frente do grupo de posseiros, com a cabeça cheia de intentos ordeiros, foi trespassado pelas balas dos jagunços.

Vigia, de fato, a lei do mais forte, a “lei do cão”, a lei das poderosas companhias imobiliárias. Protegidas pelo Governo Moisés Lupion, do PSD, beneficiadas pela cumplicidade da polícia estadual, armaram sangüinário exército privado e instalaram, no Sudoeste paranaense, terror jamais visto. A despeito das dificuldades impostas pela situação de beligerância, o então Senador Othon Mader (UDN) conseguiu documentar, entre março e outubro de 1957, 14 mortes, dois desaparecimentos e 47 outros casos de espancamentos, sevícias, mutilações, estupros, assaltos, saques, incêndios, etc.

O povo, de sua parte, nunca se manteve passivo. À espiral de violência perpetrada pelas companhias, reagiu. Primeiro reclamando providências das autoridades, encaminhando cartas e abaixo-assinados. Depois, quando tais instrumentos se revelaram, afinal, inócuos, até porque autoridades e companhias se constituíam num único interesse espoliador, partiu para a luta aberta. Era o que restava fazer. O povo fez, então, a guerra pela posse da terra, eclodida poucos dias após a chacina da família de João Saldanha. Fez o que os atuais moradores do Sudoeste do Paraná ainda chamam, com indisfarçável orgulho, de “a revolução”, e o que a imprensa da época, com estardalhaço compreensível, qualificou de “movimento revolucionário popular”. Era o dia 10 de outubro de 1957.

## TERRA DE GUERRAS E DISPUTAS

O Sudoeste paranaense sempre foi palco de exacerbadas disputas, a começar pela chamada “Questão de Palmas”, litígio territorial entre Brasil e Argentina envolvendo uma área que hoje corresponde a praticamente todo o Oeste catarinense e o Sudoeste do Paraná. Dissensões a respeito da interpretação dos tratados de Madrid (1750) e Santo Ildefonso (1777), que demarcaram as fronteiras entre as possessões portuguesas e espanholas na América do Sul, conduziram à exaustiva polêmica entre ambos os países que se arrastou de 1881 a 1895, quando finalmente o Presidente Grover Stephen Cleveland, dos Estados Unidos, árbitro da questão, deu ganho de causa ao Brasil.

Esta mesma área, na época, pertencia ao Paraná, cujas fronteiras meridionais se estendiam até o rio Uruguai, encontrando o Rio Grande do Sul. Era, no entanto, território judicialmente reivindicado por Santa Catarina a partir de 1901, o que demandou prolongada pendência entre os dois estados somente resolvida em 1916. O Paraná perdeu para o Estado vizinho 28 mil quilômetros quadrados de seu território original.

A região contestada era, verdadeiramente, uma terra de ninguém. À população mais antiga, nativa, somavam-se os ex-integrantes das tropas federalistas de Gumercindo Saraiva, ali estabelecidos após a derrota da revolução de 1893/95, desertores das polícias estaduais, foragidos da Justiça dos estados meridionais, negros e mulatos descendentes de escravos. Praticamente ignorados pelas administrações do Paraná e Santa Catarina, trabalhavam em posses, ou então como peões de latifundiários, agregados nas fazendas, tropeiros.

A construção da ferrovia São Paulo-Rio Grande, entregue à multinacional **Brazil Railway Co.**, de capital norte-americano e inglês, veio, a partir do início deste século, desencadear o que mais tarde ficou conhecido como a “Guerra do Contestado”. O pagamento pela construção da estrada de ferro seria feito preferencialmente com terras devolutas. As situadas a oito quilômetros de cada lado da estrada, seriam tituladas aos norte-americanos. Por esta razão, o trecho entre União da Vitória (PR) e Mar-



noel Alves de Assunção Rocha, a despropositada idéia não teve outro destino senão o de ingressar no anedotário político regional.

### OS IDEAIS SEPARATISTAS

Outra iniciativa separatista foi a pretendida criação do Estado das Missões, englobando parte do Sudoeste paranaense e mais de dois terços do território de Santa Catarina. A idéia foi acalentada por lideranças da região de litígio entre ambos os Estados, depois que o Supremo Tribunal Federal deu ganho de causa aos catarinenses. Chegou-se a criar uma Junta Governativa Provisória e a fixar, como Capital do novo Estado, a cidade paranaense de União da Vitória. Os patrocinadores da articulação organizaram uma sublevação marcada para o dia 30 de junho de 1916, que acabou abortada.

O abandono a que o Sudoeste paranaense e o Oeste de Santa Catarina continuaram relegados, manteve acessos os ideais separatistas. Eles tornariam a efervescer a partir da década de 30, obtendo, desta vez, a vitória com a criação, em 1943, do Território Federal do Iguaçu. Foi, no entanto, experiência efêmera, extinta dois anos após. Nos anos 50, com o boom migratório de gaúchos e catarinenses para o Sudoeste do Paraná, a idéia separatista retornou, agora encarnada na proposta da criação do Estado do Iguaçu. Em 1962 chegou a ser criada uma Comissão Executiva Pró-Criação do Estado do Iguaçu. Em 1968 o movimento atingia seu apogeu, mas foi nocauteado pelo AI-5. Anos mais tarde, e ainda hoje, de quando em quando o tema volta à baila, mas o Sudoeste encontra-se definitivamente integrado ao conjunto do Paraná, de modo que o separatismo residual fica por conta da nostalgia de um ou de outro mais resistente à modernidade.

### AS COMPANHIAS EM CENA

Em novembro de 1950, a Cleveândia Industrial Territorial Limitada (Citla) recebeu da Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional (SEIPN) a titulação de duas grandes glebas que correspondiam a quase todo o

território do Sudoeste paranaense, num total de 484.680 hectares de terras. Tratava-se de espaço inteiramente contestado, já que, em determinados períodos, para a mesma área chegaram a existir, concomitantemente, nada menos que cinco "proprietários": a Citla, a firma Pinho e Terras Limitadas, o Governo do Paraná, a União e os posseiros. A área titulada à Citla englobava uma faixa de fronteira com a Argentina, a Colônia Agrícola Nacional General Osório (Cango), criada pelo Governo Federal em 1942, diversas propriedades particulares, as posses dos agricultores acolhidos pela Cango (cerca de três mil famílias) e ainda as sedes distritais dos municípios de Santo Antônio do Sudoeste, Capanema e Francisco Beltrão.

Além disso, a transação em si entre a Citla e a SEIPN abrigava numerosas irregularidades. A Constituição Federal proibia a venda de terras na faixa de fronteira sem a devida autorização do Conselho de Segurança Nacional e exigia, para a concessão de terras públicas com mais de 10 mil hectares, a indispensável autorização do Senado Federal. Um Decreto de 1946, por outro lado, obrigava a SEIPN a realizar a venda de terras situadas no Paraná e Santa Catarina através de concorrência pública. A transação entre a Citla e a SEIPN burlou todas estas disposições legais. Por isso, foi logo contestada e iniciou-se complicada e longa disputa judicial.

A companhia, no entanto, não esperou nenhuma definição da Justiça para instalar-se na região, em 1951. Afinal, o Sudoeste paranaense era região riquíssima. Abrigava, na época, a invejável quantidade de seis milhões de araucárias<sup>(2)</sup>. Era a maior reserva mundial. A quantidade de pinheiros era, de fato, tão pródiga, que no inverno as pinhas se soltavam e o solo ficava inteiramente coberto por um tapete avermelhado de pinhões. Ademais, eram pinheiros enormes, de 80 centímetros de diâmetro aproveitável, o suficiente para 20 dúzias de tábuas.

Acontece que, logo após sua instalação na região, a Citla viu-se golpeada por ato do então Governador Bento Munhoz da Rocha Neto impedindo as transações da companhia até que houvesse a devida decisão judicial sobre a questão da propriedade daquelas ter-

celino Ramos (SC) foi projetado e executado com profusos zigue-zagues, aumentado a quilometragem e, por conseguinte, o volume de terras a ser entregue aos norte-americanos. Vale dizer: grande parte da região contestada entre o Paraná e Santa Catarina passou para mãos estrangeiras. O **Trust Farquahr** de Portland, Maine (EUA), que controlava as ações da **Brazil Railway Co.**, resolveu expulsar os posseiros das terras que lhes foram tituladas. Para tanto, chegou a organizar uma polícia privada, que se fardou e armou e passou a cometer violências.

Para construir a ferrovia, a empresa norte-americana contratou heterogênea força de trabalho composta por filhos de imigrantes poloneses, trabalhadores urbanos, presidiários retirados de penitenciárias brasileiras. Os atrasos nos pagamentos criaram, entre estes trabalhadores, um clima de tensão e revolta e fizeram-nos potencialmente aliados dos posseiros expulsos das suas terras. Estava formada a base social para a revolta afinal ocorrida entre 1912 e 1915 e que terminou com a derrota dos sertanejos somente após 13 cruentas expedições do Exército. Assentada na luta pela terra, a revolta teve, no entanto, forte conotação messiânica, através da ação de um lendário monge que agia na região e canalizou sobre si as esperanças e o desespero das populações espoliadas. Além disso, houve um ingrediente de apego à monarquia, identificada a República como força opressora. Daí ter surgido, em 1914, a idéia esdrúxula da chamada Monarquia Sul Brasileira, que abarcava os estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul e incluía a anexação do Uruguai. Patrocinada por um tal Ma-



ras. A Citla só veio ter livre curso na área a partir de 1955, com a eleição, ao Governo do Paraná, de Moisés Lupion, a ela ligado. Até esse momento, dedicou-se a fazer propaganda dos seus direitos sobre a região e a promover encontros, reuniões, churrascadas, farto foguetório e muita festa para ampliar sua força política local. Já nesta época, a população procura garantir os seus direitos. Cerca de 250 cidadãos do povoado de Marrecas (futura Francisco Beltrão) assinaram manifesto criando uma Comissão Permanente encarregada de articular a defesa dos seus interesses diante do litígio de terras.

A partir de 1955 a Citla começou a atuar além das suaves programações sociais e da mera propaganda. Liberada pelo Governo Moisés Lupion, tendo a cobertura da polícia e demais autoridades estaduais, além de políticos do PSD, rapidamente contratou truculento exército de jagunços — ex-presidiários e assassinos profissionais que já haviam atuado nas disputas fundiárias ocorridas alguns anos antes no Norte do Paraná. Trouxe para a região duas subsidiárias: a Companhia Comercial e Agrícola do Paraná, ou simplesmente Comercial, e a Companhia Imobiliária Apucarana. A Citla passou a atuar basicamente na sede de Francisco Beltrão; a Comercial ficou com o Interior deste Município e ainda Verê e Dois Vizinhos; a Apucarana ficou com Capanema e Santo Antônio. E assim articuladas, instalaram o terror.

## OS SONHOS DO NOVO ELDORADO

A ocupação intensiva do Sudoeste paranaense deu-se a partir da década de 40, em especial na dé-

cada seguinte, quando ali aportaram os migrantes gaúchos e catarienses descendentes de europeus. Até então a população era formada predominantemente por caboclos de origem paranaense. Nos anos de 1954/55 a corrente migratória avoluma-se ainda mais, com o elemento gaúcho — que o caboclo nativo chama de **gringo** — sendo o predominante.

A partir de 1938, mediante uma política de ocupação de espaços vazios, Getúlio Vargas tentou viabilizar a estratégia da chamada “Marcha para o Oeste”. Era política conjunta dos governos federal e estadual visando a integração de novas áreas no processo de alargamento da fronteira econômica. Dentro dessa estratégia é criada, em 1942, a Colônia Agrícola Nacional General Osório (Cango), de importância decisiva para a colonização do Sudoeste do Paraná. Foi ela a principal responsável pela vinda dos posseiros — verdadeiramente o elemento básico no povoamento e colonização desta região paranaense. Mas como a área encontrava-se **sub-judice**, a Cango não pôde fornecer aos agricultores o título da terra. Municia-va-os tão somente com um protocolo, de modo que estes agricultores eram uma espécie de posseiros oficiais. Outros, não vinculados ao projeto da Cango, também chegaram aos montes à região, assentavam-se em algum pedaço de terra, erguiam ranchos e punham-se a produzir.

Em março de 1957 a Citla começou a realizar medições e a fazer ruidosa campanha pelas emissoras de rádio de Pato Branco e Francisco Beltrão no sentido de que os colonos se dirigissem aos seus escritórios para regularizarem suas situações. Isto é: para tratarem da compra das terras do “legítimo proprietário”. Muitos desses colonos já haviam adquirido suas posses a posseiros anteriores. Políticos da UDN e PTB, de oposição ao Governo Moisés Lupion, começaram a recomendar aos agricultores que nada assinassem. Esses políticos e ainda os guardas florestais da Cango que circulavam muito pela região, advertiam os colonos para o fato de que a legalidade do título de propriedade da Citla sobre aquelas terras estava sendo questionada judicialmente. Esta era a questão: os colonos queriam ser proprietários legítimos de suas posses e pagar por isso, mas julga-

vam conveniente aguardar que a Justiça decidisse sobre quem legalmente detinha a propriedade da terra.

Além disso, havia a questão dos preços. O preço normal da propriedade de 10 alqueires (chamada **colônia**) estava entre 10 a 15 mil cruzeiros (valores e moeda da época), enquanto as companhias cobravam de 60 a 80 mil cruzeiros, isto é, seis a oito vezes mais o preço de mercado.

Os primeiros emissários das companhias a entrarem em contato com os colonos era gente bem vestida e polida. Explicavam que parte do pagamento poderia ser feito em produtos agrícolas ou gado. A boa aparência e a polidez, no entanto, não impressionaram os colonos. Eles pareciam decididos mesmo a aguardar a palavra da Justiça e a defender seus interesses a qualquer preço. Tanto que alguns deles contrataram os serviços de Edu Potiguara Publitz, uma espécie de advogado itinerante na região, o único a aceitar a causa dos agricultores (os demais ou estavam comprometidos com as companhias ou tinham medo de opor-se a elas), o que viria a lhe custar represálias posteriores, inclusive prisão.

## POR BEM OU POR MAL: A VEZ DOS JAGUNÇOS

Sem obter sucesso junto aos colonos, as companhias substituíram os emissários engomados e gentis pelos jagunços. Eram verdadeiros corretores armados. Percorriam a região montados em jipes DKW amarelos, portando ostensivamente metralhadoras e pistolas 44 e 45 com as quais investiam contra os colonos. Comentava-se que entre eles havia presos retirados da Penitenciária do Ahú, em Curitiba, e postos a serviço das companhias. Somente em agosto de 1957, aportaram no Sudoeste cerca de 80 jagunços, pistoleiros truculentos vindos do Norte do Paraná onde, alguns anos antes, já haviam massacrado os camponeses rebelados na região de Porecatu.

O clima era de terror crescente. Em Santo Antônio, por exemplo, o administrador da Apucarana, Gaspar Kraemer, arrotava nos bares, hotéis e nas ruas que bastaria matar uns 20, 30 colonos para os demais se intimidarem, pois tal experiência já havia sido feita no Norte e dera certo. Enquanto isso,





no campo, famílias inteiras eram botadas para fora das suas casas. Os jagunços queimavam ranchos e galpões, matavam animais, destruíam plantações, espancavam crianças e mulheres. Quando o colono assinava, afinal, o compromisso de compra, era-lhe fornecido, como recibo, um pedaço de papel de embrulho, de carteira de cigarro, sem qualquer timbre ou carimbo, assinado apenas pelo jagunço que ali grafara a alcunha: Lapa, Maringá, Chapéu de Couro, Quarenta e Quatro. Chegavam a vender duas, três vezes a mesma terra e, cada pedaço vendido, lhes rendia porcentagem paga pelas companhias.

Ao recorrerem aos poderes constituídos, os colonos encontravam delegados submissos às ordens dos gerentes das companhias, ou então diretamente assalariados por elas. Todos os inspetores de quarteirão eram vinculados às empresas, ou então funcionários delas. Os agricultores estavam atormentados. As companhias dominavam, por completo, a região. A partir de determinado momento, elas se apossaram dos entroncamentos das poucas estradas existentes: só circulava colono que houvesse assinado o contrato e as promissórias. Era um processo de espoliação de grande envergadura: incluía ainda pedágio para quem transitasse pelo Sudoeste (até mesmo motoristas de táxi em serviço) e porcentagem sobre toda a produção local de madeira.

A situação se agravava. Aterrorizados, muitos colonos começaram a assinar os contratos e as promissórias. Mas não tinham como pagar. Os que não assinavam, sofriam violências. Muitos fugiam para o mato e era freqüente os jagunços se vestirem de mulher para mais facilmente poder abordar co-

lonos evadidos. Outros asilavam-se na Argentina, vivendo na completa miséria na Província de Misiones. Outros ainda retornavam ao Rio Grande do Sul. Um colono trocou sua posse de 10 alqueires por uma sanfona e retornou ao Rio Grande.

Os colonos, de fato, não sabiam o que fazer. Os políticos diziam para não pagar. Mas se não pagassem, eram espancados junto com suas famílias. A polícia era omissa. Os colonos de Verê decidiram mandar o vereador **Pedrinho Barbeiro** ao Rio de Janeiro. Nem foi. Os jagunços o assassinaram em casa, em 21 de maio de 1957. Essa morte comoveu a região e fortaleceu a consciência de que, para se opor à ação das companhias, era necessário fazer algo mais contundente. As esperanças de uma solução pacífica, institucional, terminaram quando um **farrapo** que reagiu à ameaça dos jagunços foi amarrado, castrado, tendo sua mulher e duas filhas de 9 e 11 anos estupradas. A polícia nem inquérito abriu. Foi a gota d'água.

Os agricultores, na verdade, estavam largados à própria sorte. Os políticos do PTB e UDN, os únicos partidos políticos na região, limitavam-se a aconselhar os posseiros e a encaminhar denúncias sobre a situação. Mas isto não bastava. Enfrentar as companhias, para resolver os problemas, implicava organização. E mais: organização para um confronto armado, já que esta era a única alternativa para acabar com a espoliação e a violência. Para resolver tal problema crucial, eles foram buscar, em Sierra do Mico, na província argentina de Misiones, o **farrapo** Pedro Santin. Tratava-se de um ex-posseiro que se refugiara na Argentina e que vivia do contrabando de carne argentina para os açougues do Sudoeste paranaense. Numa dessas viagens foi assaltado por 10 jagunços da Apucarana que queriam roubar suas reses. Santin matou dois deles e pôs o restante para correr. Era do que os colonos realmente precisavam. Também aderiram à luta os irmãos Bello, pistoleiros famosos do Rio Grande do Sul, agora agricultores no Sudoeste do Paraná, e Robertinho, valentão argentino muito conhecido na fronteira e que vivia refugiado numa das ilhas do rio Iguaçu.

Santin era pragmático. Numa das suas primeiras ações reuniu 11

colonos e atacou os escritórios da Apucarana em Lajedo Grande. Cercou os escritórios e ateou fogo. Os que iam pulando através de portas e janelas para safar-se do fogo, iam sendo tiroteados. Agora era o tempo das escaramuças. Em fins de abril, na Esquina Gaúcha, 40 colonos entraram em conflito com agrimensores das companhias; em 11 de agosto, colonos tentaram queimar o escritório da Citla em Rio Claro, atual Pranchita; em 6 de setembro, o gerente da Apucarana em Lageado Grande, Arlindo da Silva, foi morto em emboscada.

Ainda em setembro, Santin reuniu cerca de 2 mil colonos para tomar Capanema, de onde expulsaram as companhias e seus jagunços. As estradas foram bloqueadas e o campo de aviação interditado com tambores e toras de pinheiro. Era, digamos, o ensaio da revolta final. Depois, entregaram a cidade às autoridades governamentais que, diante da correlação de forças visivelmente desfavorável às companhias, retiraram-nas definitivamente de lá e apaziguaram os ânimos.

Expulsos de Capanema, os jagunços foram transferidos para Santo Antônio — seu principal santuário —, Pato Branco e Francisco Beltrão, onde intensificaram a violência. A situação era insustentável. Os agricultores estavam sem condições de plantar, a produção foi duramente reduzida, do que se ressentiram também os comerciantes, quase todos dependentes da produção agrícola. Sobre a população urbana começava a pesar a violência até então exclusivamente dirigida contra os colonos. A forma de atuação das companhias já não colocava mais em jogo apenas o domínio sobre a terra, mas o direito à vida, à liberdade, à segurança. Francisco Beltrão era uma cidade morta. Ninguém circulava pelas ruas a partir do anoitecer, quando uma bruma densa e úmida encobria praticamente toda a cidade. Apossava-se de todos o medo de um súbito ataque dos jagunços que, nos bares, armados até os dentes, esparramavam ameaças e contavam valentias. Assim, o morador da cidade uniu-se ao colono na luta contra as companhias e seus pistoleiros. Dessa união surge a iniciativa de tomar as principais cidades do Sudoeste. Foi decisão tomada logo após a matan-



ça da família do farrapo João Saldanha.

Faltava, no entanto, o momento oportuno. Ele chegou no dia 9 de outubro. Pela manhã foram trazidas da localidade de Águas do Verê três crianças surradas pelos jagunços com açoitadeira (3). Tinham vergões pelo corpo inteiro. O delegado Alberto Geron, de Pato Branco, disse que nada poderia fazer. O povo, então, foi chamado a

agir. No dia seguinte o Sudoeste do Paraná estava amotinado. Em Pato Branco, Francisco Beltrão e Santo Antônio foram constituídas juntas governativas provisórias que passaram a exercer o poder. Eram compostas por 26 pessoas e uma Executiva de cinco membros.

Em Pato Branco a Junta formou piquetes nas entradas e saídas da cidade e constituiu pelotões de 25 a 30 homens encarregados de guardar instituições públicas, o banco do Estado, a emissora de rádio etc. Casas comerciais cederam, mediante recibos e compromissos de posterior devolução, armas para os rebelados. Também o armamento depositado no Fórum foi requisitado. Comércio e indústria cerraram suas portas e a venda de bebidas alcoólicas foi rigorosamente proibida. A Junta expediu telegramas às autoridades estaduais e federais. Com a chegada da imprensa, a opinião pública nacional passou a ser copiosamente informada a respeito. As manchetes eram incisivas: “revolução rural

no Sudoeste do Paraná”, “guerra dos camponeses contra os grileiros”, “revolta agrária”, “guerrilha no Paraná”, “levante de colonos” e daí por diante. O Ministro da Guerra, General Teixeira Lott, ameaçava o Governador Moisés Lupion de intervenção federal no Estado. Este, então, resolveu recuar. Enviou para a região um militar, o Major Reinaldo Machado, encarregado de entender-se com os colonos e retirar as companhias e seus jagunços da área. O Major cumpriu à risca a determinação e ainda prometeu instalar inquérito para apurar as responsabilidades das empresas imobiliárias. Assim, recebeu o comando da cidade das mãos da Junta, que se dissolveu. Os colonos retornaram para suas posses. “Nós tínhamos atingido os nossos objetivos. Tínhamos fechado os escritórios, prendido os jagunços. Nós não tínhamos mais adversários, não tínhamos mais contra quem brigar. Nossa missão estava cumprida”, reconheceu, mais tarde, Jácomo Trento, o Por-



Colonos que esperavam reconstruir suas vidas no novo Eldorado paranaense, vagueavam com suas famílias e seus pertences perseguidos pelos jagunços das companhias.



to Alegre, um dos líderes da revolta, então com 25 anos.

Em Francisco Beltrão a rebelião começou tão logo chegou a notícia do espancamento das crianças de Águas do Verê e das primeiras movimentações em Pato Branco. Walter Pecoits (4) era um dos líderes. Despachou estafetas ao Interior para chamar as lideranças. A emissora de rádio conclamava intermitentemente os colonos para se reunirem na sede do município. Era uma espécie de senha. Era uma tarde de garoa, a de 10 de outubro de 1957, e antes dos agricultores começaram a chegar os jagunços. Vinham montados nos temidos jipes DKW amarelos, armados, fazendo correrias pelas ruas, esbanjando força, esparrame de intimidação. No final da tarde aportaram os primeiros caminhões atopeados de colonos. Muitos outros vieram a pé, a cavalo, de carroça, percorrendo 20, 30 quilômetros, armados com paus, foices, enxadas, espingardas de caça. Ao anoitecer, já eram mais de cinco mil homens vindos do Rio do Mato, Verê, Nova Concórdia, Jacaré, Sessão Progresso, reunidos na praça central de Francisco Beltrão. Não parava de chegar caminhão. A Junta mandou bloquear as estradas e interditar o aeroporto. O prefeito e o delegado fugiram. O juiz foi mantido em prisão domiciliar e sua mulher e filho conduzidos ao hospital que se tornou espécie de campo de refugiados. O gerente da Citla, Júlio Assis Cavalheiro, fechou rapidamente o escritório e escondeu-se numa chácara das cercanias. A cadeia foi ocupada e os 12 presos comuns foram soltos, avisados de que, após o movimento, deveriam voltar. Voltaram. No escritório da Comercial encontravam-se aquartelados cerca de 40 jagun-

ços. Os posseiros, reunidos na praça, queriam linchá-los. Pecoits negociou a retirada dos jagunços, a rendição incondicional. “Dêem uma olhadinha pela janela”, disse, acrescentando: “Vejam o que tem de povo aqui na rua. Esse povo quer matar vocês a dentadas, tem ódio de vocês. Hoje é o dia deles. Vocês tiveram dois anos. Agora começou o outro lado. Vocês não têm escolha...”. Desarmados, os jagunços foram, afinal, retirados da região.

No dia seguinte, os colonos invadiram o escritório, quebraram e queimaram tudo. Contratos e promissórias assinados sob a pressão de armas foram rasgados e lançados à rua. A avenida principal de Francisco Beltrão ficou coberta por um tapete de papéis picados. Já eram cerca de seis mil colonos reunidos na cidade, começaram a surgir problemas de alimentação e a rádio passou a pedir que não viessem mais posseiros.

Acuado, o governador Moisés Lupion mandou para Francisco Beltrão seu Secretário de Segurança (então chamado de Chefe de Polícia) Alfredo Pinheiro Júnior. Chegou arrogante. No aeroporto especialmente aberto para a aterrissagem do táxi aéreo que o conduzia, mandou o piloto aguardar, pois em meia hora terminaria com aquela bagunça. A caminho da cidade viu o pequeno aparelho decolar e desaparecer na rota de Curitiba. Pecoits havia mandado o piloto embora sob a ameaça de explodir o avião. Depois, já na sede da emissora de rádio, onde se desenrolariam as conversações com Pinheiro Júnior, deu voz de prisão ao Chefe de Polícia e começou a negociar. Exigia, em nome dos posseiros, a substituição do delegado, a exoneração do promotor, a transferência do juiz, a saída da polícia estadual da cidade, a não reabertura dos escritórios das companhias e a não punição de nenhum dos revoltosos. O Chefe de Polícia, obviamente, aceitou. Pecoits foi nomeado delegado, anunciou o teor das negociações ao povo, da sacada da rádio. Todos ficaram satisfeitos e o movimento, aquela furiosa rebelião que pôs o povo do Sudoeste do Paraná em armas, acabou. Aliviados, os posseiros retornaram para as suas terras.

Em Santo Antônio os colonos marcharam sobre a cidade na noite

do dia 12 de outubro, quando em Francisco Beltrão e Pato Branco os ânimos já estavam serenados. A cidade ficou, durante três dias, em poder de uma Junta Governativa Provisória. Entendimentos entre a Junta e o Governo do Estado conduziram à retirada das companhias, à expulsão dos jagunços e à desmobilização dos agricultores.

O movimento, a despeito da forma radicalizada que assumiu, concentrou suas reivindicações no fechamento dos escritórios das companhias, na expulsão dos jagunços e no fim da violência. Terminado o levante, nenhum colono projetou-se no plano político estadual ou regional. Nesse aspecto, os beneficiários do movimento foram as lideranças urbanas. Ivo Thomazoni, de Pato Branco, e Walter Pecoits, de Francisco Beltrão, por exemplo, tornaram-se deputados estaduais, o primeiro pela UDN, o segundo pelo PTB.

Os colonos continuaram posseiros. Em 1960 Jânio Quadros e Ney Braga, candidatos, respectivamente, à Presidência da República e ao Governo do Paraná, fizeram campanha na região prometendo resolver o problema e foram muito bem votados. Foram eleitos, não resolveram. João Goulart, em março de 1962, criou o Grupo Executivo de Terras para o Sudoeste do Paraná (GETSOP). Três meses depois União e Estado abriram mão de suas pretensões de serem proprietários das terras. O GETSOP distribuiu ao colonos mais de 40 mil títulos de propriedade, respeitando as áreas ditadas pelos interessados. Cumprida sua missão, foi extinto em janeiro de 1974.

O número de proprietários rurais no Sudoeste do Paraná cresceu de 6.342 em 1960 para 41.374 em 1970. De posse dos seus títulos de propriedade, os antigos posseiros foram incluídos no processo de desenvolvimento agrícola nacional, obtendo financiamentos para aquisição de máquinas, adubos, inseticidas. A agricultura modernizou-se, a produção cresceu. Em 1970 havia 380 tratores na região; em 1975 tal número saltou para 2.960, num aumento de 679%. Junto com a modernização, no entanto, veio a concentração da renda e da propriedade, a expulsão do homem do



campo. Em meados de 1985, na margem das rodovias que cortam o Sudoeste do Paraná, mais de cinco mil famílias acampavam reivindicando terras. Ex-proprietários vítimas da concentração fundiária, trabalhavam nas grandes fazendas da região. Despedidos, lutavam por um pedaço de terra, ameaçavam tornar-se posseiros em pedaços dos latifúndios. Mas esta já é outra história.

*A revolta dos posseiros do Sudoeste do Paraná constitui-se em momento antológico de luta e heroísmo capaz de confirmar, neste caso de forma dramaticamente peremptória, antiqüíssima e límpida verdade que certos interesses na luta de classe umas vezes subestimam, outras omitem: unido e decidido, um povo transforma-se, inevitavelmente, em força imbatível, repleta de fervor e vigor, que não se abate e pode vencer obstáculos aparentemente intransponíveis. No Sudoeste paranaense o problema que tanto martirizava a vida dos camponeses só foi resolvido a partir do exato momento em que, pelas várias condições dadas, o conjunto do povo — os do campo e os da cidade — uniu-se e, como um só homem, marchou para conquistar seus objetivos.*

*A experiência dos colonos paranaenses é também significativamente reveladora em outros aspectos. Um deles: no processo de luta, o povo é capaz de forjar suas lideranças. Os posseiros encontravam, nos partidos políticos atuantes na região, apoio moral e algumas orientações. Mas necessitavam de alguém que organizasse a ação e foram encontrá-lo na figura do valentão Pedro Santin. E Santin respondeu exatamente ao que os posseiros desejavam. As lideranças urbanas predominaram na direção do mo-*

## NOTAS

1) “Farrapos” eram foragidos da polícia que viviam asilados na fronteira. Corajosos, perspicazes, experientes, muitos deles ajudaram os colonos naquilo que, a partir de certo momento, mais lhes fazia falta: organização, particularmente organização com vistas a um confronto armado.

2) Araucária é pinheiro nativo das florestas e campos do Sul brasileiro, particularmente do Paraná, daí chamar-se também pinheiro do Paraná. Suas sementes, os pinhões, são muito consumidos durante o inverno. A expansão agrícola vem provocando a extinção da espécie no Paraná.

3) Açoiteira é um chicote curto usado para açoitar o cavalo.

4) Walter Alberto Pecoits, médico, chegou em Francisco Beltrão no início dos anos 50.

Foi um dos principais líderes da revolta dos posseiros na cidade. No PTB, foi vereador, Prefeito e Deputado Estadual, sendo cassado logo nos primeiros dias após o golpe militar de 1964. Na prisão, teve um olho vasado e, em 1977, o Estado foi obrigado a indenizá-lo. No Governo José Richa foi Chefe da Casa Civil e, no período de João Elísio Ferraz de Campos (maio de 1986 a março de 1987) foi Secretário Extraordinário para Reforma Agrária no Paraná.

*vimento apenas no seu momento final, quando o teatro da luta concentrou-se nas cidades.*

*É igualmente interessante notar que essa direção, se por um lado soube comportar-se de forma a conduzir o movimento ao sucesso, por outro restringiu a ação e a compreensão dos camponeses aos estreitos limites dos métodos empregados pelas companhias imobiliárias. A verdade é que, a rigor, a sanha de uma empresa ou outra, a violência maior ou menor dos jagunços, era apenas a expressão de um problema maior e de fundo, isto é, o processo da fantástica concentração fundiária que vem permeando o processo de penetração do capitalismo no campo brasileiro.*

*A consciência dessas raízes da situação em que viviam provavelmente não faria os camponeses do Sudoeste do Paraná procederem de forma diversa da que empregaram no desenvolvimento da sua luta. Foram, de fato, procedimentos corajosos, sagazes. Mas, ao retornarem para casa teriam testemunhado algo mais que a reivindicação conquistada. Teriam vislumbrado um mundo maior que a truculência dos jagunços, um mundo cujas fronteiras se expandam para muito além da ação das companhias de terras. A luta teria resultado numa*

## FONTES DE CONSULTA

1) “Paraná, Sudoeste: Ocupação e Colonização”, de Ruy Christovan Wachowicz, edição do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, Curitiba, 1985.

2) “1957, a revolta dos posseiros”, de Iria Zanoni Gomes, Edições Criar, Curitiba, 1986.

3) “Análise Histórica da Posse da Terra no Sudoeste Paranaense”, de Hermógenes Lázier, edição da Biblioteca Pública do Paraná, Curitiba, 1986.

4) Anotações do autor sobre conversas mantidas com Walter Alberto Pecoits, em Francisco Beltrão e Curitiba, entre 1976 e 1985.

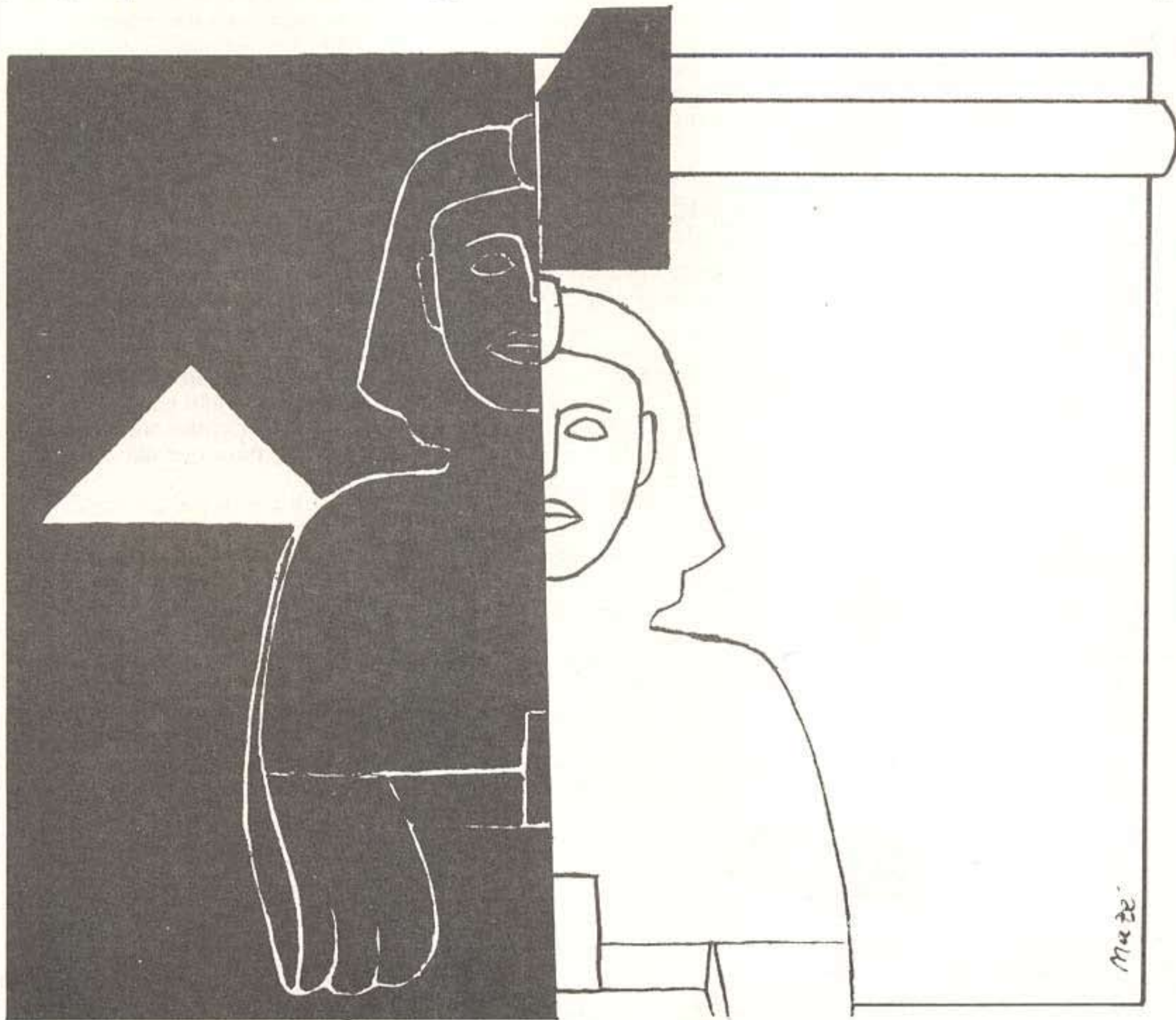
*vitória dupla: a conquista do maior anseio (a expulsão das companhias de terras e seus jagunços da região) e um salto de qualidade na consciência de mundo dos posseiros.*

*E exatamente porque o mundo não terminava nos limites da ação das empresas imobiliárias, o problema fundamental, não resolvido, evoluiu.*

*Trinta anos após o conflito o Sudoeste paranaense vê-se novamente às voltas com camponeses sem terras, acampados na beira de estradas. E o Brasil apresenta uma concentração fundiária quase sem equivalente no restante do mundo, onde 2% dos proprietários possuem quase 60% das áreas dos imóveis rurais (41% da área desses latifúndios não é explorada). Enquanto isso há dois milhões de pobres e desassistidos minifundiários (de dois a cinco hectares) e a fabulosa soma de mais de 12 milhões de sem-terras. Antes, companhias imobiliárias, hoje grandes latifúndios, companhias estrangeiras proprietárias de imensas fatias do território nacional: fisionomias diferentes de um mesmo problema a causar, além da miséria, a violência endêmica no campo. Quer dizer: o problema de fundo que motivou a luta dos colonos do Sudoeste do Paraná ainda está por resolver. (LM).*

# DEVOREMOS A ESFINGE ANTES QUE ELA NOS DECIFRE \*

(O papel do sociólogo numa sociedade democrática).



Clóvis Moura \*\*

\* Texto da conferência que o autor pronunciou na sessão de abertura do II Congresso Nacional de Sociólogos, realizado em Recife de 23 a 26 de setembro de 1980.

\*\* Sociólogo e escritor, examinador de Pós-graduação da Universidade de São Paulo, presidente do IBEA — Instituto Brasileiro de Estudos Africanistas, autor de vários livros, entre eles "Rebeliões da Senzala", "A Sociologia posta em questão", "Sociologia de la praxis" e "Introdução ao pensamento de Euclides da Cunha". Colaborador de Princípios

Se fossemos iniciar os nossos dizeres aqui definindo o que entendemos por democracia, certamente perderíamos o resto deste Congresso em uma polêmica muito acadêmica, possivelmente erudita e certamente estéril. Depois, nos despediríamos, ao seu final, sem havermos logrado decifrar o seu significado. Como a lenda da Esfinge, teríamos de decifrar o seu enigma, ou sermos por ela devorados.

O discurso liberal, por seu turno, tenta simplificar e deformar o assunto e procura fazer crer que há uma imbricação orgânica entre democracia e liberalismo, como se os dois termos fossem sinônimos, peças que se completam e se harmonizam necessariamente. Daí a maioria das confusões, algumas bem intencionadas, outras deliberadamente arquitetadas para manter o enigma da Esfinge. E não podia deixar de ser assim. O liberalismo, como mito burguês, procura insistentemente uma forma, ou melhor, uma **fôrma** na qual se possa colocar, e, em consequência definir como idênticas a democracia do senhor e a democracia do escravo, a democracia do explorador e a democracia do explorado. A igualdade formal seria, assim, uma espécie de túnica inconsútil capaz de manter intacto, apesar de todas as violências e violações na prática, o aparelho ideológico do Estado capitalista.

Da mesma forma, se fossemos definir, inicialmente, o que entendemos por Sociologia — e por extensão por sociólogo —

iriamos gastar tempo e esforçar a inteligência dos presentes para, na melhor das hipóteses, chegarmos a uma definição de dicionário, quase sempre a pior das definições porque é morta, fria, sem participação humana por faltar-lhe o brilho da vida que anima a verdadeira ciência.

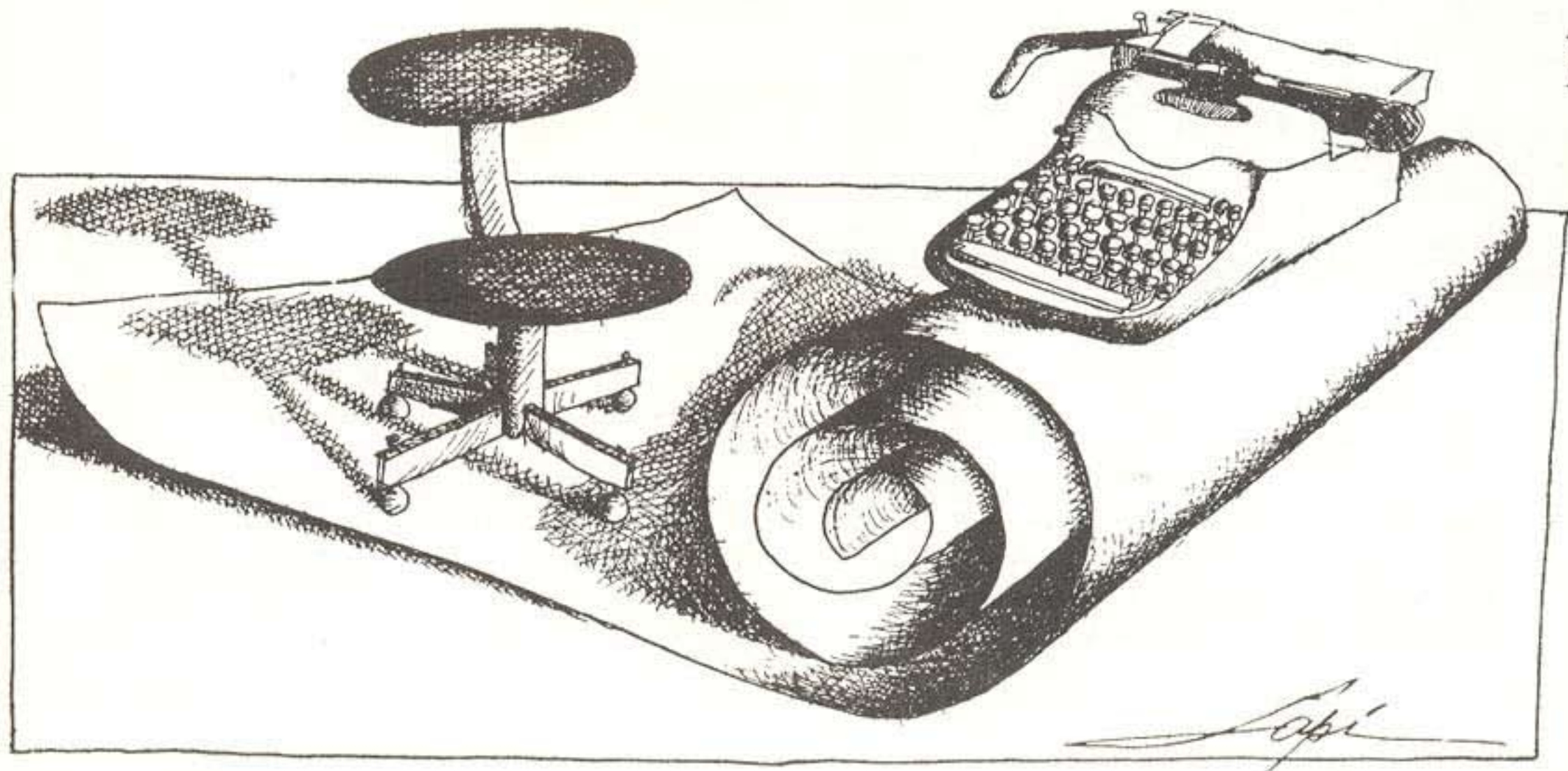
O discurso neopositivista, que procura impor o seu código como o único científico apareceu para coonestar o liberalismo e transformar a Sociologia, nascida já traumatizada por compromissos de classe, em um anteparo teórico e empírico dos interesses econômicos, ideológicos e políticos das classes dominantes.

Não é por acaso, por outro lado, que colocamos o problema nestes termos na cidade do Recife, local onde o pensamento social brasileiro radical teve uma **praxis** tão ativa no sentido de romper, pela violência, os entraves que a estrutura Colonial e Imperial apresentavam ao desenvolvimento das forças produtivas nacionais. Homens como frei Caneca, Borges da Fonseca, Pedro Ivo, mesmo um Antônio Pedro de Figueiredo, passando-se por um padre Roma, um Abreu e Lima, e tantos outros, todos atuaram, em diversos níveis e de formas diferentes, como agentes transformadores de uma estrutura social arcaica, superada, e, por isto, são os precursores de uma Sociologia dinâmico/radical que vê na atuação política a sua aplicação e a justificativa fundamental da sua existência no

quadro das ciências. O pensamento desses precursores é uma das bases do que pensamos hoje. Postaram-se diante da realidade não apenas visando interpretá-la, mas transformá-la dinamicamente objetivando solucionar os problemas que surgem no contexto social. Foram, por outro lado, e por isto mesmo, aqueles pensadores sociais que procuraram abrir caminho para que existisse democracia no Brasil, o que não aconteceu até hoje. De fato, se olharmos para trás veremos que o Brasil teve somente a **democracia do privilégio**.

Fugindo, por isto, à ortodoxia do esquema que me foi apresentado, ou melhor, invertendo-o, vamos falar, em primeiro lugar, sobre o que entenderíamos por sociedade democrática, e, **conseqüentemente**, como funcionariam os mecanismos da democracia. Depois procuraremos situar a atuação do sociólogo dentro desse tipo de sociedade, quando ela existir no Brasil. E enquanto ela não existe vamos procurar ver como situar-se o sociólogo para que ela venha a existir.

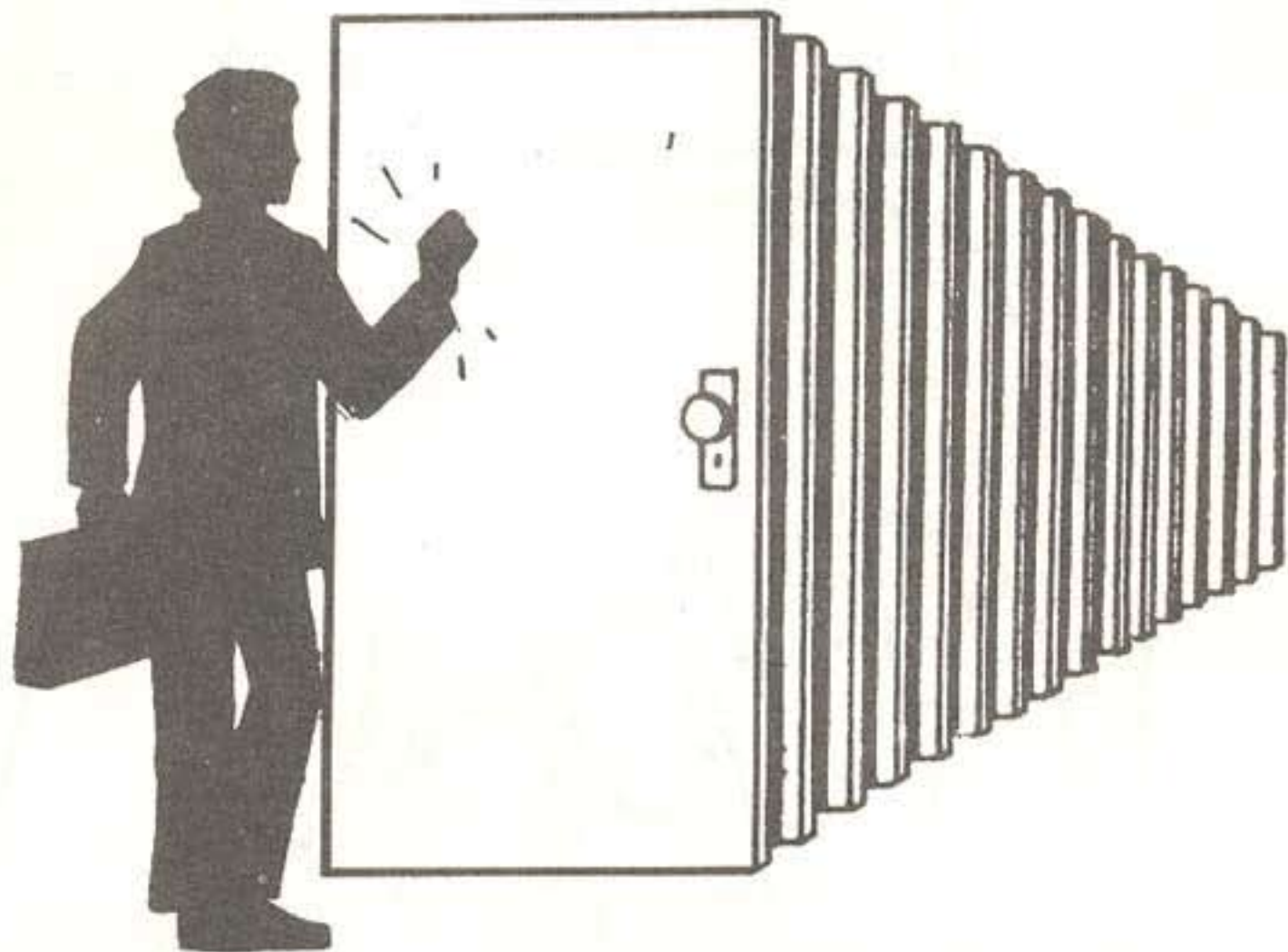
Se olharmos para a nossa história social veremos que sempre se adjetivou a democracia no Brasil, e, sempre, essa adjetivação favoreceu os privilegiados. Tivemos uma democracia de senhores de escravos que durou quase quatrocentos anos. Durante esse período os privilegiados puderam gozar de todos os direitos que essa democracia proporcionava, e



na qual o escravo era coisa, equiparado às bestas de tração e a igualdade somente existia no espaço social dos privilegiados; tivemos a democracia dos donos das oligarquias latifundiárias que substituiu à escravista. Uma democracia que se sustentou no domínio absoluto de uns poucos sobre milhões de camponeses sem-terra, operários, marginalizados nos seus diversos níveis, subempregados e desempregados. Foi a democracia dos senhores dos latifúndios que substituiu à dos senhores de escravos. Esse tipo de democracia, embora com uma forma liberal, foi estruturada para impedir o ascenso de camadas que exigiam uma reformulação na nossa sociedade. Temos, agora, a democracia que protege os privilégios do capital estrangeiro que investe no Brasil, os trusts eufemisticamente chamados de multinacionais.

Como podemos ver, sempre temos uma democracia de privilégios. Quando, por outro lado, há necessidade de se barrar os poucos avanços a fim de se instaurar uma democracia sem adjetivos, criam-se, sempre, de forma sistemática, mecanismos reguladores que através de repressão conseguem sustá-los, conservando, ao mesmo tempo, uma imagem "legal" pela qual tudo foi feito de acordo com a Lei.

Por isto, temos uma democracia que funciona apenas para os que se beneficiam com os privilégios. A plebe, os componentes dos setores e segmentos oprimidos, por seu turno, recebem contra si toda a estrutura e ação dessas leis, criadas para manter a democracia do privilégio. O Brasil é, por isto mesmo, um país que teve inicialmente um Estado despótico o qual foi montado para impedir a revolta dos escravos. Em seguida tivemos um Estado autoritário-liberal cujo objetivo era manter os privilégios das oligarquias latifundiárias, e, finalmente, com a crise aguda do sistema, foi implantado um Estado neofascista, através de um golpe de estado, que conjuga nas suas funções a defesa dessas oligarquias e das multinacionais. A classe operária e o povo, mais uma vez, ficam asfixiados por



falta de oxigênio político.

O Estado despótico-escravista que durou até 1889, não precisamos enfatizar, era um aparelho político altamente centralizado de defesa dos interesses dos senhores de escravos. Durante todo o tempo em que a escravidão existiu ele funcionou ativamente na repressão às revoltas dos escravos e demais segmentos da plebe insatisfeita. A Cabanagem, no Pará, em 1835, passa deixando um saldo de quase 40.000 mortos. Em igual período, no Maranhão, a Balaiada deixa, também, um saldo de milhares de camponeses e escravos mortos violentamente. Isto sem falarmos na atuação desse Estado nas lutas dos próprios escravos, quando a sua violência não tinha limites.

Depois, com o Estado republicano-autoritário que o substituiu, a plebe camponesa continua a sofrer o impacto da repressão. Canudos é esmagado sem deixar sobreviventes pelo governo democrático de Prudente de Moraes. O Contestado, no Paraná, também deixa um saldo de mortos que desmente a tese de que a nossa história social foi incruenta. Esses movimentos se avolumam e adquirem cada vez mais conotações políticas pela posse da terra.

Com o aprofundamento da crise do sistema teremos, finalmente, em 1964, a transformação desse Estado em um Estado neofascista-militarista que surgiu para defender os interesses daquilo que eufemisticamente se chama de multinacionais e dos setores agrários direta ou indiretamente ligados ao imperialismo. A burguesia industrial perdeu seu peso paulatinamente à medida que grupos internacionais conseguiam privilégios e concessões para dominar o mercado nacional.

A essência desse Estado foi, sempre, defender os privilégios. Escravocrata, republicano-autoritário ou neofascista, mesmo com formas populistas em alguns momentos, o Estado brasileiro e os governos que o representaram durante toda a nossa história política e social existiu para reprimir. Entre a passagem do Estado republicano-oligárquico para o neofascista tivemos, em 1937, o bonapartismo estadonovista, que foi um tímido precursor do que viria depois, com a derrocada, em 1964, das poucas instituições liberais que, de qualquer forma, davam balisamento a esse autoritarismo liberal.

Sempre houve uma tática de



peneiramento para que o povo fosse aliado de participação no processo político emergente. Quando, em 1881 — poucos anos antes da Abolição — se procurou fazer uma reforma eleitoral, vetava-se, pela primeira vez, o voto do analfabeto. As limitações na legislação anterior não o atingiam, embora atingissem outras camadas do povo por motivo diverso: a não posse de bens de raiz. No entanto, quando se prepara a saída da grande massa da senzala, massa que poderia influir, ou mesmo decidir do processo eleitoral ao adquirir cidadania, ela é sumária e antecipadamente excluída desse direito. Foi aprovado aquilo que Ruy Barbosa chamou de um “senso literário”. Com isto, para José Honório Rodrigues, “A população do Brasil, segundo os dados oficiais, estava calculada em 4.318.669 homens livres, dos quais 3.306.602 não sabiam ler. Portanto, os que sabiam ler ficavam reduzidos a 1.012.097.

Além disto calculava em um milhão o número de industriais (sic), operários e lavradores que não podiam exhibir as provas exigidas, dos dois milhões estimados pela estatística oficial nestes grupos. Restavam 12.097 homens livres, dos quais deviam deduzir-se os alienados, os interditos e os sem — ocupação. A população apta ao eleitorado seria de 3%; e como podem, perguntava (Saldanha Marinho) 3 somente representar 100 ou constituir mandatários desses cem?” (1)

Até hoje a restrição continua, apesar de todas as reformas eleitorais e constitucionais. Onde, pois, iremos encontrar uma democracia no sentido de que o povo é a força social e política que dá conteúdo ao Poder? Onde? Quando?

Todos os tipos de Estados que tivemos diziam-se representados através de governos democráticos. O primeiro — escravista — era uma monarquia constitucional. O

segundo, era um governo autoritário com um discurso liberal. Tivemos, também o interregno bonapartista do Estado Novo para voltarmos ao autoritarismo liberal que durou até 1964. O atual tipo de Estado é uma ditadura neofascista, também constitucional, pois os seus teóricos dizem que surgiu de uma revolução democrática. Todos eles, no entanto, valeram-se de atos adicionais restritivos para protegê-los: as diversas leis contra o elemento servil no primeiro; a Lei de Segurança Nacional no segundo e o AI-5 e tantos mais no terceiro.

Nunca, porém, como agora, o arbítrio foi tão sistematicamente usado nem o povo oprimido no seu conjunto. Agora, ao invés de podermos dizer que o leque da tendência democrática se abriu, temos, infelizmente, de dizer que ele se fechou abruptamente, com todo o seu cortejo de consequências negativas que estamos testemunhando. Se nunca



tivemos democracia no passado, agora muito menos. Os privilegiados nunca foram mais privilegiados e os oprimidos mais oprimidos do que atualmente.

O primeiro tipo de Estado — monarquista/constitucional — foi instalado para evitar a radicalização do processo político que desembocou na Independência e a conservação, intactos, dos interesses e patrimônio dos latifundiários escravistas e da Casa de Bragança; a República foi imposta para continuar defendendo os interesses dos grandes proprietários fundiários, e, finalmente, a chamada **revolução democrática** (que nem foi revolução nem foi democrática) surge no ciclo histórico do neocolonialismo, para brevar, violentamente, as forças sociais que emergiam procurando fazer aquelas reformas e mudanças políticas que as necessidades maduras da sociedade brasileira estavam a exigir. Para manter-se o privilégio político e permanecer a contradição estrutural entre o caráter das forças produtivas e as relações de produção, varreu-se, inclusive, de forma violenta e terrorista, com alguns aspectos liberais que faziam parte do modelo anterior; implantou-se a dominação total de um aparelho de Estado novamente despótico e foram criados, em continuação, mecanismos militares/terroristas de dominação para poder garantir a sua permanência.

Da mesma forma como em 1881, o povo foi alijado da possibilidade de votar livremente; como desdobramento desta realidade, novas leis foram criadas para que o povo permanecesse, sempre, como um espectador da História. Sempre objeto passivo, sem dinamismo, sem capacidade de discernir ou influir no processo de mudança social: esta foi sempre a intenção de todas as ditaduras de classe que tivemos: um povo inerte, sem possibilidades de se recompor com o ritmo dinâmico da História.

Tal situação conflitante cria a necessidade de teóricos para justificar a existência dessas ditaduras. Essas elites de poder que representam os interesses das classes dominantes acreditam-se

eternas e eterno o seu poder de dominação. Daí exigirem que apareçam os teóricos que justifiquem a contradição e a opressão. E esses teóricos aparecem. Mussolini, em carta feita a Bianchi, em agosto de 1921, dizia:

“O fascismo italiano necessita atualmente, sob pena de morte, pior ainda, de suicídio, prover-se de um ‘corpo de doutrina’. Esta expressão talvez seja muito forte. Porém eu desejaria que a filosofia do fascismo fosse criada dentro de dois meses, para o congresso nacional.”

Como podemos ver, surgem sempre os “teóricos” para os sistemas que desejam impedir ou dificultar a mudança e o desenvolvimento das sociedades. Esses sistemas necessitam, imperiosamente, de um **corpo de doutrinas**, ou seja, de um conjunto de pensamento que articule teoricamente os elementos de controle e de repressão. No outro pólo estão os pensadores que captam o sentido dessas transformações e mudanças, colocando-se ao lado das leis objetivas que determinam esse desenvolvimento.

E é exatamente aqui que podemos colocar o papel do sociólogo. De que lado ele se colocaria? Como elaborador de um **corpo de doutrina** neofacista, no caso brasileiro, ou ficar ao lado da análise objetiva das leis que transformam as sociedades?

Como se postará o sociólogo diante desta realidade conflitante: irá elaborar **modelos** para o sistema? Ficará numa posição de **imparcialidade científica**? Ou partirá para a execução de uma praxis sociológica em sincronia com o processo de transformação em curso?

Quando falamos de **praxis** sociológica temos em vista dois aspectos que se completam e são interdependentes: o problema gnosiológico e o problema da ação social e política. O segundo aspecto deverá ser o coroamento do primeiro. A ação política, portanto, deve ser um reflexo do conhecimento empírico da realidade social, mas não de forma contemplativa ou simplesmente pragmática. Deve ser dialética e conseqüentemente dinâmica na sua essência. O conhecimento das leis sociológicas

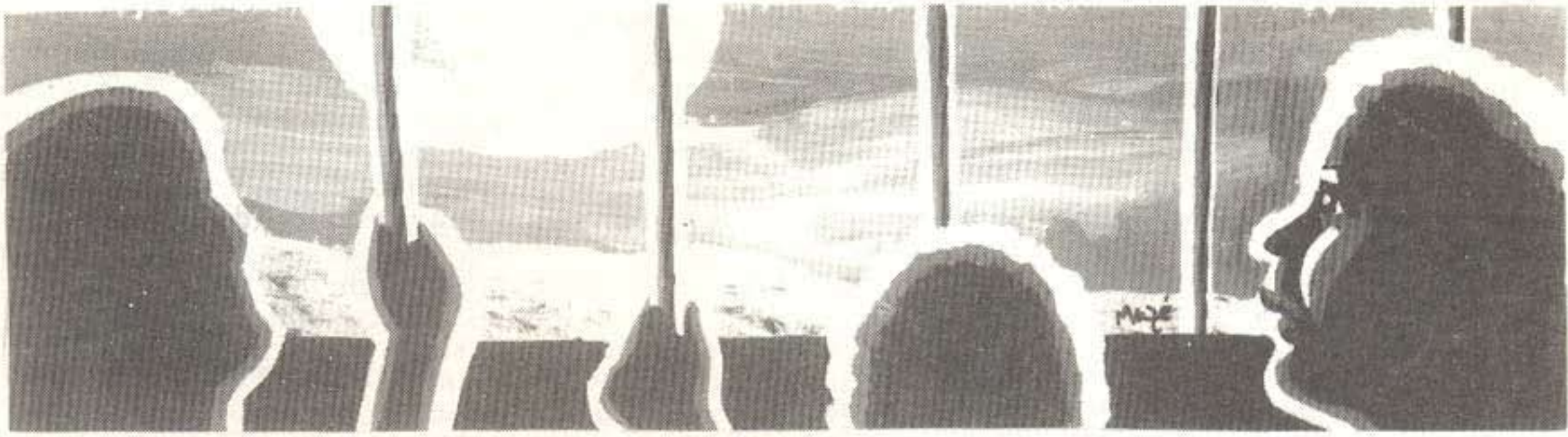
dá ao homem o poder de intervir conscientemente no processo social, elevando o grau desse conhecimento à medida que atua. Daí porque a sociologia acadêmica escamoteia este fato de suma importância: a possibilidade das ações de massas se processarem não como tendências psicológicas agressivas dessas classes e grupos sociais, mas como decorrência da sua conscientização.

Pierre Naville vê três tipos de leis que atuam nas estruturas sociais, a saber: a) — leis de funcionamento a longo prazo; b) — leis de funcionamento a prazo médio, e c) — leis de funcionamento a curto prazo. O primeiro tipo de leis abrangeria os movimentos demográficos, a propriedade, a estrutura da família e de parentesco etc. O segundo tipo de leis seria constituído por aquelas de funcionamento cuja ação se faz sentir dentro de uma esfera considerada assinável por uma geração, por vezes pouco mais, tendo a duração de uma vida humana ativa. Vinte, trinta anos, às vezes menos. Finalmente o terceiro tipo de leis é o que concerne à ação dos partidos (2).

As leis de funcionamento de caráter econômico e social a curto prazo correspondem, geralmente, a um aspecto transitório e por vezes subordinado às leis sociológicas mais gerais.

Assim, para Pierre Naville as “leis da evolução do regime de propriedade são, no fundo, leis a longo prazo. E é pelo conhecimento e compreensão do caráter relativamente lento dessas transformações que se torna possível agir sobre elas de maneira consciente e com perspectivas a longo prazo. As segundas — a prazo médio — são as que decorrem do que chamamos atualmente de planificação. O que deve ser planejado em função do conhecimento do estado da sociedade é justamente aquilo sobre o que se pode agir num plano assinável.” (3)

Finalmente, as últimas “podem ter um caráter imediatista ou que se podem produzir bruscamente ou então não serem eficazes senão dentro de um escasso período de tempo. (...) As organizações políticas e sindicais



agem as mais das vezes em função das características a curto prazo das leis sociais.” (4)

A **praxis** sociológica, portanto, deve ser dirigida pelo conhecimento das leis do desenvolvimento social, desde as suas formas mais simples e transitórias até as que expressam as contradições mais radicais da estrutura social, como os movimentos revolucionários. Daí a coincidência que deverá existir — embora nem sempre isto aconteça — entre os agrupamentos e partidos políticos que se orientam pela teoria marxista e a visão científica global do desenvolvimento das sociedades nas quais atuam. Porque o não conhecimento multifacético da realidade social e do seu ritmo de desenvolvimento, de seu dinamismo interno, e, especialmente, a falta de conhecimento das contradições que atuam em cada processo específico pode levar esses grupos e/ou partidos a um afastamento progressivo da coincidência **praxis/conhecimento científico**, descambando na alienação voluntarista. Esses grupos e/ou partidos, ao se isolarem da realidade social ao procurarem explicações subjetivistas e algumas vezes coincidentes apenas com os seus próprios desejos, criam barreiras a uma ação

política e social eficaz. A história do movimento social mundial está, aliás, cheia de exemplos para que tenhamos necessidade de insistir no assunto.

Esta **praxis** não é aplicada, contudo, sobre um corpo social uniforme e estático, mas sobre um corpo social contraditório e dinâmico. Não se trata de uma **sociedade** abstratamente concebida, mas de uma sociedade determinada, dilacerada por antagonismos. Nas sociedades divididas em classes toda ação social ponderável, relevante, tem um conteúdo específico que a situa como reflexo dos interesses de uma das classes em luta e conflito no espaço social. Muitas vezes, por um processo de interação sutil nos diversos níveis que compõem a sociedade, eles estão camuflados ou se refletem indiretamente; projetam-se através de diversas formas; aparecem algumas vezes também de forma direta, nos momentos de tensão e/ou conflito social. A luta de classes, que se verifica na sociedade capitalista, no entanto, penetra em todos os níveis da estrutura social.

Por isto mesmo os diversos planos elaborados pelos cientistas sociais acadêmicos são travados pelas limitações do **tipo de poder político** que existe nos seus respectivos países. Planos educacionais, de produção

regional, planejamento econômico, de integração de minorias, aplicação do processo tecnológico, natureza, racionalização e aperfeiçoamento do trabalho, finalmente, todo o conjunto daquilo que representa a **praxis** da sociologia acadêmica, em termos de ciência aplicada, tende, por isto, a cobrir áreas que necessitam modernizar, racionalizar o modo capitalista de produção.

Desta forma, temos dois tipos colidentes de **praxis**: um da sociologia dinâmico/radical que age levando em consideração o caráter contraditório da sociedade e que atua sobre aquelas contradições que são imanentes, proporcionando a possibilidade de elevar o conhecimento, e, ao mesmo tempo, resolver os problemas sociais que nascem dessas contradições; de outro lado, a **praxis** gradualista da sociologia acadêmica nas suas diversas modalidades, que tem a sua própria essência limitada pelas contradições da sociedade capitalista à qual serve, quer como conjunto ideológico, quer como conjunto de técnicas empíricas a ser usado pelas classes dominantes.

Mas, em países como o Brasil a dimensão **científica** desses trabalhos é artificialmente elástica pelos cientistas sociais acadêmicos, não apenas porque



isto determina áreas de prestígio e profissionalização vantajosas, como, também, porque neutraliza áreas e grupos da sociedade que têm objetivos radicais. Nos países chamados subdesenvolvidos, como o Brasil, há necessidade de se sustar ideológica e praticamente classes e camadas sociais que se formam em ritmo acelerado, e, especialmente, neutralizar a intelectualidade que possui consciência crítica ou revolucionária. Por isto apresentamos-nos como culturalmente desarmados para realizarmos as transformações estruturais de que necessitamos sob a alegação de que não podemos dispor daqueles recursos institucionais e padrões científicos que os países desenvolvidos oferecem aos seus cientistas sociais para que possamos operar cientificamente, de forma global, nos diversos níveis da sociedade.

Usando um conceito positivista da ciência para o qual toda procura da essência dos fenômenos é **metafísica**, esses cientistas sociais comprazem-se em requintes de refinamento, procurando mostrar, através de detalhes, as alternativas que as classes dominantes têm ante os problemas que se lhes

apresentam.

Após a realização, esses trabalhos e pesquisas escapam-lhes das mãos, sendo transferidos para as mãos dos burocratas governamentais o seu (ou não) aproveitamento. Os cientistas sociais acadêmicos ficam, assim, como os ratos que silenciaram, na conhecida anedota, quando se perguntou quem iria por o guizo no rabo do gato. A analogia existente entre os ratos que encontraram a solução ideal para não serem mais atacados pelos gatos e os sociólogos acadêmicos não é, contudo, anedótica. De fato, se ventilamos o assunto nestes termos foi porque entendemos que o calcanhar de Aquiles do empirismo sociológico está justamente aqui: na sua inércia frente aquilo que representa a inércia social. O seu papel de simplês municionador passivo para que, no nível da ação política, as classes dominantes, as estruturas de poder, através dos seus mecanismos de defesa e dos seus órgãos e instituições de controle e repressão tenham elementos para ver a realidade social e possam tentar impedir a mudança global, estrutural necessária. São os "conselheiros do Rei" de que nos

fala Wright Mills. Através de planos parciais e medidas burocráticas ou mesmo abertamente repressivas retardam o processo de mudança ou transformação revolucionária emergentes.

É, portanto, uma sociologia patológica. A sua **praxis** limita-se à pesquisa, à parte elaborativa, ficando alijada de participar das aplicações no plano da ação política. Apresentam a mercadoria, vendem-na profissionalmente, não sendo, no entanto, proprietários de seu trabalho. É uma **praxis** alienada.

Um caso extremo de aproveitamento das ciências sociais pelas estruturas de poder imperialistas dominantes na América Latina, é, sem dúvidas, o **Projeto Camelot** organizado pelo Departamento de Defesa dos Estados Unidos, projeto de pesquisa que obteve intensa repercussão nos círculos acadêmicos, dos quais grande parte já estava praticamente corrompida pelas possibilidades mirabolantes que os seus organizadores acenavam. A começar pela soma em disposição para esse projeto (de 4 a 6 milhões de dólares) que seria dispendida para a sua execução,



fato que proporcionaria todas as possibilidades para que os seus membros pudessem aplicar os **mais altos padrões científicos** na sua elaboração, tudo contribuiu para que esses cientistas fossem atraídos pela miragem. O critério **operacional** justificava a atitude desses cientistas sociais que se postavam em uma posição de equidistância dos seus objetivos finais de espionagem. Um certo cinismo "científico" servia de manto protetor e de elemento justificador para aqueles que tiveram a possibilidade de ser convidados para tão alto empreendimento científico.

O processo, conforme já afirmamos, não passava de espionagem refinada e tinha como objetivos: "**primeiro** criar métodos para avaliar o potencial de guerra intestina nas sociedades nacionais; **segundo**, identificar da maneira mais segura possível, aquelas ações que um governo poderia realizar com o fim de avaliar as condições julgadas capazes de gerar um potencial de guerra intestina; e, **finalmente**, determinar a probabilidade de prescrever as características de um sistema de obtenção e utilização das informações essenciais que são necessárias à realização das duas coisas acima indicadas. O projeto é concebido como um esforço a ser levado a cabo em três ou quatro anos, com um financiamento anual de cerca de um milhão e meio de dólares. É patrocinado pelo Exército e o Departamento de Defesa, e será conduzido em colaboração com outros órgãos do governo. Planeja-se uma ampla coleta de dados básicos **in loco**, assim como extensa utilização dos dados já existentes sobre funções sociais, econômicas e políticas."

Este é trecho de uma carta enviada pelo correio, datado de 4 de dezembro de 1964, a uma lista selecionada de cientistas sociais. Dirigido por Rex Hopper o projeto estendeu-se como uma teia de **napalm** corruptor até que estourou. No Chile, na Suécia e em outros lugares surgiram vozes que mostraram à sociedade o caráter ostensivamente policialesco e de espionagem de todo o projeto. Por outro lado, o Departamento de Estado americano protestou por haverem

o Departamento de Defesa e o Exército se imiscuido em assunto de sua especialidade, o que vinha oficializar, publicamente, o seu objeto de espionagem.

Pois bem, esse conluio científico/militar indecoroso tão evidente era visto pelos cientistas sociais acadêmicos que dele participavam e dele se beneficiavam como um casamento legal, a tal ponto que Horowitz escreve sobre esse processo de alienação que "o que se tornou particularmente evidente ao falar com o pessoal do Camelot, foi que nenhum deles considerou o seu papel no projeto como espionagem em favor dos Estados Unidos ou de qualquer outro órgão."

Sem comentários. Este caso extremo serve para ilustrar o grau de envolvimento ideológico e econômico que o imperialismo, através dos seus órgãos, exerce sobre as ciências sociais universitárias nos países dominados. Há, portanto, necessidade que a ela se contraponha um outro tipo de Ciência Social que postule modificações globais e estruturais, através dos grupos e classes que estão interessados em superar as contradições inerentes a esse tipo de sociedade, modificando-o qualitativamente e criando um novo projeto de ordenação social que, no momento, é de uma democracia sem adjetivos dos opressores, com vistas a uma ordenação socialista.

A sociologia acadêmica reflete, interpreta, racionaliza e justifica, assim, na sua estrutura conceptual e na sua aplicação prática (empírica) a inércia social e o conservadorismo político nas suas diversas conotações. Desta forma há necessidade, nesta

constelação de teorias que configura a decomposição do pensamento social e das ciências sociais acadêmicas, de uma reformulação radical dessas categorias e dessa prática. Mas, essa reformulação não pode ser feita pela própria sociologia acadêmica, pois isto seria negar-se ao superar-se e fazer emergir uma outra ciência qualitativamente superior. E isto ela não pode fazer pela contradição intrínseca entre a sua função atual e aquela que exercia ao se superar conceptualmente. Porque, ao tentar tal transformação entraria em choque e conflito com os interesses de pessoas, grupos, instituições e classes que dela se beneficiam e fornecem-lhe o fluxo de facilidades, vantagens e recursos para que ela permaneça atuante neste nível de comportamento e funcionalidade.

Há, portanto, um impasse que nos parece insolúvel se esperarmos essa transformação a partir de uma dinâmica crítica e radical da própria sociologia acadêmica e por ela executada. Este impasse gera a necessidade de uma nova sociologia capaz de produzir esta ruptura, superando o dogmatismo acadêmico e apresentando, na sua proposta, não apenas uma nova conceituação, mas, também, novas normas de ação. Desta forma a nova sociologia seria a negação hegeliana daquela que se apresenta como científica, ou, em última instância, uma Sociologia que unindo a ciência à consciência elaboraria uma **praxis** revolucionária.

Em outras palavras, falando alegoricamente sobre a Sociologia acadêmica: devoremos a Esfinge antes que ela nos decifre.

---

#### (NOTAS)

(1) — Rodrigues, José Honório: "Conciliação e Reforma no Brasil", Cia Civilização Brasileira, RJ, 1965, p. 145.

(2) — Naville, Pierre: "Leis Sociológicas e Ação de Massas", SP, s/d, p. 153.

(3) — Idem ibidem.

(4) — Idem ibidem.

# **SOBRE A AÇÃO POLÍTICA DA CLASSE OPERÁRIA**



F. Engels

Anotações de Engels sobre o discurso que pronunciou na Conferência de Londres da Associação Internacional dos Trabalhadores (I Internacional) em 21 de setembro de 1871. Publicado pela primeira vez na revista A INTERNACIONAL COMUNISTA.

A abstenção absoluta da política é algo impossível; todos os jornais e partidários da abstenção também fazem política. A questão é saber como e que política fazem. Fora isso, para nós a abstenção é impossível. O partido operário, como partido político, existe agora na maioria dos países. Não cabe a nós destruí-lo predicando a abstenção da política. A prática atual, a opressão política que os governos vigentes exercem sobre os operários — tanto com objetivos políticos como com objetivos sociais — obrigam os operários, queiram ou não queiram, a fazer política. Propor a eles a abstenção da política significa atirá-los nos braços da política burguesa. A abstenção da política é inteiramente impossível, principalmente depois da Comuna de Paris, que colocou na ordem do dia a ação política do proletariado.

Nós temos por objetivo a liquidação das classes. Qual o meio para alcançar esse fim? O domínio político do proletariado. E hoje quando isto se tornou de uma evidência incontestável, pedimos que não façamos política! Todos os pregoeiros da abstenção da política se consideram revolucionários e até revolucionários **par**

**excellence\*** (em francês no original). Mas a revolução é o mais elevado ato da política: quem a tem por objetivo deve aceitar também os meios, as ações políticas, que preparam a revolução, educam os operários para a revolução e sem as quais os operários após a batalha seriam enganados pelos Favres e Piats. Mas a política a ser seguida é a política proletária; o partido operário não deve ser arrastado a reboque deste ou daquele partido burguês, mas construir-se como partido independente, com

objetivos próprios e política própria.

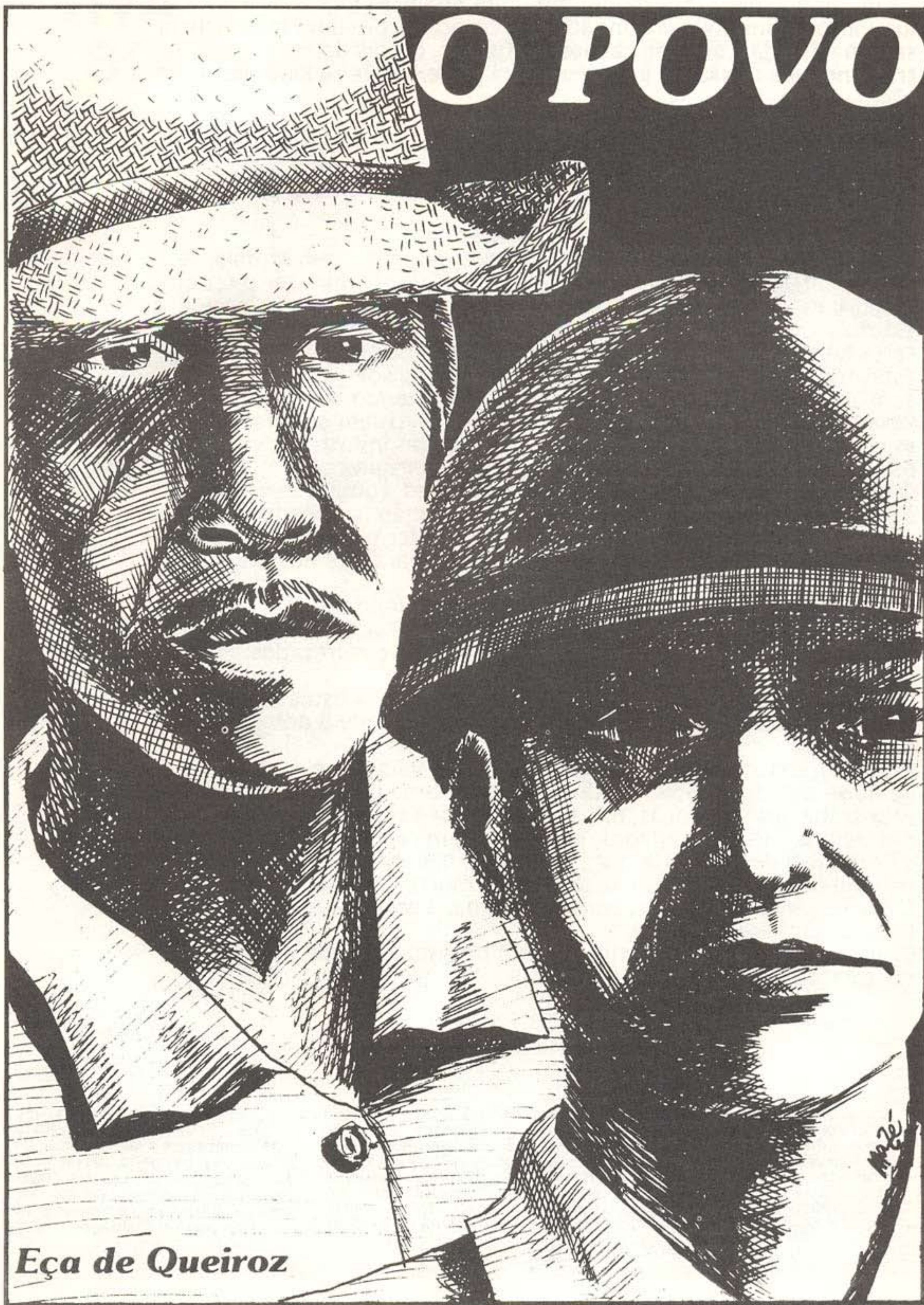
As liberdades políticas, o direito de reunião e de organização, a liberdade de imprensa — são nossas armas; será que podemos cruzar os braços e nos abster da política já que nos querem arrebatá-las? Alguns dizem que qualquer ação política é igual à aceitação da situação existente. Mas enquanto essa situação nos oferece os meios para lutarmos contra ela, usar esses meios não significa aceitar a situação existente.



Casa em Londres onde se reunia o Conselho Geral da I Internacional

\* por excelência.

# O POVO



**Eça de Queiroz**

MaZe

Há no mundo uma raça de homens com instintos sagrados e luminosos, com divinas bondades do coração, com uma inteligência serena e lúcida, com dedicações profundas, cheias de amor pelo trabalho e de adoração pelo bem, que sofrem, que se lamentam em vão.

Estes homens, são o Povo.

Estes homens estão sob o peso de calor e de sol, transidos pelas chuvas, roídos de frio, descalços, mal nutridos; lavram a terra, revolvem-na, gastam a sua vida, a sua força, para criar o pão, o alimento de todos.

Estes são o Povo, e são os que nos alimentam.

Estes homens vivem nas fábricas, pálidos, doentes, sem família, sem doces noites, sem um olhar amigo que os console, sem ter o repouso do corpo e a expansão da alma, e fabricam o linho, o pano, a seda, os estofos.

Estes homens são o Povo, e são os que nos vestem.

Estes homens vivem debaixo das minas, sem o sol e as doçuras consoladoras da Natureza, respiram mal, comendo pouco, sempre na véspera da morte, rotos, sujos, curvados, e extraem o metal, o minério, o cobre, o ferro, e toda a matéria das indústrias.

Estes homens são o Povo, e são os que nos enriquecem.

Estes homens, nos tempos de lutas e de crises, tomam as velhas armas da Pátria, e vão, dormindo mal, com marchas terríveis, à neve, à chuva, ao frio, nos calores pesados, combater e morrer longe dos filhos e das mães, sem ventura, esquecidos, para que nós conservemos o nosso descanso opulento.

Estes homens são o Povo, e são os que nos defendem.

Estes homens formam equipagens dos navios, são lenhadores, guardadores de gado, servos mal retribuídos e desprezados.

Estes homens, são os que nos servem.

E o mundo oficial, opulento, soberano, o que faz a estes homens que o vestem, que o alimentam, que o enriquecem, que o defendem, que o servem?

Primeiro, despreza-os, não pensa neles, não vela por eles, trata-os como se tratam os bois; deixa-lhes apenas uma pequena porção dos seus trabalhos dolorosos; não lhes melhora a sorte, cerca-os de obstáculos e de dificuldades; forma-lhes em redor uma servidão que os prende a uma miséria que os esmaga; não lhes dá proteção; e, terrível coisa, não os instrui: deixa-lhes morrer a alma.

É por isso que os que têm coração e alma, e amam a justiça, devem lutar e combater pelo Povo.

E ainda que não sejam escutados têm na amizade dele uma consolação suprema.

Eça de Queiroz foi um dos maiores escritores da língua portuguesa. Introdutor do realismo nas letras portuguesas, Eça descreveu e interpretou com rara sagacidade a vida mundana no Portugal de finais do século passado. Seus romances "A Cidade e as Serras", "O

Crime do Padre Amaro", "O Primo Basílio", "A Ilustre Casa de Ramires" são obras-primas da literatura e argutas críticas dos costumes e do modo de vida decadente da aristocracia e da burguesia portuguesa. Esposou idéias socialistas, saudou a Comuna de Paris, fi-

liou-se à I Internacional e escreveu libelos anticapitalistas. O texto que publicamos a seguir, a par da beleza de uma pena privilegiada pelo talento, mostra as preocupações e o engajamento do escritor com as angústias, os anseios e as lutas do povo trabalhador.



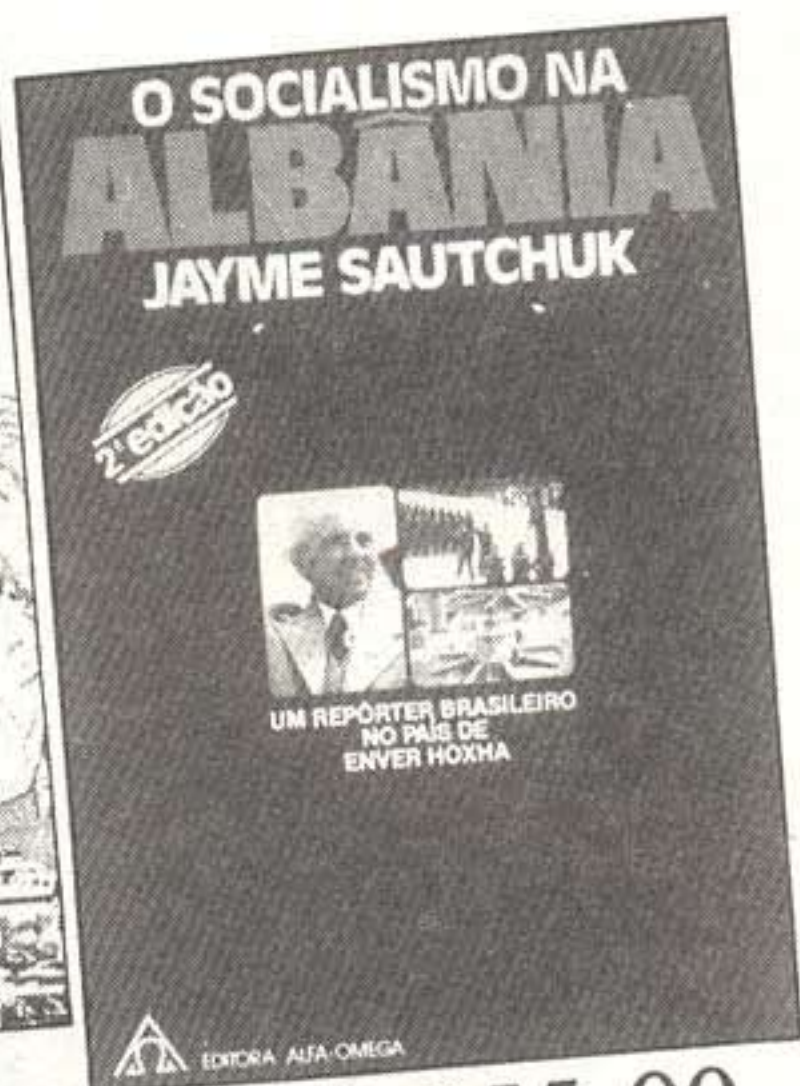
# ESTUDE O SOCIALISMO



Cz\$ 80,00



Cz\$ 60,00



Cz\$ 355,00



Cz\$ 420,00



Cz\$ 200,00

Dispomos também de vasto acervo de obras dos clássicos do marxismo-leninismo

Pedidos à Editora Anita Garibaldi Ltda por cheque nominal, vale postal ou reembolso postal. Rua Bororós, 51, 3º andar — São Paulo-SP. CEP 01320. Fone: 278-3220.

Faça **JÁ** sua assinatura da **PRINCÍPIOS**



Uma revista de teoria marxista, estudos políticos e informação cultural.  
4 números por apenas Cz\$ 7 00,00



Nome \_\_\_\_\_

Profissão \_\_\_\_\_

Endereço \_\_\_\_\_

Cidade \_\_\_\_\_ Estado \_\_\_\_\_ CEP \_\_\_\_\_ FONE: \_\_\_\_\_

Data \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Quero receber uma assinatura da **PRINCÍPIOS**, com direito a 4 números. Para isso envio cheque nominal  / vale postal  em nome da Editora Anita Garibaldi Ltda.

Rua Bororós, 51, 3º andar — CEP 01320 — Fone 278-3220 —

São Paulo-SP.

Preencha este cupon e receba **PRINCÍPIOS** em casa



## *NESTA EDIÇÃO*

Invenção de Militares

Viva a Grande Revolução Socialista de Outubro  
João Amazonas

Marxismo — Doutrina Viva e Científica  
Lênin

A Pilhagem Financeira: Traço do Imperialismo nos  
Dias Atuais  
Haroldo Lima

A Política Econômica da "Glasnost" na URSS  
Luís Fernandes

O Socialismo na Albânia — Aplicação Criadora do  
M a r x i s m o  
José Reinaldo Carvalho

Fronteira em Armas  
Luiz Manfredini

Devoremos a Esfinge antes que Ela nos Decifre  
Clóvis Moura

Sobre a Ação Política da Classe Operária  
F. Engels

O Povo  
Eça de Queiroz